PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

# BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

## EXERCÍCIO DE 1988

1º VOLUME

**RELATÓRIO**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
JOSÉ SARNEY

MINISTRO DA FAZENDA
MAÍLSON FERREIRA DA NÓBREGA

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES

SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL
JOSÉ ROBERTO DA SILVA

SECRETÁRIO DE CONTABILIDADE
DOMINGOS POUBEL DE CASTRO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Secretário de Controle de Responsabilidades e Haveres Financeiros
LUIZ JORGE DE OLIVEIRA

Secretário de Programação Financeira
ODAIR LUCIETTO

Secretário de Orçamento das Operações de Crédito do Tesouro Nacional
SIMÃO CIRINEU DIAS

Secretário de Regulação dos Gastos Públicos
OSWALDO CEVOLI FILHO

Secretário de Auditoria
EDSON SÁ TELES

Secretário de Informática
RAINER WEIPRECHT

Coordenador de Administração da Dívida Pública
ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES

Coordenador de Assuntos Administrativos
NELMAR DE CASTRO BATISTA

Coordenador de Normas e Organização
ABECI CARLOS BORGES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

# BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

## EXERCÍCIO DE 1988

1.º VOLUME

## RELATÓRIO

ÍNDICE

Página

Página

Página

## APRESENTAÇÃO

Dentre as principais atribuições afetas à Secretaria do Tesouro Nacional situa-se a de elaborar as contas que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República apresenta anualmente ao Congresso Nacional, de acordo com a Constituição Federal.

Essas contas são demonstradas através dos Balanços Gerais da União e dos Relatórios sobre a execução do orçamento e da administração financeira federal.

Nesse sentido, os Balanços Gerais da União, na sua plenitude, compõe-se de 3 (três) volumes.

O primeiro volume subdivide-se em cinco partes:

a) a primeira parte descreve as notas explicativas , em complementação às demonstrações de natureza contábil;

b) a segunda contém o relatório da execução do Orçamento Geral da União, conforme descrito no inciso 2o., artigo 29, do Decreto-Lei No.199/67, e observados os artigos 101 a 110 da Lei No.4.320/64, cujas demonstrações não denominadas de "Gestão Tesouro";

c) a terceira parte demonstra o desempenho da economia brasileira e a política econômico-financeira do Governo Federal em 1988, complementada com análises e observações comportamentais da Administração Financeira Federal;

d) a quarta parte contempla o relatório da execução do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, que compõe o Orçamento Geral da União;

e) a quinta parte compreende os anexos representativos de demonstrações, quadros comparativos e de evolução de informações e ainda um glossário dos códigos apresentados nos volumes II e III considerados relevantes para os diversos usuários.

O segundo volume contém os Balanços e Demonstrações Contábeis da Administração Direta e Demonstrações da Execução Orçamentária das Receitas e Despesas das Gestões: Tesouro Nacional e Operações Oficiais de Crédito em vários níveis, com o objetivo de atender aos diversos usuários da informação.

Finalmente, o terceiro volume contém as Demonstrações da posição patrimonial e financeira do Governo Federal, incluindo os órgãos da administração indireta e as demais gestões da Administração Federal.

Cumpre assinalar, ainda, que as informações em outros níveis, eventualmente não contemplados nessas demonstrações, encontram-se disponíveis nos terminais de acesso do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Também vale registrar que, na qualidade de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a Secretaria do Tesouro Nacional promoveu no exercício a restruturação administrativa, editou seu Regimento Interno deu prosseguimento à implantação da carreira funciona finanças e controle e desencadeou um processo de modernização e dinamização nas atividades de controle orçamentário, financeira e contábil, no âmbito das administrações direta e indireta.

A adesão crescente dos órgãos da administração pública ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI demonstrou a confiabilidade alcançada pelo sistema desde a sua implantação em janeiro/87. O SIAFI entrou em operação com 180 órgãos usuários em 1987 e no final de 1988 já contava com 247, desdobrado em 4.022 unidades gestoras Fundações, Autarquias e Empresas Públicas. A rede de equipamentos em operação, à disposição dos usuários, está constituída por 1.403 terminais, 207 microcomputadores, 1.541 impressoras e 913 estabilizadores.

A partir do exercício de 1989, além da administração direta (poderes Executivo e Judiciário) o SIAFI contemplará 90% da administração indireta integrada totalmente no sistema.

A partir de setembro de 1988, a Secretaria do Tesouro Nacional iniciou a implementação de nova fase do SIAFI, mediante a criação da Conta Única do Tesouro Nacional com a participação inicial de 2.722 unidades gestoras existentes em todo o Território Nacional, possibilitando o saque automático na conta do tesouro com os seguintes objetivos.

a) agilitar e racionalizar as transferências de recursos entre as Unidades Gestoras do Governo Federal;

b) eliminar distorções no fluxo financeiro entre o Banco do Brasil S.A., o Banco Central do Brasil e o Tesouro Nacional; e

c) reduzir o número de contas bancárias então existentes.

Com a utilização da Conta Única no primeiro mês de implantação mais de Cz$ 3,0 trilhões deixaram de transitar através da rede bancária ocorrendo apenas movimentação interna no sistema.

A implantação da Conta Única viabilizou ainda a implantação do DARF ELETRÔNICO, a partir de novembro de 1988, com os seguintes objetivos:

a) evitar o trâmite na rede bancária de tributos e outras receitas recolhidas pelos órgãos das administrações direta e indireta das Administração Federal integrantes do SIAFI; e

b) proporcionar aos gestores maior comodidade e segurança na gestões administrativa e financeira.

Dentre os projetos em fase de elaboração, com início da fase operacional prevista para 1989, devem ser destacados:

a) o Sistema de Controle de Contratos da Dívida Externa e Interna, definindo procedimentos de administração das responsabilidades da União; e

b) o Sistema Integrado de Acompanhamento de Pessoal - SIAPE, que proporcionará a gerência dos gastos com pessoal dos órgãos e entidades da administração federal, através da unificação dos sistemas de processamento das folhas de pagamento. O SIAPE deverá ser utilizado por todos os órgãos da Administração Federal que recebam recursos à conta do Tesouro Nacional. Dessa forma, serão cadastrados e terão seus pagamentos processados centralizadamente todos os servidores ativos, inativos e pensionistas dos Ministérios Civis, o pessoal civil dos Ministérios Militares, das Fundações e Autarquias, com a possibilidade de adesão por parte dos Ministérios Militares, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo.

O atingimento das metas traçadas pela Secretaria do Tesouro deveu-se, fundamentalmente, aos procedimentos centrados na modernização e racionalização adotados no exercício findo. O próximo exercício deverá propiciar a implantação de novos e mais eficazes instrumentos de controle, de modo a permitir o aumento da eficiência dos serviços oferecidos pelos órgãos da Administração Pública Federal.

LUIZ ANTÔNIO ANDRADE GONÇALVES
Secretário do Tesouro Nacional

## PARTE I - NOTAS EXPLICATIVAS

### 1.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei no.4.320, de 17 de março de 1964. Outras Demonstrações Contábeis julgadas relevantes foram elaboradas e inseridas a fim de demonstrar maior transparência das atividades do setor Público Federal e de atender maior número de usuários das informações governamentais. Em quaisquer casos, na elaboração das Demonstrações Contábeis, foram observados os seguintes aspectos:

1.1.1. As demonstrações contábeis da administração direta estão desdobradas em "Gestão Tesouro Nacional" para os recursos consignados no orçamento Geral da União; e "Gestão Orçamento das Operações Oficiais de Crédito" para os recursos consignados no anexo do Orçamento Geral da União.

1.1.2. As demonstrações contábeis da administração indireta são denominadas de "Gestão Não Tesouro" ou identificadas através da denominação própria de cada órgão.

a) As demonstrações individualizadas independem do órgão executante.

b) As demonstrações consolidadas por órgão contém todas as gestões por ele executadas.

1.1.3. As demonstrações contábeis consolidadas, reunindo as administrações direta e indireta, são denominadas de "Consolidado de Todas as Gestões".

1.1.4. As demonstrações contábeis dos fundos e dos recursos próprios da administração direta foram individualizadas por gestão nos Balanços Financeiro e Patrimonial constantes do 3o. volume.

### 1.2. Diretrizes Contábeis

1.2.1. Na "Gestão Tesouro Nacional", foi utilizado o regime de caixa para as receitas e o de

competência para as despesas, de acordo com o artigo 35, da Lei No. 4.320/64.

1.2.2. O Balanço Patrimonial consolidado da União inclui os balanços das administrações direta e indireta.

**1.3. Critérios de Avaliação do Ativo**

1.3.1. Os direitos de crédito em circulação foram avaliados pelo valor de realização. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de exclusão de valores prescritos ou o da provisão para perdas prováveis.

1.3.2. Os direitos relativos a Bens e Valores em circulação e os valores realizáveis a longo prazo foram avaliados pelo custo de aquisição. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de provisão para perdas prováveis.

1.3.3. Os direitos classificados em investimentos em participações societárias e outras foram avaliados pelo custo de aquisição corrigido para a valorização em 31/12/88. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério da provisão para perdas prováveis.

1.3.4. Os direitos classificados no ativo imobilizado foram avaliados pelo custo de aquisição. Na "Gestão Tesouro" não foram utilizados os critérios da correção monetária, da depreciação, amortização ou da exaustão.

**1.4. Critérios de Avaliação do Passivo**

1.4.1. As obrigações classificadas em depósitos foram avaliadas pelo valor de realização em 31/12/88. Na "Gestão Tesouro" não foi utilizado o critério de exclusão por prescrição.

1.4.2. As obrigações classificadas em circulação foram avaliadas pelo valor atualizado em 31/12/88.

1.4.3. As obrigações classificadas em empréstimos e financiamentos e em exigíveis a longo prazo foram avaliadas pelo valor atualizado em 31/12/88.

### 1.5. Efeitos Inflacionários

Os efeitos inflacionários, em função da perda do poder aquisitivo da moeda, não foram reconhecidos na sua plenitude, tendo em vista a ausência de uniformidade na aplicação dos princípios da correção monetária e da prudência na "Gestão Tesouro".

1.5.1. No Ativo Permanente apenas os investimentos foram corrigidos pelo valor das participações em 31.12.87.

1.5.2. Não houve correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido.

### 1.6. Taxa de Conversão de Moeda

Os demonstrativos contábeis dos órgãos com unidades no exterior foram convertidos para a moeda nacional da seguinte forma:

1.6.1. As demonstrações orçamentárias, financeiras e demonstrativos de contas apresentam-se convertidas Á taxa orçamentária no valor de Cz$ 65,09.

1.6.2. As demonstrações patrimoniais foram convertidas à taxa de dólar de 31.12.88, de Cz$ 765,30.

### 1.7. Disposição da Receita e Despesa

Na demonstração da receita e da despesa por unidade da federação e por região da Gestão Tesouro Nacional. Para esta demonstração foram utilizados os seguintes critérios:

1.7.1. A identificação da receita local ou da receita regional ocorreu com base no DARF - Documento de Arrecadação de Receitas Federais;

1.7.2. A identificação da despesa local ou da despesa regional ocorreu através da identificação da unidade da Federação de cada credor dos empenhos emitidos pela Administração Direta "Gestão Tesouro". Portanto, as receitas e despesas de operações de créditos internas e externos foram registradas no Distrito Federal e, da mesma forma, as transferências do Tesouro para financiar as

operações de crédito da gestão do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito.

## 1.8. Ajustes de Exercícios Anteriores

As operações ocorridas no exercício de 1988, relativamente aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores, foram registradas como "Ajustes do Patrimônio/Capital" e transferidas para o Patrimônio ou para o Resultado acumulado por ocasião do encerramento do exercício.

## 1.9. Restos a Pagar

1.9.1. Os restos a pagar representam os saldos dos empenhos considerados despesas não liquidadas no exercício de 1988, e também as obrigações reconhecidas e não pagas até 31/12/88. Os restos a pagar dividem-se da seguinte forma:

a). Restos a Pagar processados -referem-se às despesas realizadas e ainda não pagas.

b). Restos a Pagar não processados - referem-se às despesas registradas, independente de sua realização, relativas aos saldos dos empenhos.

1.9.2. Os Restos a Pagar do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foram considerados como processados por se tratarem de órgãos não integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e ainda a indisponibilidade da indicação de seus empenhos.

1.9.3. Considera-se Restos a Pagar processados as despesas liquidadas e registradas em obrigações a curto prazo e não pagas até 31/12/88.

## 1.10. Déficit do Tesouro Nacional

O déficit da gestão do Tesouro Nacional apurado no exercício decorreu, basicamente, dos seguintes subitens:

1.10.1. Registro das variações da dívida interna da União em virtude da correção monetária ocorrida durante o exercício.

1.10.2. Registro das variações e atualização da dívida externa da União em virtude da correção cambial ocorrida durante o exercício.

1.10.3. Registro das obrigações do Tesouro Nacional relativas aos valores a serem restituídos aos contribuintes do Imposto de Renda, corrigidos com base na OTN de 31/12/88.

1.10.4. Ausência de registro da correção monetária e da atualização dos valores do Ativo Imobilizado.

1.10.5. Transferência para o Tesouro Nacional das dívidas com o Banco Central (títulos especiais), cujos direitos correspondentes foram incorporados na gestão do orçamento da operações oficiais de créditos.

1.10.6. "Déficit" orçamentário corrente, devido à utilização de recursos da dívida interna para custear as despesas correntes de juros e encargos da dívida.

**1.11. Outras Explicações**

Nas demonstrações analíticas da execução da despesa os valores descritos como empenhados são também considerados realizados. Especificamente no que se refere ao elemento de despesa 413000, o total empenhado é demonstrado nos itens respectivos dos seus desdobramentos.

## PARTE II - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E OS BALANÇOS FINANCEIROS, PATRIMONIAL E DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

### 1.ORÇAMENTO AUTORIZADO

O Orçamento do exercício financeiro de 1988 teve seus valores consignados na Lei n.7.632, de 3.12.87, que estimou a Receita em Cz$ 4.545.162,80 milhões e fixou a Despesa em igual valor para as entidades da administração direta, dentro do princípio do equilíbrio orçamentário.

Na mesma Lei ficou consignada a quantia de Cz$ 122.801,00 milhões para as entidades da administração indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, excluídas as transferências do Tesouro Nacional.

Do montante de Cz$ 4.667.963,80 milhões, a receita de Cz$ 4.545.162,80 milhões foi estimada com base nas fontes de recursos da arrecadação do Tesouro Nacional e a receita correspondente a Cz$ 122.801,00 milhões, com base em outras fontes.

#### 1.1. Créditos Suplementares Abertos.

Mediante autorização da própria Lei do Orçamento para 1988 (no.7.632, de 3.12.87), ficou o Poder Executivo habilitado a abrir créditos suplementares para cumprir a execução orçamentária do exercício.

Os créditos suplementares do período foram abertos com utilização das contrapartidas autorizadas pela mencionada Lei de Meios (no.7.632, de 3.12.87), assim especificadas:

a). Aproveitamento da Reserva de Contingência.

b). Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei.

c). Operações de créditos.

d). Suplementação Automática dos recursos classificados como "Recursos Diretamente Arrecadados".

Também ficou autorizado o Poder Executivo a suplementar as transferências a Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, tendo como fonte para abertura a definida no parágrafo 3o. do artigo 43 da Lei no.4.320/64, nos casos em que está determinada a entrega, de forma automática, dos recursos decorrentes do efetivo excesso de arrecadação, independentemente da abertura por decretos. Os créditos abertos no

exercício, sob essa autorização, atingiram à cifra de Cz$ 339.806,87 milhões.

Para alcançar o valor necessário à execução orçamentária do exercício, o Poder Executivo utilizou como suporte para abertura de crédito, a autorização outorgada pelo Decreto-Lei 2.443 e pela Lei No. 7.688, respectivamente de 24.6.88 e 15.12.88, nos limites estabelecidos em cada uma delas, a saber: Cz$ 3.005.548,12 milhões e Cz$ 3.036.672,82 milhões bem como a correção para atualização monetária do Orçamento Geral da união no limite de Cz$ 941.843,43 milhões nas condições do Decreto No. 97.066, de 17.11.88.

O montante líquido suplementado atingiu a cifra de Cz$ 12.197.361,15 milhões, resultante das seguintes mutações:

(Cz$ 1.000.000,00)

| | |
|---|---|
| (+) Abertura de Créditos Suplementares | 12.727.585,44 |
| (+) Abertura de Créditos Especiais | 708.788,53 |
| (-) Cancelamento de dotação | 1.239.012,82 |
| Suplementação Líquida | 12.197.361,15 |

**1.2. Créditos Especiais Abertos em 1988**

**1.2.1. Créditos Especiais Abertos até o 2o. Quadrimestre.**

Os créditos especiais autorizados por leis específicas e abertos por decretos do Poder Executivo alcançaram o montante de Cz$ 708.788,53 milhões, sendo Cz$ 165.586,25 milhões abertos até no 2o. quadrimestre e Cz$ 543.202,28 milhões abertos no último quadrimestre.

Os orgãos contemplados com créditos adicionais nesta modalidade, até o 2o. quadrimestre, são os seguintes:

(Cz$ 1.000.000,00)

PODER JUDICIÁRIO

Justiça do Trabalho

Decreto-Lei no.2.243, de 24.6.88

| | | |
|---|---|---|
| Decreto no.96.436, de 28.7.89. | 75,75 | 75,75 |

PODER EXECUTIVO

Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República

E.G.U. Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação-PR.

a) Decreto-Lei no.2.443, de 24.6.88.
Decreto no.96.306, de 12.7.88. — 98.000,00

b) Decreto-Lei no.2.443, de 24.6.88.
Decreto no.96.374, de 20.7.88. — 3.889,00

Ministério da Fazenda

a) Decreto-Lei no.2.443, de 24.6.88.
Decreto no. 96.307, de 12.7.88. — 660,00

b) Decreto-Lei no.2.443, de 24.6.88.
Decreto no.96.308, de 12.7.88. — 10.000,00

Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
Decreto-Lei no. 2.443, de 24.6.88
Decreto no. 96.420, de 26.7.88 — 52.300,00

Ministério da Previdência e Assistência Social
Decreto-Lei no. 2.443, de 24.6.88.
Decreto no.96.309, de 12.7.88. — 440,00

Ministério do Trabalho
Decreto-Lei no.2.443, de 24.6.88.
Decreto no.96.309, de 12.7.88. — 33,00

Ministério da Saúde
Decreto-Lei no. 2.443, de 24.6.88
Decreto no. 96.309, de 12.7.88. — 188,50 — 165.510,50

| | | |
|---|---|---|
| | ====== | ========== |
| Até o 2o. quadrimestre | | 165.586,25 |

**1.2.2.Créditos Especiais Abertos no Último Quadrimestre.**

Ficarão disponíveis para reabertura no exercício financeiro de 1989 os saldos dos créditos especiais autorizados e abertos no último quadrimestre de 1988 e considerados ainda pendentes de aplicação no encerramento do exercício, de acordo com a demonstração contida nos anexos deste caderno. Os créditos abertos no último quadrimestre são os seguintes:

(Cz$ 1.000.000)

PODER JUDICIÁRIO

Justiça do Trabalho

| | | |
|---|---|---|
| a) Lei no.7.688. de 15.12.88. | | |
| Decreto no. 7.350, de 21.12.88. | 486,49 | |
| b) Lei no. 7.688, de 15.12.88. | | |
| Decreto no. 97.424, de 29.12.88. | 1.170,00 | 1.656,49 |

PODER EXECUTIVO

Ministério da Fazenda

| | |
|---|---|
| a) Decreto-Lei no. 2.443, de 24.6.88. | |
| Decreto no. 96.664, de 8.9.88. | 1.000,00 |
| b) Lei no. 7.688, de 15.12.88. | |
| Decreto no. 97.290, de 20.12.88. | 260,00 |
| c) Lei no. 7.688, de 15.12.88 | |
| Decreto no. 97.362, de 21.12.88. | 6.000,00 |
| d) Lei no.7.688, de 15.12.88 | |
| Decreto no. 97.423, de 29.12.89. | 2.700,00 |

Ministério da Previdência e Assistência Social

| | |
|---|---|
| Decreto-Lei no. 2.443, de 24.6.88. | |
| Decreto no. 97.296, de 20.12.88 | 360,00 |

Ministério Público do Trabalho

| | |
|---|---|
| Lei no. 7.688, de 24.6.88. | |
| Decreto no. 97.350, de 21.12.88. | 40,00 |

Ministério do Trabalho

| | |
|---|---|
| Lei 7.697, de 20.12.88 | |
| Decreto no. 97.412 de 29.12.88. | 1.763,00 |

Ministério da Ciência e Tecnologia

| | |
|---|---|
| Lei no. 7.688, de 15.12.88 | |
| Decreto no. 97.335, de 21.12.88. | 427,50 |

Encargos Gerais da União.

Sob a Supervisão da Seplan.

| | |
|---|---|
| Lei no. 7.688, de 15.12.88 | |
| Decreto no. 97.349, de 21.12.88. | 112.000,00 |

.Encargos Financeiros da União
Sob a Supervisão do Ministério da Fazenda.

Lei no.7.688, de 15.12.88.
Decreto no. 97.403, de 22.12.88. 365.305,79

Transferências a Estados, DF e Municipios
Lei no. 7.688, de 15.12.88.
Decreto no. 97.349, de 21.12.88. 51.749,50 541.545,79
========= ==========
4o. quadrimestre 543.202,28

Total do Créditos Especiais do exercicio 708.788,53

## 2. Balanço Orçamentário da Administração Direta.

O Balanço Orçamentário terá apresentação a seguir, desdobrada nos aspectos principais de sua composição: a execução orçamentária da receita e da despesa, previsão e realização, bem como a indicação dos dados evolutivos desses componentes.

### 2.1.Execução da Receita Orçamentária

Para a realização da receita da União foi utilizada a rede bancária, de acordo com a disposição constante do artigo 74 do Decreto-Lei No. 200, de 25.2.67 e ainda a Conta Única do Tesouro Nacional, implantada através da IN/STN/No. 010, de 6.9.88.

A receita orçamentária liquida do exercicio de 1988 alcançou o montante de Cz$ 15.949.586,31 milhões, traduzindo um acréscimo nominal de 842,42% sobre o produto liquido arrecadado no exercicio anterior.

A arrecadação obtida no exercicio superou a previsão inicial em 250,91%.

Além do crescimento expansionista da arrecadação obtida em consequência da inflação do exercicio e das operações de crédito internas, não houve fator determinante no desempenho da receita.

Os principais aspectos da execução da receita são objeto de comentários a seguir.

A receita orçamentária da União se classifica em duas categorias econômicas distintas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

As receitas correntes participaram com 54,84%, das com ingressos liquidos orçamentários, cabendo às receitas de capital a complementação de

45,16% da receita líquida do exercício, antes das respectivas deduções que representaram 3,95% do total bruto dos ingressos.

As receitas orçamentárias são registradas pelo valor líquido ou seja, deduzidas as restituições e incentivos fiscais.

Em termos comparativos de realização, as receitas correntes superaram em 186,30% a estimativa, enquanto as receitas de capital superaram em 383,36% a previsão inicial, conforme demonstração a seguir:

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA**

| RECEITA | REALIZAÇÃO | PARTICIPAÇÃO |
|---|---|---|
| Receitas Correntes | 286,30% | 54,84% |
| Receitas de Capital | 483,36% | 45,16% |
| Receita Orçamentária | 350,91% | 100,00% |

**2.1.1.Desempenho da Receita Tributária**

A receita líquida tributária se apresenta como a principal fonte de recursos na composição dos ingressos do Tesouro, tendo atingido a cifra de Cz$ 6.503.470,33 milhões no exercício de 1988, participando com 40,77% da receita líquida da União e com 74,35% do seu grupo de receitas correntes.

Em termos reais, houve um decréscimo de 10,44% na participação da receita líquida e um acréscimo de 0,99% na participação das receitas correntes em relação ao exercício anterior.

No exercício de 1988 foram adotadas medidas tendentes a incrementar a arrecadação e estimular o cumprimento espontâneo da obrigação fiscal, a fim de reduzir a sonegação, objetivos definidos na atividade-fim da Secretaria da Receita Federal.

Durante o exercício foram fiscalizados 45.905 contribuintes, dos quais 42.705 são pessoas físicas e 3.200 jurídicas. Além disto, 371.266 declarações foram revisadas e preparados 67.329 procedimentos fiscais com exigência de tributos ou apreensão de mercadorias.

A fiscalização apurou o montante de Cz$ 702.570,06 milhões e a revisão interna das declarações o montante de Cz$ 36.852,70 milhões.

Fonte: SRF/MF

#### 2.1.1.1.Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício somaram Cz$ 6.465.795,66 milhões, constituindo-se em 99,42% da receita líquida tributária.

Em comparação com o exercício anterior, houve em 1988 uma evolução nos impostos de 0,52% em relação à receita tributária.

##### 2.1.1.1.1.Imposto sobre o Comércio Exterior

A arrecadação desse tributo representou 5,64% sobre os impostos, contra 5,60% do exercício anterior.

Esse tributo montou Cz$ 365.227,39 milhões de ingressos líquidos nos cofres do Tesouro Nacional, onde o imposto sobre a importação concorreu com Cz$ 345.285,60 milhões, representando 94,53%.

**IMPOSTO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR-ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÃO 1988**

(Cz$ 1.000.000)

| RECEITA | ARRECADAÇÃO 1988 | PARTICIPAÇÃO % 1988 | PARTICIPAÇÃO % 1987 | VARIAÇÃO 1988-1987 |
|---|---|---|---|---|
| Imposto de Importação | 345.285 | 94,54 | 92,39 | 2,15 |
| Imposto de Exportação | 19.941 | 5,46 | 7,61 | -2,15 |
| TOTAL | 365.227 | 100.00 | 100.00 | |

##### 2.1.1.1.2.Imposto sobre o Patrimônio e a Renda

A arrecadação líquida do Imposto sobre o Patrimônio e a Renda no período atingiu o total de Cz$ 3.510.573,92 milhões, representando 54,29% dos impostos, resultando na evolução de 7,91% na participação da receita de impostos em relação ao exercício anterior.

O Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza representa 99,99% do grupo e teve o seguinte comportamento:

**IMPOSTO SOBRE A RENDA DE QUALQUER NATUREZA**

**ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES 1988**

Cz$ 1.000.000,00

| RECEITA | ARRECADAÇÃO 1988 | PARTICIPAÇÃO % 1988 | PARTICIPAÇÃO % 1987 | VARIAÇÃO REAL % 1988-1987 |
|---|---|---|---|---|
| Pessoas Físicas | 251.494 | 7,16 | 8,74 | -1,58 |
| Pessoas Jurídicas | 1.243.111 | 35,41 | 29.70 | 5,71 |
| Retido na Fonte | 2.015.722 | 57,43 | 61,56 | -4,13 |
| Total | 3.510.327 | 100.00 | 100.00 | -0- |

Na composição do grupo , houve um incremento na arrecadação do Imposto de Renda, Pessoa Jurídica, e um decréscimo na arrecadação do Imposto de Renda, Pessoa Física e o retido na fonte. Resalta-se que o volume de restituições ou abatimentos diretos ocorridos no exercício deduz diretamente das receitas correspondentes, afetando assim a posição líquida.

2.1.1.1.3. Imposto sobre a Produção e a Circulação

Os ingressos relativos ao Imposto sobre a Produção e a Circulação somaram Cz$ 2.182.536,98 milhões, numa participação de 33,75% sobre a receita líquida de impostos do exercício e ainda representando 13,68% da receita total bruta, contra 15,86% do exercício anterior.

a) O Imposto sobre Produtos Industrializados representou 79,76% do Imposto sobre a Produção e a Circulação com a seguinte composição:

**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**
**ARRECADAÇÃO, COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES.**
**1988**

(Cz$ 1.000.000,00)

| RECEITA | ARRECADAÇÃO | PARTICIPAÇÃO | | VARIAÇÃO REAL % |
|---|---|---|---|---|
| | 1988 | 1988 | 1987 | 1988-1987 |
| IPI-Fumo | 380.541 | 21,86 | 26,72 | -4,86 |
| IPI-Outros | 1.360.401 | 78,14 | 73,28 | 4,86 |
| Total | 1.740.942 | 100.00 | 100.00 | -0- |

A arrecadação do IPI - Outros, representando 78,14% do Imposto sobre Produtos Industrializados evoluiu, em relação ao exercício anterior, ocorrendo o inverso com relação ao IPI-Fumo.

b) Imposto sobre Operações Financeiras

O imposto arrecadado sobre Operações Financeiras somou Cz$ 284.109,20 milhões, representando 13,01% do Imposto sobre a Produção e a Circulação.

A arrecadação do Imposto Sobre Operações Financeiras representou 1,78% sobre a arrecadação líquida do Tesouro Nacional contra 3,74% no exercício anterior.

c) Imposto Sobre Serviços de Comunicações

O Imposto Sobre Serviços de Comunicações contribuiu com Cz$ 102.935,21 milhões, representando 4,71% do Imposto sobre a Produção e a Circulação.

#### 2.1.1.1.4.Impostos Especiais

A arrecadação liquida destes impostos conduziu para os cofres do Tesouro Nacional a quantia de Cz$ 407.457,36 milhões, na proporção de 6,30% sobre a arrecadação dos impostos.

Entre esses impostos, merece citação especial o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustiveis, que participou na formação do grupo com Cz$ 226.612,57 milhões, na proporção de 55,61% .

Também teve participação marcante na formação deste grupo o Imposto Único sobre Energia Elétrica que contribuiu com Cz$ 126.332,20 milhões de ingressos, representando 31,00% do grupo.

O Imposto Único sobre Minerais, também integrante dos impostos especiais, foi responsável pelo angariamento de receita na cifra de Cz$ 54.512,58 milhões, complementando o grupo com 13,37%.

#### 2.1.1.2.Taxas

As Taxas se apresentam em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercicio do Poder de Policia e Taxas pela Prestação de Serviços.

Estas taxas representaram apenas Cr$ 37.674,66 milhões ( 0,23%) da receita liquida arrecadada no exercicio.

Em relação ao exercicio anterior esta receita representou 0,57% da tributária contra 1,04% daquele exercicio, com decréscimo de 0,47% da arrecadação liquida.

### 2.1.2. Receita de Contribuições

A arrecadação de Receita de Contribuições respondeu pelo ingresso de Cz$ 1.596.181,08 milhões, representativos de 10,00% da receita liquida total.

A receita de Contribuições se apresenta em dois desdobramentos: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas. As primeiras apresentaram Cz$ 1.153.199,78 milhões arrecadados e as demais Cz$ 442.981,30 milhões.

As Contribuições Sociais representam 72,24% da rubrica aparecendo com destaque as contribuições no valor de Cz$ 621.771,00 para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, representando 53,91% na formação dessas contribuições e a contribuição do Salário-Educação na importância de Cz$ 180.701,97 milhões, com 15,66% da rubrica e ainda as Contribuições para os programas PIS/PASEP, que passaram a ser recolhidas ao tesouro no final do exercicio representando ainda 28,32% no montante de Cz$ 326.633,41 milhões.

As receitas de Contribuições Econômicas correspondem a 27,75% do grupo de contribuições e apresentaram o ingresso líquido de Cz$ 442.981,30 milhões, cabendo destacar as cotas de contribuição sobre a exportação (Cz$ 183.194,71 milhões), a cota-parte adicional do frete, para renovação da marinha mercante (Cz$ 125.006,17 milhões) e as contribuições sobre consumo de Álcool/Adicionais, com a arrecadação de Cz$ 67.308,14 milhões.

**2.1.3. Receita Patrimonial**

As Receitas Patrimoniais representam 4,47% das receitas correntes do exercício, no valor de Cz$ 391.550,47 milhões.

Deste grupo, 64,15%, no valor de Cz$ 251.195,83 milhões, representam receitas de valores mobiliários, destacando-se com Cz$ 216.381,67 milhões relativos a remuneração do depósito do Governo Federal, criado com a implantação da Conta Única do Tesouro Nacional. Esta remuneração recai sobre as contas bancárias dos órgãos públicos não integrantes mesma.

Outras Receitas Patrimoniais deteveram 32,64% no montante de Cz$ 127.824,93 milhões

**2.1.4. Outras Receitas Correntes**

As demais receitas correntes (agropecuária, industrial, serviços, transferências e outras receitas correntes) representam apenas 1,60%, do grupo, no montante de Cz$ 255.386,46 milhões.

**2.1.5. Receita de Capital**

As Receitas de Capital representaram 45,15% da arrecadação líquida, contribuindo com Cz$ 7.202.997,95 milhões.

Os empréstimos tomados mediante operações de crédito internos foram responsáveis pela entrada de recursos no montante de Cz$ 7.195.689,16 milhões, representando 99,89% das receitas de capital.

Desse endividamento assumido durante o exercício, 98,86% estão relacionados com lançamento de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para suprir o déficit orçamentário.

Para o exercício de 1988 foi autorizada a emissão de títulos sob a responsabilidade do Tesouro Nacional no montante inicial de Cz$ 1.391.362,29 milhões, com suplementados em Cz$ 6.635.992,30, totalizando Cz$ 8.027.354,60 milhões autorizados.

A emissão realizada no exercício totalizou Cz$ 7.110.010,14 milhões, permanecendo um saldo não utilizado no exercício no valor Cz$ 917.344,46 milhões. Este saldo, de acordo com a autorização contida na Lei 7.688, de 1988, poderá ser emitido em 1979, que totalizavam Cz$1.579.328,45 milhões.

No entanto a Lei No. 7.688, de 1988, permitiu a transferência do saldo não utilizado da emissão respectiva para cobrir às despesas inscritas em Restos a Pagar, evitando, desta forma, despesas financeiras no exercício seguinte com pagamentos relativos ao exercício anterior. Os Restos a Pagar do exercício de 1988 totalizaram o valor de Cz$ 1.579.328,45 milhões e estão cobertos, parcialmente, por recursos disponíveis no exercício findo, mais o direito de emissão aprovado pela Lei acima mencionada.

Com isto o direito de emissão ficaria registrado no montante de Cz$ 917.344,46 milhões que foi reduzida para Cz$ 408.130,70 milhões em função apenas dos restos a pagar da fonte de recursos provenientes de emissão títulos do Tesouro Nacional. A diferença repassa ao superavit financeiro do próprio exercício.

Entretanto, dessa autorização serão utilizados apenas Cz$ 408.130,70 milhões, em função dos restos a pagar da fonte de recursos provenientes de emissão de títulos do Tesouro Nacional.

Os financiamentos de programas por organismos financeiros internacionais propiciaram ao Tesouro recursos em moedas e em bens e serviços no total de Cz$ 81.429,58 milhões, equivalentes a 0,51% dos ingressos líquido do Tesouro e 1,13% das receitas de capital.

Na listagem consolidada da receita arrecadada do Tesouro Nacional, exercício de 1988, identificam-se arrecadações com inexistência de previsão orçamentária da receita. Deriva tal fato de arrecadação de tributos já extintos, pagos por contribuintes que espontaneamente liquidaram seus débitos cadastrados nos códigos originais da receita, e, ainda, da arrecadação de tributos cuja autorização legal foi publicada depois de concluída a proposta orçamentária do exercício.

Para apreciação e comentários da receita, foi considerado como fonte o relatório da Execução da Receita por Tipo, fls. 9 a 13 do 2o. volume.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA-EXERCÍCIO DE 1988

(Cz$ 1.000.000,00)

| CATEGORIA ECONÔMICA | PREVISÃO | REALIZAÇÃO | VARIAÇÃO |
|---|---|---|---|
| I - RECEITA | 4.545.162 | 15.949.586 | 250,91 |
| Receitas Correntes | 3.055.000 | 8.746.587 | 186,30 |
| Receitas de Capital | 1.490.162 | 7.202.999 | 383,37 |
| II- DESPESA | 4.545.162 | 15.857.926 | 248,23 |
| Despesas Correntes | 2.635.847 | 10.319.273 | 291,49 |
| Despesas de Capital | 1.717.915 | 5.538.653 | 322,40 |
| Reserva de Contingência* | 191.400 | | |
| III- SUPERAVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (I-II) | | 91.660 | |

* A classificação têm sua realização distribuída em despesas correntes e de capital.

Os valores projetados na síntese da execução orçamentária do exercício indicam que as Despesas Correntes arrecadadas superaram em Cz$ 1.572.686 milhões às Receitas Correntes efetivadas no período, enquanto que as Receitas de Capital foram superiores em Cz$ 1.664.346 milhões às Despesas de Capital. O déficit corrente deriva-se dos juros e encargos da dívida interna serem custeados por operações de crédito (receita de capital).

**2.1.6.Incentivos Fiscais**

Os incentivos fiscais deduzidos do Imposto de Renda de pessoa jurídica, ao amparo do Decreto-Lei no.1.376, de 12.12.74, tiveram em 1987 o seguinte desempenho:

**INCENTIVOS FISCAIS**

(Cz$ 1.000,00)

| | | |
|---|---|---|
| FINOR | | 68.066 |
| FINAM | | 73.910 |
| FISET: | | |
| Pesca | 5 | |
| Reflorestamento | 4.566 | 4.571 |
| FUNRES | | 1.661 |
| EMBRAER | | 2.203 |
| EDUCAR | | 11.462 |
| FUNDO DE PROM. CULTURAL | | 612 |
| TOTAL | | 162.485 |

Os programas especiais PIN e PROTERRA contribuíram no exercício com recursos para os seguintes fundos:

PROGRAMAS ESPECIAIS (Cz$ 1.000.000)

| | | |
|---|---|---|
| RECURSOS DO PIN | | |
| FINOR/BNB | 27.956 | |
| FINAM/BASA. | 21.701 | |
| OUTROS/BNB | 6.244 | 55.901 |
| RECURSOS DO PROTERRA | | |
| FINOR/BNB | 18.523 | |
| FINAM/BASA | 14.587 | |
| OUTROS/BNB | 2.082 | |
| OUTROS/BASA | 2.081 | 37.273 |
| TOTAL | | 93.174 |

Fonte: SEFIN/STN

**2.1.7. Imposto Territorial Rural - ITR**

Com o advento do Decreto-Lei no.2.363, de 21.10.87, ficou transferida ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário-MIRAD, a competência para gerir o Imposto Territorial Rural, cuja administração coubera até então ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, órgão extinto pelo referido dispositivo legal.

O montante arrecadado, desse imposto, até o segundo decêndio do mês de dezembro, atingiu a cifra de Cz$ 6.135,15 milhões, com variação real de 10,49% sobre a obtida no exercício de 1987.

Para a arrecadação deste tributo concorreram as seguintes unidades federativas, beneficiárias na distribuição a seus municípios, em idêntica proporção de recolhimento:

(Cz$ 1.000.000)

| IMPOSTO TERRITORIAL RURAL | | | |
|---|---|---|---|
| Acre | 16,16 | Pará | 85,67 |
| Alagoas | 29,75 | Paraíba | 45,46 |
| Amazonas | 40,94 | Pernambuco | 100,55 |
| Amapá | 1,33 | Piauí | 56,32 |
| Bahia | 454,41 | Paraná | 655,71 |
| Ceará | 66,77 | Rio de Janeiro | 115,01 |
| Distrito Federal | 11,44 | Rio Grande do Norte | 8,25 |
| Espírito Santo | 145,31 | Rondônia | 36,61 |
| Goiás | 642,14 | Roraima | 5,79 |
| Maranhão | 65,90 | Rio Grande do Sul | 402,27 |
| Minas Gerais | 1.045,19 | Santa Catarina | 182,31 |
| Mato Grosso do Sul | 298,61 | Sergipe | 5,85 |
| Mato Grosso | 479,13 | São Paulo | 1.138,27 |
| Total | | | 6.135,15 |

Fonte: MIRAD.

## 2.2 Execução da Despesa Orçamentária

A execução orçamentária, representativa da despesa orçamentária efetivada no exercício de 1988, alcançou o montante de Cz$15.857.926,13 milhões na realização de 94,71% do total dos créditos autorizados para o período.

Nos créditos considerados disponíveis em 31.12.88, na quantia de Cz$ 884.597,81 milhões tidos assim por sua não utilização no período, está compreendida a parcela de Cz$ 21.010,07 milhões que poderá ser aproveitada no exercício de 1989, mediante reabertura de créditos por se tratar de saldo de crédito especial autorizado e aberto no último quadrimestre de 1988.

Da despesa realizada apresenta-se os seguintes enfoques:

Cz$ 1.000.000,00

| CRÉDITOS | AUTORIZAÇÃO | REALIZAÇÃOã |
|---|---|---|
| Orçamentários e Suplementares | 16.033.735 | 15.170.148 |
| Especiais | 708.788 | 687.778 |
| SOMA | 16.742.523 | 15.857.926 |

No bojo da despesa realizada está inserida a parcela de Cz$ 1.579.328,45 milhões correspondente aos Restos a Pagar do exercício.

### 2.2.1.Despesa por Poder

Os gastos realizados no exercício apresentaram a seguinte participação, por Poderes da União.

| PODERES | (Cz$ 1.000.000) | PARTICIPAÇÃO % |
|---|---|---|
| Legislativo | 143.412 | 0,90 |
| Executivo | 15.569.230 | 98,18 |
| Judiciário | 145.284 | 0,92 |
| SOMA | 15.857.926 | 100,00 |

A participação significativa de 98,18% das despesas do Poder Executivo levando em consideração a inclusão do Orçamento das Operações Oficiais de Créditos apresenta as seguintes disposições:

(Cz$ 1.000.000)

| PODER EXECUTIVO | | |
|---|---|---|
| Executivo propriamente dito | 6.816.687 | 43,78 |
| Encargos Gerais da União | 556.198 | 3,57 |
| Transferências a Estados DF e municípios | 1.968.320 | 12,64 |
| Encargos Financeiros da União | 5.357.837 | 34,41 |
| Encargos Previdênciários da União | 870.188 | 5,59 |
| TOTAL DO PODER EXECUTIVO | 15.569.230 | 100,00 |

Pelos valores apresentados conclui-se que a participação efetiva do Poder Executivo no período foi de 43,78%, quando, no exercício anterior, as despesas desse setor representaram 49,80% dos gastos totais.

#### 2.2.2. Despesas por Categoria Econômica

Na classificação por categoria econômica, a execução orçamentária do exercício apresentou o seguinte comportamento:

| CATEGORIA ECONÔMICA | (Cz$ 1.000.000) | PARTICIPAÇÃO % |
|---|---|---|
| Despesas Correntes | 10.319.273 | 65,07 |
| Despesas de Capital | 5.538.653 | 34,93 |
| SOMA | 15.857.926 | 100,00 |

##### 2.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes se constituem das seguintes parcelas:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Despesas de Custeio | 2.021.622 |
| Transferências Correntes | 8.297.651 |
| Soma | 10.319.273 |

As despesas desse grupo apresentaram uma variação negativa de 1,6%, na participação do total das despesas, em comparação ao exercício de 1987.

As Despesas de Custeio apresentam os seguintes desdobramentos:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Pessoal | 1.168.161 |
| Material de Consumo | 241.845 |
| Serviços de Terceiros e Encargos | 608.942 |
| Diversas Despesas de Custeio | 2.674 |
| SOMA | 2.021.622 |

As Transferências Correntes, responsáveis por 80,40% das despesas correntes do exercício, apresentam o seguinte desdobramento:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Transferências Intragovernamentais | 2.289.235 |
| Transferências Intergovernamentais | 2.306.535 |
| Transferências Instituições Privadas | 219.198 |
| Transferências ao Exterior | 4.955 |
| Tranferências a Pessoas | 1.076.306 |
| Encargos da Dívida Interna | 2.087.687 |
| Encargos da Dívida Externa | 259.387 |
| Contribuição ao PASEP | 53.224 |
| Diversas Transferências Correntes | 1.124 |
| Total | 8.297.651 |

2.2.2.2. Despesas de Pessoal

Integram as Despesas Correntes os gastos efetuados pelo Tesouro Nacional com pessoal e encargos sociais, tanto da Administração Direta quanto da Indireta. As despesas com servidores da Administração Direta constam da execução das Unidades Orçamentárias e Administrativa com vínculo, enquanto o custeio de pessoal da Administração Indireta é retratado sob o prisma das Transferências a entidades da Administração indireta federal, a organismos estaduais e ao Distrito Federal e, ainda, a Pessoas. Igualmente são compreendidos nesse tópico, os gastos efetuados para cumprimento das obrigações patronais e previdenciárias decorrentes desses pagamentos.

O custeio de pessoal da Administração Federal, no exercício de 1988, apresentou o seguinte comportamento:

(Cz$ 1.000.000)

| | | |
|---|---|---|
| Administração Direta | | |
| Pessoal Civil | 579.829 | |
| Pessoal Militar | 536.714 | |
| Obrigações Patronais | 51.618 | 1.168.161 |
| Transferências Intragovernamentais | | |
| Transferências Operacionais | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.002.075 | |
| Subvenções Econômicas | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 127.416 | |
| Contribuições a Fundos | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 17.668 | |
| Transferências Operacionais a Territórios | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 30.702 | 1.177.861 |
| Transferências Intergovernamentais | | |
| Transferências a estados e ao Distrito Federal | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 190.079 |
| Transferências a Instituições Privadas- | | |
| Subvenções Econômicas | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | | 3.159 |
| Transferências a Pessoas | | |
| Inativos | 650.262 | |
| Pensionistas | 241.830 | |
| Salário-Família | 6.678 | 898.770 |
| TOTAL | | 3.438.030 |

A despesa de pessoal, no montante de Cz$ 3.438.030 milhões, representou 21,68% da despesa total do exercício, contra 24,04% relativo ao exercício anterior.

2.2.2.3. **Despesas de Capital**

As Despesas de Capital, representando 34,93% dos dispêndios do Tesouro Nacional, apresentaram o seguinte desdobramento:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Investimentos | 1.167.973 |
| Inversões Financeiras | 398.597 |
| Transferências de Capital | 3.972.082 |
| Total | 5.538.652 |

As parcelas integrantes desse grupo de despesas apresentam a agregação dos seguintes valores:

(Cz$ 1.000.000)

| | | |
|---|---|---|
| **Investimentos** | | |
| Obras e Instalações | 89.289 | |
| Equipamentos e Material Permanente | 166.738 | |
| Investimentos em Regime de Execução Especial | 735.319 | |
| Constituição ou Aumento de Capital | 176.233 | |
| Diversos Investimentos | 393 | 1.167.972 |
| **Inversões Financeiras** | | |
| Aquisição de Imóveis | 13.988 | |
| Aquisição de Bens para Revenda | 342 | |
| Aquisição de Titulo de Capital Integralizado | 565 | |
| Constituição ou Aumento de Capital em Emp. de Com. ou Financeiras | 374.551 | |
| Concessão de Empréstimos | 4.661 | |
| Diversas Inversões Financeiras | 4.490 | 398.597 |
| **Transferências de Capital** | | |
| Transferências Intragovernamentais | 3.012.562 | |
| Transferências Intergovernamentais | 183.825 | |
| Transferências a Instituições Privadas | 3.773 | |
| Amortização da Dívida Interna | 145.513 | |
| Amortização da Dívida Externa | 626.410 | 3.972.083 |
| TOTAL | | 5.538.652 |

Considerando que nos gastos de capital são inclusos também os investimentos e as aplicações, o resultado da execução do exercício pode ser considerado positivo.

Na transferências Intragovernamentais estão incluídas as transferências para o Orçamento da Operações Oficiais de Crédito.

### 2.2.3.Despesa por Função

Sob o enfoque da função da despesa efetuada, a execução orçamentária do exercício aponta a seguinte composição de valores:

(Cz$ 1.000.000)

| FUNÇÃO | | 1988 | 1987 |
|---|---|---|---|
| Legislativa | 128.016 | 0,81 | 0,87 |
| Judiciária | 133.931 | 0,84 | 1,02 |
| Administração e Planejamento | 4.747.923 | 29,95 | 14,30 |
| Agricultura | 1.369.183 | 8,63 | 11,94 |
| Comunicações | 30.408 | 0,19 | 0,33 |
| Defesa Nac. e Segurança Pública | 1.175.697 | 7,41 | 6,93 |
| Desenvolvimento Regional | 1.512.748 | 9,54 | 11,84 |
| Educação e Cultura | 1.675.000 | 10,56 | 13,14 |
| Energia e Recursos Minerais | 718.063 | 4,53 | 4,95 |
| Habitação e Urbanismo | 266.444 | 1,68 | 1,86 |
| Indústria, Comércio e Serviços | 836.309 | 5,27 | 6,60 |
| Relações Exteriores | 30.782 | 0,19 | 0,30 |
| Saúde e Saneamento | 421.445 | 2,66 | 3,65 |
| Trabalho | 79.216 | 0,50 | 0,66 |
| Assistência e Previdência | 1.392.930 | 8,79 | 8,85 |
| Transporte | 1.339.831 | 8,45 | 12,76 |
| SOMA | 15.857.926 | 100,00 | 100,00 |

Entre as variações apresentadas no exercício verifica-se o acréscimo acentuado na função Administração e Planejamento que concorreu com 29,95% na composição dos valores de 1988, quando participara com 14,30% no ano anterior. Este crescimento é basicamente atribuído a unificação do Orçamento Monetário ao Orçamento Fiscal.

## 3.BALANÇO FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

As de receitas e despesas do Tesouro Nacional, no exercício de 1988, podem ser compreendiadas nos seguintes agrupamentos::

BALANÇO FINANCEIRO

| RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|
| ORÇAMENTÁRIA | 44.257.287 | ORÇAMENTÁRIA | 44.165.627 |
| Receitas Correntes | 8.746.588 | Despesas Correntes | 10.319.273 |
| Receitas de Capital | 7.202.998 | Despesas de Capital | 5.538.653 |
| Transferências Recebidas | 28.307.701 | Transf. Conced. | 28.307.701 |
| EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 13.559.226 | EXTRA-ORÇAMENTÁRIA | 12.483.098 |
| Transferências Recebidas | 10.633.790 | Transf. Conced. | 10.633.790 |
| Ingressos | 2.925.436 | Dispêndios | 1.849.308 |
| DISPONÍVEL DO EXERC. ANTERIOR | 397.293 | DISP.P/EXERCÍCIO SEG. | 1.565.081 |
| Total | 58.213.806 | Total | 58.213.806 |

**3.1.Receitas.**

As Receitas Correntes e de Capital que integram o grupo da receita orçamentária foram objetos de comentários em item anterior, do Balanço Orçamentário, que apresentou o desempenho da Receita do Tesouro, no exercício de 1988.

Da mesma forma, as Despesas Correntes e de Capital foram detalhadas no exame apresentado sobre a execução orçamentária do exercício.

**3.1.1.Transferências Recebidas Vinculadas à Execução do Orçamento.**

As Transferências Recebidas representam a movimentação de recursos financeiros entre os órgãos e unidades da administração direta, visando cumprir a execução do orçamento. Desta forma as superposições dos valores são correspondidos pelas transferências concedidas descritas no subitem 3.2.1.

As Transferências Recebidas são compostas pelas seguintes parcelas:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Cota Recebida | 14.549.206 |
| Repasse Recebido | 9.495 |
| Sub Repasse Recebido | 13.749.000 |
| Total | 28.307.701 |

**3.1.2.Transferências Recebidas não Vinculadas à Execução do Orçamento.**

As Transferências Recebidas são indicativas da movimentação de recursos financeiros sem vinculação com o orçamento do exercício entre os órgãos e unidades da administração direta. São as transferências para pagamento de valores a pagar ou para devolução de recursos de terceiros.

Desta forma as superposições dos valores são correspondidas pela transferência concedidas descritas no subitem 3.2.2.

Essas transferências constituem-se das seguintes parcelas:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Ordem de Transferências Recebidas | 253.153 |
| Transferências Diversas Recebidas | 10.380.637 |
| TOTAL | 10.633.790 |

### 3.1.3. Ingressos Extra-Orçamentários

No grupo de Ingressos Extra-Orçamentários tem participação acentuada a parcela registrada a título de Restos a Pagar - Inscrição no valor de Cz$ 1.579.328,45 milhões que representam 53,98% na composição do grupo, contra 58,89% relativo ao exercício anterior.

Esse valor mantém o equilíbrio com a despesa apropriada no exercício, mas pendente ainda de liquidação, cuja inscrição em Restos a Pagar afetará a execução orçamentária do exercício.

## 3.2. Despesas

As Despesas Correntes e de Capital, da mesma forma que as Receitas, foram objeto de comentários sobre seus principais aspectos na análise da execução do orçamento do exercício.

### 3.2.1. Transferências Concedidas Vinculadas à Execução do Orçamento

As Transferências Concedidas retratam a movimentação dos recursos financeiros entregues para garantia da execução orçamentária.

Esse grupo mantém correspondência com as Transferências Recebidas descritas no subitem 3.1.1. e apresenta o desdobramento:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Cota Concedida | 14.549.206 |
| Repasse Concedido | 9.495 |
| Sub-Repasse Concedido | 13.749.000 |
| Soma | 28.307.701 |

### 3.2.2. Transferências Extra-Orçamentárias Concedidas

Estão registradas nesse grupo as operações de correspondências de crédito envolvendo os órgãos do Tesouro Nacional. Aparecem também as

liberações feitas para liquidação de Restos a Pagar no valor de Cz$ 253.153,05 milhões.

### 3.2.3.Disponível para o Exercício Seguinte

Os recursos financeiros disponíveis para aplicação imediata no exercício seguinte atingem a soma de Cz$ 1.565.081,40 milhões, compostos da seguinte maneira:

(Cz$ 1.000.000)

| EM MOEDA NACIONAL | |
|---|---|
| Caixa | 17,00 |
| Bancos c/Movimento | 1.418.097,00 |
| Bancos c/Vinculada | 2.649,00 |
| TOTAL I | 1.420.763,00 |

| EM MOEDA ESTRANGEIRA | |
|---|---|
| Caixa | 203,00 |
| Bancos c/Movimento | 144.115,00 |
| TOTAL II | 144.318,00 |
| Total do Disponível (TOTAL I + TOTAL II) | 1.565.081,00 |

### 4.BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial apresenta a seguinte estruturação:

Cz$ 1.000.000,00

| ATIVO | | PASSIVO | |
|---|---|---|---|
| Financeiro | 6.480.932 | Financeiro | 6.024.940 |
| Realizável a Longo Prazo | 3.631.954 | Exigível a Longo Prazo | 76.554.992 |
| Permanente | 8.789.162 | Patrimônio Líquido | (63.677.884) |
| Compensado | 70.216.328 | Compensado | 70.216.328 |
| Total | 89.118.376 | Total | 89.118.376 |

### 4.1. Ativo Financeiro

O ativo financeiro é formado pelos seguintes componentes:

Em Cz$ 1.000.000,00

| | |
|---|---|
| Disponível | 1.565.081 |
| Créditos em Circulação | 4.168.971 |
| Bens e Valores em Circulação | 338.928 |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | 407.952 |
| Total | 6.480.932 |

#### 4.1.1. Créditos a Receber

A conta créditos a receber, responsável por 50,68% de créditos em em circulação apresenta o desdobramento a seguir:

(em Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Fornecimento a Receber | 822 |
| Rede Bancária Arrecadação | 185.276 |
| Recursos a Receber | 2.690.740 |
| Títulos a Emitir-Lei 7.688/88 | 408.131 |
| Diversos Responsáveis | 7 |
| Total | 3.284.976 |

a) O Fornecimento a Receber apresenta os valores relativos a carta de crédito utilizadas por unidades gestoras existentes no exterior.

b) A Rede Bancária-Arrecadação representa o montante das receitas arrecadadas, classificadas e não recolhidas ao Tesouro Nacional.

c) Os Recursos a Receber representam o equilíbrio do resultado de gestão em relação a despesas não liquidadas, mas inscritas em restos a pagar no final do exercício, cujos recursos correspondentes serão transferidos no exercício seguinte.

d) Os Títulos a Emitir Lei 7.688/88 representam o valor da emissão autorizada e não realizada no exercício, relativamente aos recursos da fonte 044, cuja emissão correspondente foi transferida para o exercício seguintes, de acordo com a lei 7.688/88.

e) Os Diversos Responsáveis representam a responsabilidade dos ordenadoras de despesa e agentes, pendentes em 31.12.88.

#### 4.1.2. Estoques

Os Estoques (53,88%) e os Títulos e Valores (37,64%) representam a maior parcela dos Bens e Valores em Circulação, observando-se o seguinte desdobramento(em Cz$1.000.000):

BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO

| | |
|---|---|
| Estoques | 182.623 |
| Títulos e Valores | 127.596 |
| Materiais em Trânsito | 27.626 |
| Importação em andamento | 1.083 |
| Total | 338.928 |

a) Os Estoques estão representados pelo montante dos materiais adquiridos para consumo direto, transformação em outros produtos, distribuição a unidades aplicadoras e para revenda.

b) Os Títulos e Valores estão representados pelos Títulos da Dívida Agrária-TDA para atender ao projeto de reforma agrária.

c) Os Materiais em Trânsito representam o valor das transferências de materiais entre órgãos e unidades, em tramitação em 31.12.88.

d) As Importações em Andamento representam as despesas realizadas no exercício, cujos materiais correspondentes não foram recebidos até 31.12.88.

**4.1.3. Valores Diferidos**

A conta valores diferidos representa a maior parcela dos valores pendentes a curto prazo, podendo ser assim detalhada:

(Cz$ 1.000.000)

| | | |
|---|---|---|
| Despesas Pendentes | | 3 |
| Valores Diferidos a Conceder | | |
| Cota Diferida | 222.751 | |
| Sub-repasse | 185.198 | 407.949 |
| Total | | 407.952 |

a) As Despesas Pendentes representam o montante realizado no exercício e não classificado até 31.12.88.

b) Os Valores Diferidos a conceder representam os saldos financeiros em poder das unidades gestoras, no final do exercício, que serão deduzidas das transferências financeiras do exercício seguinte.

**4.2. Realizável a Longo Prazo**

Os Créditos da União constituídos pela Dívida Ativa da União no montante de Cz$3.483.975,48 milhões representam 95,92% do grupo Realizável a Longo Prazo. O demonstrativo analítico da Dívida Ativa vem retratado nos anexos deste relatório, de forma sintética, demonstrando os valores por unidade da federação e por características de ocorrencia da movimentação durante o exercício.

4.3. Permanente

A Participação Societária da União, com o registro do investimento do Tesouro Nacional, por participação na composição do capital de empresas vinculadas a seus órgãos de administração constitui 88,47% do Ativo Permanente. Esses investimentos aparecem relacionados por órgão de vinculação às fls. 28 a 30 do 2o. volume, e, nos anexos deste caderno.

O Ativo Imobilizado apresenta-se pelo valor nominal não ocorrendo reavaliações nem a correção monetária respectiva.

4.4. Passivo Financeiro

O passivo financeiro é formado pelos seguintes componentes:

PASSIVO FINANCEIRO
(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Depósitos | 84.649 |
| Obrigações em Circulação | 5.687.375 |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | 252.915 |
| Total | 6.024.939 |

4.1.1. Depósitos

Os Depósitos compõem 93,95% de depósitos de diversas origens efetuados por terceiros aos cofres da União e 6,05% de consignações descontadas na fonte a favor de terceiros.

4.4.2. Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação é constituida pelo seguinte agrupamento:

OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Obrigações a Pagar | 4.272.785 |
| Credores-Entidades e Agentes | 1.347.283 |
| Adiantamentos Recebidos | 1.204 |
| Valores em Trânsito Exigíveis | 35.121 |
| Outras Obrigações | 30.982 |
| Total | 5.687.374 |

As Obrigações a Pagar contém 37,24% relativos à inscrição de Restos a Pagar e 62,62% representativos de recursos a liberar utilizados para equilibrar o resultado o de gestão afetado pelo registro das despesas inscritas em Restos a Pagar.

A diferença entre o valor dos Restos a Pagar apresentada nas demonstrações orçamentárias (Cz$ 1.471.917 milhões) e o demonstrado no Balanço Patrimonial justifica-se pela utilização do dólar orçamentário de Cz$ 65,09 para a execução e a taxa do dólar americano Cz$ 765.300 para a demonstração patrimonial para as unidades gestoras de moeda estrangeira.

Os Credores-Entidades e Agentes representam, basicamente, os recursos provenientes de Títulos do Tesouro Nacional emitidos e não transferidos para a Conta Única até 31.12.88 (55,63%); da dívida da União para com os contribuintes do imposto de renda (40,43%) e o restante referente a incentivos a liberar e recursos a serem recolhidos à União pelas unidades responsáveis.

Os valores em Trânsito Exigíveis representam basicamente os valores relativos aos pagamentos efetuados pelas unidades gestoras não integrantes da Conta Única no final do exercício que não foram correspondidos pelos bancos.

As outras Obrigações referem-se aos empréstimos compulsórios recebidos e não recolhidos e ainda outras obrigações não classificadas no itens anteriores.

**4.4.3. Valores Pendentes a Curto Prazo**

Os valores pendentes a Curto Prazo apresentam a seguinte disposição:

(Cz$ 1.000.000)

| | | |
|---|---|---|
| Receitas Pendentes | | |
| Receita Bruta | 28 | |
| Restituições | (-)158.976 | (-)158.948 |
| Valores Diferidos | | |
| Cota Diferida a Receber | 222.751 | |
| Sub-repasse Diferido a Receber | 189.112 | 411.863 |
| Total | | 252.915 |

As receitas pendentes de classificação estão representadas de forma invertida em virtude das restituições não classificadas no exercício.

Os valores diferidos representam a correspondência descrita no subitem 4.1.3, alínea "b".

**4.5. Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o Ativo e o Passivo apresentando o seguinte comportamento:

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Exercício de 1985 | 117.376 |
| Exercício de 1986 | 272.525 |
| Exercício de 1987 | (-) 2.768.455 |
| Exercício de 1988 | (-)63.677.848 |

A partir do exercício de 1987, o Patrimônio Líquido passou, a condição negativa em virtude dos seguintes aspectos:

a) registros das dívidas relativas às operações de crédito internas e externas.

b) registro dos débitos para os contribuintes do imposto de renda a restituir.

c) registro da correção monetária das obrigações correspondentes.

d) ausência da correção monetária do ativo imobilizado.

No exercício de 1988 o "DÉFICIT" ficou ainda mais acentuado em virtude da transferência das obrigações da Dívida Pública do Banco Central para o Tesouro Nacional, relativas ao Orçamento das Operações Oficiais de Crédito sem os direitos repectivos que compõem as demonstrações constantes do 2o. volume.

## 5. BALANÇO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O balanço das variações patrimoniais demonstra os efeitos ocorridos no patrimônio da União durante o exercício. Sua composição está assim Estruturada.

BALANÇO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(Cz$ 1.000.000)

| | | |
|---|---|---|
| **VARIAÇÕES ATIVAS** | | |
| Orçamentárias | | |
| Receitas | 15.949.586 | |
| Interferências Passivas | 28.586.429 | |
| Mutações Ativas | 3.488.710 | 48.024.725 |
| Extra-orçamentárias | | |
| Acréscimos Patrimoniais | 7.442.994 | |
| Interferências Passivas | 13.677.021 | |
| Mutações Ativas | 25.827.675 | 46.947.690 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | |
| "Déficit" | | 58.936.727 |
| Total | | 153.909.142 |
| **VARIAÇÕES PASSIVAS** | | |
| Orçamentárias | | |
| Despesas | 15.857.927 | |
| Interferências Ativas | 28.586.429 | |
| Mutações Passivas | 7.351.416 | 51.795.772 |
| Extra-orçamentárias | | |
| Decréscimos Patrimoniais | 346.906 | |
| Interferências Ativas | 13.677.021 | |
| Mutações Passivas | 88.089.443 | 102.113.370 |
| Total | | 153.909.142 |

**5.1. Resultado Patrimonial**

O resultado Patrimonial do exercício foi obtido da operação:

(Cz$1.000.000)

RESUMO

| | |
|---|---|
| Variações Ativas | 94.972.415 |
| Variações Passivas | (-)153.909.142 |
| "Déficit" do exercício | (-) 58.936.727 |

**5.2. Variações Ativas Orçamentárias**

Na composição das Variações Ativas Orçamentárias:

a) as receitas representam a arrecadação líquida dos recursos, em cumprimento às Leis pertinentes;

b) as interferências passivas representam as incorporações e desincorporações de receitas e despesas entre as unidades gestoras

mantendo correlação com as interferências ativas demonstradas no subitem 5.4;

c) as mutações ativas refletem o equilíbrio do resultado de gestão de cada unidade gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente das operações de resgates de créditos recebidos e nas aquisições de bens e valores.

5.3. Variações Ativas Extra-orçamentárias

Na composição das variações ativas extra-orçamentárias:

a) os acréscimos patrimoniais refletem a evolução dos bens e valores representados pelos aumentos independentes da execução orçamentária, especificamente dos subgrupos de Bens e Valores em Circulação e do Ativo Permanente;

b) as interferências passivas demonstram as transferências de bens e valores entre unidades gestoras, independentes da execução orçamentária. São as movimentações de bens móveis, materiais de consumo e outros valores;

c) as mutações ativas retratam as variações ocorridas em função das incorporações de créditos, baixa de obrigações e dos ajustes correspondentes.

**5.4. Variações Passivas Orçamentárias**

Nas variações Passivas Orçamentárias:

a) as despesas representam a execução da dotação orçamentária em cumprimento às Leis pertinentes;

b) as interferências ativas demonstram as incorporações e desincorporações de despesas e receitas entre as unidades gestoras, mantendo correlação com as interferências passivas descritas no subitem 5.2;

c) as mutações passivas refletem o equilíbrio do resultado de gestão, de cada unidade gestora, em virtude da execução orçamentária, basicamente das operações de crédito internas e externas para cobertura de "déficit" orçamentário.

**5.5. Variações Passivas Extra-Orçamentárias**

Na composição das variações passivas extra-orçamentárias:

a) os decréscimos patrimoniais representam as baixas ocorridas durante o exercício, independente da execução orçamentária,

especificamente dos subgrupos de Bens e Valores em Circulação e do Ativo Permanente,

b) as interferências ativas refletem as transferências de bens e valores entre as unidades gestoras, independentes da execução orçamentária. São as movimentações de bens móveis, materiais de consumo e outros valores;

c) as mutações passivas representam as variações ocorridas em função das baixas de créditos, incorporação de obrigações e os ajustes correspondentes, incluindo as correções da divida interna, externa e as transferências do resultado do Banco Central da divida pública.

## 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Considera-se Administração Indireta os órgãos federais sujeitos a prestação de contas, tendo seus balanços consolidados e incorporados ao da União.

Desta forma estão incluidos no montante do Patrimônio da administração indireta as Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e outros valores não consignados ao orçamento, estando de forma individual identificados pelo Sistema de Controle Indireto.

O Patrimônio Liquido da Administração Indireta apresenta a seguinte evolução nos últimos exercicios.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Cz$ 1.000.000)

| | |
|---|---|
| Exercicio de 1984 | 18.438 |
| Exercicio de 1985 | 164.327 |
| Exercicio de 1986 | 349.986 |
| Exercicio de 1987 | 1.691.181 |
| Exercicio de 1988 | 47.209.538 |

No exercício de 1988 o aumento relevante do Patrimônio Liquido deveu-se à transferência do controle do orçamento das operações oficiais de créditos, anteriormente em poder do Banco Central do Brasil e que não se incorporava ao Balanço da União, resultando no acréscimo de Cz$ 26.743.315,92 milhões no final do exercicio.

## 7. MODIFICAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NO EXERCÍCIO DE 1988.

As modificações administrativas ocorridas durante o exercicio estão demonstradas nos anexos deste relatório.

## PARTE III - POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DOS SETORES ECONÔMICOS DO GOVERNO

### 1. Introdução

Após os choques econômicos de 1986 (Plano Cruzado) e de 1987 (Plano de Estabilização Econômica), o ano de 1988 caracterizou-se por uma relativa liberdade de preços na economia. De fato, foi intenção do Governo permitir que as forças de mercado atuassem no sentido de corrigir as distorções de preços relativos, decorrentes das políticas adotadas nos anos anteriores.

Logo no início do ano, a inflação atingiu os mesmos patamares que haviam induzido a implementação do Plano de Estabilização Econômica em junho de 1987. Isto demonstrava que os agentes econômicos estavam buscando o reequilíbrio de seus níveis de preços relativos.

Por outro lado, os salários vinham sendo corrigidos pela URP, instrumento que, se não era capaz de manter intacto o seu valor real, pelo menos tornou possível aos trabalhadores suportar por um período mais longo as elevadas taxas de inflação verificadas.

Em outubro, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, foram introduzidos novos balizadores para os diversos setores de nossa economia. O setor privado viu-se obrigado a arcar com novos elementos de custos, e o setor público federal perdeu parte de suas receitas para os Estados e Municípios. Estes novos condicionantes foram determinantes para a evolução do cenário econômico do País no final do ano, uma vez que trouxeram novas pressões inflacionárias e obrigaram o Governo Federal a iniciar um processo de ajuste de sua estrutura à nova realidade.

Este capítulo tem como objetivo a análise do desempenho da economia brasileira no ano de 1988 enfatizando os principais aspectos da política econômica e seus resultados.

A seção 2 analisa a evolução dos indicadores referentes a preços, salários, empregos e nível de atividade. As questões monetárias e financeiras foram tratadas na seção 3.

A seção 4 aborda o comportamento das finanças públicas, relacionado com as necessidades de financiamento do setor público e a Dívida Pública Mobiliária Federal.

Finalmente, na seção 5 são apresentados os resultados do setor externo, com ênfase para as atividades do comércio exterior.

## 2. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

### 2.1. Nível de Atividade

As políticas adotadas pelo Governo em 1987 embora tenham permitido uma folga temporária das pressões inflacionárias não foram capazes de revertê-las. Após os meses iniciais do Plano de Estabilização e Controle Macroeconômico o País voltou a conviver com altas taxas mensais de inflação. Assim, desde o seu início, o ano de 1988 caracterizou-se pelo retorno do processo inflacionário e pela queda da demanda interna.

De acordo com estimativa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) foi praticamente nula registrando um crescimento de apenas 0,04%.

TABELA 2.1
BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL
1985-87 (%)

| SETORES E SUB-SETORES | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 (+) |
|---|---|---|---|---|
| SETOR AGROPECUÁRIO | 8,4 | (7,9) | 14,0 | 0,06 |
| LAVOURAS | 14,2 | (11,1) | 15,5 | (1,54) |
| PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS | 3,7 | (2,8) | 11,7 | 2,8 |
| SETOR INDUSTRIAL | 9,0 | 12,1 | 0,2 | (2,23) |
| INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO | 8,3 | 11,3 | 1,0 | (3,05) |
| EXTRATIVA MINERAL | 11,5 | 3,7 | (0,7) | 1,42 |
| CONTRUÇÃO CIVIL | 11,3 | 17,7 | (3,9) | (2,54) |
| SERV. IND. UTIL. PÚBLICA | 10,2 | 8,3 | 3,3 | 6,37 |
| SETOR SERVIÇOS | 7,7 | 8,1 | 2,8 | 1,69 |
| COMÉRCIO | 8,9 | 9,9 | 2,0 | (2,54) |
| INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS | 10,0 | 7,0 | 2,9 | 0,01 |
| TRANSPORTES | 4,7 | 11,6 | 4,8 | 4,39 |
| COMUNICAÇÕES | 16,9 | 17,1 | 0,5 | 9,4 |
| GOVERNO | 2,2 | 2,1 | 2,1 | 2,07 |
| PRODUTO REAL | 8,4 | 8,0 | 2,9 | 0,04 |

FONTE: FIBGE
(+) estimativa

Em termos monetários, o PIB foi estimado em Cz$ 101 trilhões (US$ 385 Bilhões), resultando em uma renda "per capita" anual de US$ 2,665.00, superior, portanto, ao de 1987.

O setor agropecuário, que no ano anterior foi um dos principais responsáveis pelo crescimento do PIB, obteve o modesto crescimento de 0,6% e ainda assim graças ao desempenho da produção pecuária, já que a agricultura registrou um decréscimo de 1,54%.

A despeito deste mau desempenho, que deveu-se em parte à quebra da safra de café (que totalizou apenas 12,6 milhões de toneladas), a colheita de grãos foi novamente recorde com a cifra de 63,8 milhões de toneladas.

O setor industrial foi o que sofreu mais fortemente os efeitos da retração da demanda interna decrescendo cerca de 2,23%. Este resultado é preocupante uma vez que no ano anterior este setor havia crescido apenas 0,2% e que as perspectivas de comportamento do mercado e dos níveis de investimento para 1989 não permitem postura otimista.

A Indústria Extrativa Mineral, após a retração ocorrida em 1987, voltou a se expandir a uma taxa de 0,42% devido, principalmente, à produção de minério de ferro. Por sua vez a Indústria de Transformação decresceu cerca de 3,05% quando no ano anterior havia se expandido à modesta taxa de 1,0%. Dos dezesseis gêneros que compõem este setor apenas quatro apresentaram taxas positivas de variação: material de transporte (9,1%), bebidas (2,2%), borracha (2,1%) e fumo (1,0%).

O setor de construção civil que vinha em trajetória ascendente desde 1984, e que em 1986 chegou a registrar a elevada taxa de crescimento de 17,7%, já em 1987 apresentou uma retração de 3,9%. Este ano, embora tenha ocorrido novamente uma retração, esta foi menor que a anterior chegando apenas a 2,54%.

No setor serviços enquanto o comércio registrou uma queda de 2,54% contra um crescimento de 2,0% em 1987, os subsetores transporte, comunicações, instituições financeiras, administrações públicas e outros serviços evoluíram a taxas de 4,39%, 9,4%, 0,01%, 2,07% e 5,4%, respectivamente.

**2.2. Preços e Salários**

O ano de 1988, ao contrário dos dois anos anteriores, foi caracterizado por plena liberdade e flexibilidade de preços na economia, o que elevou os índices de preços para patamares recordes em nosso País, e semelhantes aos verificados em países onde se verificaram casos de hiperinflação.

Observou-se, em 1988, a recomposição de preços relativos que se torna necessária após cada período de congelamento. Contribuíram, também, para a escalada inflacionária os reajustes defensivos decorrentes da expectativa de novos congelamentos, a indexação generalizada dos preços e a

política de realismo tarifário e de eliminação dos subsídios praticada pelo governo objetivando a diminuição do déficit público.

O índice de preços ao consumidor (IPC), pesquisado pela Fundação IBGE, apresentou, no primeiro semestre, variações mensais médias de 18% que se elevaram a 25% no segundo semestre, atingindo 28,79% em dezembro. Em termos anuais, os indicadores de preços apresentaram taxas de 934% para o IPC, 994% para o INPC e 981% para o IPCA.

TABELA 2.2
ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR-IPC
INFLAÇÃO OFICIAL

| MESES | 1986 | 1987 | 1988 |
|---|---|---|---|
| JAN | 16,23 | 16,82 | 16,51 |
| FEV | 14,36 | 13,94 | 17,96 |
| MAR | -0,11 | 14,40 | 16,01 |
| ABR | 0,78 | 20,96 | 19,28 |
| MAI | 1,40 | 23,21 | 17,78 |
| JUN | 1,27 | 26,06 | 19,53 |
| JUL | 1,19 | 3,05 | 24.04 |
| AGO | 1,68 | 6,36 | 20,66 |
| SET | 1,72 | 5,68 | 24,01 |
| OUT | 1,90 | 9,18 | 27.25 |
| NOV | 3,29 | 12,84 | 26,92 |
| DEZ | 7,27 | 14,14 | 28,79 |
| ACUMULADO | 62,37 | 365,96 | 933,62 |

FONTE: FIBGE

Na composição desse índice, o grupo Alimentação (com 1024,15% ao ano) liderou a elevação dos preços, com aumento real de 9,69% em relação aos preços de dezembro de 1987, seguido pelo grupo Despesas Pessoais (940,44% ao ano). Todos os demais grupos tiveram aumentos de preços abaixo da inflação verificada para o ano, conforme se observa na tabela 2.3.

**TABELA 2.3**
Índices de Preços ao Consumidor (IPC) - 1987
(Variação Percentual por Grupo de Produtos)

| Grupo de Produtos | 1987 | 1988 |
|---|---|---|
| Alimentação | 336,67 | 1.024,15 |
| Habitação | 490,79 | 835,12 |
| Artigos de Residência | 340,84 | 845,96 |
| Vestuário | 291,84 | 875,10 |
| Transportes e Comunicações | 352,76 | 813,77 |
| Saúde e Cuidados Pessoais | 456,41 | 895,30 |
| Despesas Pessoais | 409,37 | 940,44 |
| Índice Geral | 365,96 | 993,62 |

FONTE: FIBGE

No tocante aos salários, em 1988, os reajustes foram concedidos com base no Decreto-Lei 2.335, de 12/06/87, a título de antecipação, de

acordo com a variação da URP, por ocasião das datas-base das respectivas categorias. Não obstante a aceleração do processo inflacionário ao longo do ano, a nova sistemática de reajustes, associada a livres negociações salariais em que foram efetivadas antecipações de URP e ganhos acima da variação do IPC, reverteu a tendência de queda do poder aquisitivo dos salários verificada em 1987.

Os aumentos nominais do Piso Nacional de Salários acumularam em dezembro aumento real da ordem de 9,52% (1023% nominal), consubstanciando a recuperação real do Piso determinada por diretriz governamental.

Finalmente, destaca-se o fato de que, mesmo com as elevadas taxas inflacionárias ocorridas e com o ligeiro aumento do desemprego, tanto o salário médio real quanto a massa salarial real elevaram-se continuamente ao longo do ano alcançando em dezembro patamares de 14,22% e 12,88% acima daqueles observados para dezembro de 1987.

TABELA 2.4
ESTADO DE SÃO PAULO
MASSA SALARIAL E SALÁRIO MÉDIO REAL
DEZEMBRO/85 - DEZEMBRO/87

| MESES | MASSA SALARIAL REAL (*) | SALÁRIO MÉDIO REAL (*) |
|---|---|---|
| DEZ/85 | 149,3 | 151,7 |
| 1986 | | |
| JAN | 154,7 | 155,2 |
| FEV | 157,1 | 155,6 |
| MAR | 172,8 | 169,8 |
| ABR | 173,0 | 169,2 |
| MAI | 173,9 | 169,4 |
| JUN | 173,3 | 167,0 |
| JUL | 177,7 | 169,4 |
| AGO | 179,8 | 169,9 |
| SET | 181,5 | 169,8 |
| OUT | 182,4 | 169,9 |
| NOV | 186,0 | 172,7 |
| DEZ | 176,3 | 164,4 |
| 1987 | | |
| JAN | 163,9 | 152,2 |
| FEV | 163,7 | 150,6 |
| MAR | 180,8 | 166,5 |
| ABR | 180,9 | 166,7 |
| MAI | 173,6 | 160,5 |
| JUN | 165,6 | 154,9 |
| JUL | 151,5 | 143,5 |
| AGO | 150,2 | 143,6 |
| SET | 155,5 | 148,8 |
| OUT | 155,6 | 148,5 |
| NOV | 173,4 | 164,9 |
| DEZ | 168,5 | 161,0 |
| 1988 | | |
| JAN | 164,0 | 156,6 |
| FEV | 166,5 | 158,8 |
| MAR | 166,3 | 158,6 |
| ABR | 174,7 | 166,8 |
| MAI | 182,7 | 174,8 |
| JUN | 176,1 | 168,5 |
| JUL | 172,7 | 165,3 |
| AGO | 176,2 | 168,5 |
| SET | 173,0 | 165,8 |
| OUT | 174,1 | 167,2 |
| NOV | 187,5 | 180,7 |
| DEZ | 190,2 | 183,9 |

FONTE.: FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
BASE.......: MÉDIA DE 1978
DEFLATOR...: (*) ICV/FIPE
ESTIMATIVAS: FIESP (**)
ELABORAÇÃO.: CES/IPLAN

**2.3.Emprego**

Os indicadores de emprego para 1988 evidenciam, como já havia ocorrido no ano anterior, uma pequena desaceleração na oferta de emprego. A taxa de desemprego aberto de 1988 (2,92%) situou-se num patamar ligeiramente superior ao do ano anterior (2,86%).

TABELA 2.5
TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO (*) POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA-BRASIL (**)
JANEIRO/86 - DEZEMBRO/87

| MESES | IND. DE TRANSF. | COMÉRCIO | CONTRUÇÃO CIVIL | SERVIÇOS | OUTRAS ATIVIDADES | TAXAS MÉDIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|
| JAN 1986 | 4,01 | 4,53 | 5,37 | 2,91 | 2,03 | 4,18 |
| FEV | 4,26 | 4,81 | 5,15 | 3,26 | 2,08 | 4,40 |
| MAR | 4,26 | 5,52 | 4,31 | 3,35 | 2,12 | 4,39 |
| ABR | 4,27 | 4,54 | 4,51 | 3,11 | 2,10 | 4,17 |
| MAI | 4,06 | 4,86 | 4,47 | 3,13 | 1,79 | 4,08 |
| JUN | 4,96 | 3,93 | 4,28 | 2,91 | 1,58 | 3,76 |
| JUL | 3,66 | 3,56 | 4,00 | 2,85 | 1,55 | 3,60 |
| AGO | 3,44 | 3,57 | 3,31 | 2,81 | 1,48 | 3,50 |
| SET | 3,14 | 3,31 | 3,30 | 2,69 | 1,48 | 3,23 |
| OUT | 3,03 | 3,12 | 2,79 | 2,46 | 1,19 | 2,98 |
| NOV | 3,74 | 2,27 | 2,11 | 2,27 | 0,91 | 2,64 |
| DEZ | 2,25 | 1,99 | 2,59 | 1,81 | 0,98 | 2,16 |
| JAN 1987 | 3,76 | 3,33 | 3,25 | 2,36 | 1,19 | 3,19 |
| FEV | 3,75 | 3,86 | 3,02 | 2,65 | 1,21 | 3,38 |
| MAR | 3,61 | 3,96 | 3,23 | 2,43 | 1,62 | 3,28 |
| ABR | 4,11 | 4,11 | 3,23 | 1,46 | 1,41 | 3,39 |
| MAI | 4,93 | 4,49 | 4,29 | 2,83 | 1,83 | 3,97 |
| JUN | 5,69 | 4,47 | 5,87 | 3,25 | 1,87 | 4,43 |
| JUL | 6,39 | 4,55 | 5,18 | 3,04 | 2,06 | 4,47 |
| AGO | 5,95 | 4,69 | 4,75 | 2,79 | 1,67 | 4,22 |
| SET | 5,24 | 4,38 | 4,24 | 2,96 | 1,99 | 4,03 |
| OUT | 5,33 | 4,27 | 3,68 | 2,95 | 1,51 | 3,96 |
| NOV | 4,68 | 3,71 | 3,95 | 2,82 | 1,07 | 3,63 |
| DEZ | 3,28 | 3,02 | 3,08 | 2,23 | 1,37 | 2,86 |
| JAN 1988 | 4,56 | 3,87 | 4,09 | 2,95 | 1,38 | 3,80 |
| FEV | 5,37 | 4,18 | 4,06 | 3,37 | 1.86 | 4,33 |
| MAR | 5,22 | 4,66 | 4,20 | 3,33 | 2,02 | 4,30 |
| ABR | 5,03 | 4,80 | 3,44 | 3,21 | 1,46 | 4,08 |
| MAI | 5,34 | 4,66 | 3,51 | 2,97 | 1,18 | 4,04 |
| JUN | 5,06 | 4,36 | 4,08 | 2,81 | 1,26 | 3,90 |
| JUL | 4,95 | 4,14 | 3,73 | 2,85 | 1,62 | 3,84 |
| AGO | 4,80 | 4,82 | 4,14 | 3,16 | 1,80 | 4,16 |
| SET | 4,63 | 4,45 | 3,74 | 2,99 | 1,30 | 3,84 |
| OUT | 4,29 | 4,41 | 3,83 | 2,93 | 1,12 | 3,65 |
| NOV | 3,82 | 3,80 | 3,44 | 2,78 | 1,01 | 3,32 |
| DEZ | 3,37 | 3,14 | 3,23 | 2,35 | 1,17 | 2,92 |

FONTE: PME/IBGE
* PESSOAS DESOCUPADAS EM RELAÇÃO AS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS
** TAXAS PONDERADAS PELA PEA DAS 6 REGIÕES METROPOLITANAS
IDADE MÍNIMA - 15 ANOS
ELABORAÇÃO: CES/IPLAN

O nível de emprego, medido pelo Ministério do Trabalho (Lei No. 4923/65), no setor organizado do mercado de trabalho, cresceu 3,0% em 1988, representando a criação de cerca de 604 mil postos de trabalho. Com isso superou-se em muito a marca do ano anterior e aproximou-se dos números observados em 1985 e em 1986.

TABELA 2.6.
COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMALIZADO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
BRASIL - 1985/1987

| SETORES | JAN-DEZ/85 | | JAN-DEZ/86 | | JAN-DEZ/87 | | JAN - DEZ/88 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | V. ABS. | V.REL % | V. ABS. | V.REL % | V.ABS. | REL | V.ABS. | V.REL. |
| TOTAL | 911.765 | 4,83 | 1.000.467 | 4,93 | 162.805 | 0,76 | 603.767 | 3,00 |
| EXTRATIVA MINERAL | 4.511 | 2,78 | (1.217) | (0,72) | 3.543 | 2,14 | 2.827 | 1,64 |
| IND. DE TRANSFORMAÇÃO | 351.318 | 6,95 | 543.431 | 9,77 | (151.661) | (2,48) | 68.452 | 1,17 |
| SERVIÇOS INDÚSTRIAIS | 7.695 | 2,35 | 5.440 | 1,69 | 1.524 | 0,41 | 10.929 | 3,14 |
| CONSTRUÇÃO CIVIL | 31.199 | 3,78 | 62.745 | 6,94 | (2.905) | (0,35) | 57.698 | 5,90 |
| COMÉRCIO | 163.174 | 5,99 | 201.515 | 6,98 | 22.543 | 0,68 | 121.261 | 3,82 |
| SERVIÇOS | 301.301 | 5,11 | 147.814 | 2,35 | 235.527 | 3,60 | 287.402 | 4,10 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 49.014 | 1,46 | 37.492 | 1,12 | 44.199 | 1,31 | 51.228 | 2,42 |
| AGRO.EXT.VEG.C. E PESCA | (6.874) | (1,28) | (3.214) | (0,57) | 8.402 | 2,95 | 3.034 | 1,17 |
| OUTROS | 10.427 | 4,26 | 6.461 | 2,75 | 1.633 | 0,75 | 936 | 0,49 |

FONTE: LEI No. 4923/65 - MIN. DO TRABALHO

É importante notar a reversão do quadro observado na indústria de transformação que no ano anterior dispensou mão-de-obra e em 1988 voltou a aumentar sua oferta de emprego a uma taxa de 1,17%. Cabe destacar ainda que, pela primeira vez nos últimos anos, todos os setores foram absorvedores de mão-de-obra, especialmente os de construção civil e serviços onde a oferta de emprego cresceu, respectivamente, em 5,90% e 4,10%

**2.4. Programa Seguro-Desemprego**

No exercício de 1988, o Ministério do Trabalho recebeu requerimento do Seguro-Desemprego de cerca de 1.400 mil desempregados. Desses, 1.020 mil foram deferidos, resultando na emissão de 4.200 mil documentos de pagamento, no valor de Cz$ 51.400 milhões, conforme demonstrativos a seguir:

REQUERENTES SEGURADOS

| MÊS/ANO | REQUERENTES | SEGURADOS |
|---|---|---|
| 01/88 | 120.419 | 83.319 |
| 02/88 | 65.792 | 46.489 |
| 03/88 | 141.786 | 101.661 |
| 04/88 | 110.797 | 76.847 |
| 05/88 | 133.034 | 98.293 |
| 06/88 | 124.901 | 93.154 |
| 07/88 | 99.661 | 74.719 |
| 08/88 | 139.428 | 104.315 |
| 09/88 | 114.406 | 85.277 |
| 10/88 | 105.016 | 78.081 |
| 11/88 | 127.156 | 96.741 |
| 12/88 | 117.580 | 81.800 |
| TOTAL | 1.399.976 | 1.020.696 |

FONTE: CATD/SES/MTB

TOTAL DE CHEQUES EMITIDOS EM 1988

| UF | QUANTIDADE EMITIDA | VALOR EMITIDO |
|---|---|---|
| AC | 2.465 | 25.196.238 |
| AL | 41.833 | 464.211.777 |
| AM | 36.696 | 501.361.899 |
| AP | 3.551 | 50.326.694 |
| BA | 186.791 | 2.299.675.481 |
| CE | 111.958 | 1.161.291.472 |
| DF | 79.297 | 708.868.475 |
| ES | 83.102 | 964.430.023 |
| GO | 65.292 | 802.698.230 |
| MA | 43.626 | 498.373.914 |
| MG | 476.243 | 5.538.660.021 |
| MS | 24.726 | 311.040.050 |
| MT | 23.199 | 294.720.619 |
| PA | 74.654 | 889.956.197 |
| PB | 39.236 | 418.669.129 |
| PE | 148.755 | 1.739.501.753 |
| PI | 24.605 | 264.920.678 |
| PR | 220.805 | 2.897.631.172 |
| RJ | 570.191 | 7.368.563.582 |
| RN | 32.642 | 360.096.066 |
| RO | 7.292 | 96.011.044 |
| RR | 590 | 6.712.047 |
| RS | 335.689 | 4.215.230.313 |
| SC | 120.820 | 1.630.126.379 |
| SE | 29.761 | 322.008.491 |
| SP | 1.116.268 | 17.570.057.323 |
| TOTAL | 4.200.087 | 51.400.339.067 |

FONTE: CATD/SES/MTB

Esses números expressam um crescimento de 36,9%, em relação ao número de trabalhadores atendidos em 1987, e de 30% em relação ao número de cheques emitidos no mesmo ano. Quanto ao valor, passou de Cz$ 6.700 milhões para Cz$ 51.400 milhões e a relação requerente/segurado passou de 65,6% para 72,8%.

Além dos custos específicos com os benefícios, foram gastos mais Cz$ 5.500 milhões de despesas operacionais, o que representou 9,7% do total.

O valor do benefício situou-se na média de 1,2 salários de referência por cheque.

Nos casos em que há demissão em massa, com ameaça de grave tensão social, e não cabe o seguro-desemprego, o Ministério do Trabalho concede um auxílio financeiro por intermédio dos sindicatos da categoria dos desempregados. No ano de 1988, foram atendidos cerca de 2 mil trabalhadores nessa situação, no montante de Cz$ 42 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Cz$ 1,00

| COMPANHIA | SINDICATO | NR.PAR. | NR.BENEF | VALOR PAGO |
|---|---|---|---|---|
| Santa Matilde | Sind.Trab.Ind.Met., Mec.Mat.Elet.Tres Rios/RJ | 005 | 1.190 | 33.653.528,60 |
| UNITEXTIL | Sind.Trab. Ind. de Fiação e Tecel. de Aracati/CE | 001 | 06 | 33.523,20 |
| CBCA | Sind. Trab. Ind. da Ext. do Carvão de Criciúma/SC | 001 | 233 | 3.816.726,40 |
| CIA.DE USINAS NACIONAIS | Sind. Trab. Ind. do Açúcar Cons. Alim. Ref. Sal/RJ | 001 | 054 | 884.563,20 |
| | Sind. Trab. Rurais de Dobrada/SP | 002 | 499 | 4.052.196,80 |
| TOTAL | | | 1.982 | 42.440.538,20 |

FONTE: CATD/SES/MTB

Dada a grande importância do Programa, a Assembléia Nacional Constituinte decidiu definir como direito do trabalhador e a obrigação previdenciária do Estado a proteção do trabalhador e situação de desempenho involuntário. (art. 7o. inciso II e art. 201, inciso IV).

A fim de garantir os recursos necessários a este dispositivo, a mesma Assembléia decidiu transferir para o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Anual, a arrecadação da Contribuição para o PIS/PASEP (art. 239).

Dessa forma, a partir do último trimestre de 1988, o Programa passou a contar com essa importante fonte de recursos, aliviando o Tesouro Nacional de uma despesa de relativa magnitude.

Ainda com o intuito de dar cumprimento aos preceitos constitucionais, o Ministério do Trabalho está em fase de conclusão de um projeto de lei, com importantes alterações nos critérios de concessão do benefício, incluído o plano de custeio definido no art. 59 das Disposições Constitucionais Transitórias.

Dentre essas alterações destaca-se a introdução do salário-mínimo como limite inferior do valor de benefício (art. 201, Inciso 5o.) e a extensão do seguro aos trabalhadores rurais (art. 7o. caput).

### 3.RECURSOS ADMINISTRADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#### 3.1. Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS

Os recursos necessários ao desempenho do FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social são oriundos, em sua maioria, dos rendimentos das loterias, cabendo sua administração à Caixa Econômica Federal.

Em 1988, foram convertidos em receita desse Fundo Cz$ 65.236 milhões da Loto e Cz$ 941 milhões da Loteria Esportiva Federal.

De natureza tipicamente social, as reservas do FAS foram destinadas ao desenvolvimento de projetos voltados para educação, saúde e previdência, trabalho, justiça e desenvolvimento urbano. Os recursos contratados em 1988 atingiram a 34.982 mil OTNs, atendendo a 620 projetos, destacando-se:

- construção de 619 salas, gerando 49.660 novas matriculas e aquisição de 77 veiculos para transporte escolar;
- construção de 611 leitos hospitalares;
- financiamentos de imóveis com áreas totalizando 36.950 m2, destinados a sedes de sindicatos de trabalhadores, cozinhas e outros;
- construção de penitenciárias e delegacias com 37.080 m2 e capacidade para 560 presos, além da aquisição de 54 veiculos e de 399 equipamentos de comunicação;
- inúmeros projetos de infra-estrutura urbana, que possibilitaram à construção de 1.951.300 metros de guias, de 979.600 metros de redes de esgotos e a aquisição de 219 equipamentos para coleta e tratamento de lixo.

#### 3.2. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS

O ingresso de recursos nas contas dos trabalhadores, vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço alcançou, em 1988, o valor bruto de Cz$ 692.686.942.910,00.

Deduzidos Cz$ 515.238.397.970,00 correspondentes aos dispêndios por saques durante o exercicio, restaram Cz$ 177.448.544.945,00 de arrecadação liquida.

De outro lado, o trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos para o aprimoramento e atualização do Fundo de Garantia por Tempo

de Serviço, teve sua continuidade no exercício de 1988, acrescido de novas responsabilidades para a CEF, em razão não só da maior relevância dada ao instituto do FGTS pela nova Constituição Federal, como também em função de peculiaridades inerentes ao próprio sistema.

A votação da nova Constituição Federal, que consagrou modificações profundas em nosso direito trabalhista, impôs à Caixa Econômica Federal um acompanhamento permanente das propostas apresentadas, em razão das repercussões que poderiam advir para o FGTS.

Entre as modificações introduzidas pela nova Carta, vale assinalar a extensão do regime do FGTS aos trabalhadores rurais, assim como o aumento para 40% e 20%, respectivamente, dos percentuais devidos aos empregados optantes - calculados sobre os saldos das respectivas contas vinculadas - pela despedida injusta ou no caso de culpa recíproca ou de força maior.

Finalmente, cumpre consignar os estudos realizados com vistas a melhor remunerar os titulares das contas vinculadas, a partir da redução dos prazos de recolhimento dos depósitos pelas empresas e da retenção dos valores arrecadados pelos Bancos.

Esses estudos redundaram numa proposta concreta encaminhada ao Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social, que vai ao encontro das idéias consubstanciadas no Projeto de Lei recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, em tramitação no Senado Federal, que altera de trimestral para mensal o crédito de juros e de atualização monetária nas contas vinculadas.

### 3.3. Loterias

#### 3.3.1. Loto I

A arrecadação de receita oriunda de prêmios da Loto propiciou o ingresso de Cz$ 95.109 milhões junto à Caixa Econômica Federal, órgão competente para administrar esses recursos.

A distribuição dessa receita teve o seguinte comportamento:

- Cz$ 8.560 milhões para Comissões de Revendedores;
- Cz$ 2.568 milhões para Comissões de Filiais;
- Cz$ 7.894 milhões para Taxa de Administração;
- Cz$ 238.533 milhões para o FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;
- Cz$ 4.756 milhões para a Cota de Previdência e Assistência Social;

- Cz$ 12.804 milhões para o Imposto de Renda; e
- Cz$ 29.994 milhões para Prêmios Liquidos.

### 3.3.2. Loto II - Sena

A arrecadação bruta da Loto II - Sena, em 1988, atingiu a Cz$ 122.341 milhões e teve a seguinte destinação:

- Cz$ 11.011 milhões para Comissão de Revendedores;
- Cz$ 3.303 milhões para Comissão das Filiais;
- Cz$ 10.154 milhões para Taxa de Administração;
- Cz$ 36.703 milhões para o FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social;
- Cz$ 6.117 milhões para a Cota de Previdência Social;
- Cz$ 16.377 milhões para o Imposto de Renda;
- Cz$ 38.214 milhões para o Prêmio Liquido; e
- Cz$ 462 milhões de Prêmios que ficaram acumulados para o ano de 1989.

### 3.3.3. LOTERIA ESPORTIVA

A Loteria Esportiva contribuiu com a arecadação de recursos no montante de Cz$ 9.231 milhões, administrados pela Caixa Econômica Federal, que promoveu a seguinte distribuição:

- Cz$ 831 milhões para Comissão de Revendedores;
- Cz$ 766 milhões para Taxa de Administração;
- Cz$ 941 milhões para o FAS;
- Cz$ 836 milhões para Cota de Previdência Social;
- Cz$ 376 milhões para o M.P.A.S.;
- Cz$ 564 milhões para o MEC;
- Cz$ 435 milhões para Clubes e Federações de Futebol;
- Cz$ 1.204 milhões para o Imposto de Renda;
- Cz$ 2.840 milhões para o Prêmio Liquido;
- Cz$ 218 milhões para a CBD;
- Cz$ 110 milhões para a Cruz Vermelha; e
- Cz$ 110 milhões de Prêmio que ficou acumulado para 1989.

## 4. DESEMPENHO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS-PASEP

O Fundo de Participação PIS-PASEP, criado pela Lei Complementar no. 26, de 11.09.75, é um fundo contábil, de natureza financeira, constituído com os recursos do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Os objetivos básicos do Fundo - em síntese, os mesmos objetivos do PIS e do PASEP - consistem em integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e em assegurar-lhe, bem como ao servidor público, a fruição de patrimônio individual progressivo, estimulando a poupança, corrigindo distorções na distribuição de renda e possibilitando a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social.

O Fundo é gerido por um conselho diretor, composto de representantes do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN, do Banco do Brasil S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Caixa Econômica Federal, além de representantes dos Participantes do PIS, dos Participantes do PASEP e dos contribuintes do PIS.

O exercício financeiro do Fundo de Participação PIS-PASEP corresponde ao período de 1o. de julho de cada ano a 30 de junho do ano subsequente.

No tocante à arrecadação de contribuições, o quadro que se tinha até há pouco tempo - reflexo, certamente, do período recessivo por que passou a economia brasileira, aliado à evasão de contribuições, que se admite elevada no âmbito do PIS - era de crescimento nominal modesto e, em termos reais, de declínio.

Nos últimos anos, registrou-se forte tendência de recuperação, que não foi interrompida no exercício recém-encerrado. Com efeito, a arrecadação do exercício (Cz$ 188.231.899 mil) apresentou crescimento de 224% que, à primeira vista, pode parecer modesto. Levando-se em conta, porém, que os recolhimentos mensais das contribuições têm base de cálculo defasada de seis meses, tal desempenho há de ser considerado bom, porquanto se refere às receitas geradas de janeiro a dezembro de 1987, não obstante ter o IGP (DI) registrado oscilação de 415,83% naquele período.

Estes resultados são fruto, evidentemente, do comportamento da atividade econômica no País. Por outro lado, a fiscalização do recolhimento das contribuições, a cargo da Secretaria da Receita Federal, a partir da edição do Decreto-Lei no. 2.052/83, contitui fator que deve ter influído positivamente e que poderá contribuir ainda mais para melhorar o desempenho da arrecadação, sobretudo quando complementada pelo efetivo início, por parte da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, das providências de inscrição e de cobrança da dívida ativa do PIS-PASEP.

Por programa, a arrecadação de contribuições do Programa de Integração Social (PIS), no valor de Cz$ 114.979.978 mil, representou cerca de 61,1% do total, enquanto a do PASEP, equivalente a Cz$ 73.251.921 mil, respondeu por 38,9%.

O demonstrativo, a seguir, espelha a evolução das contribuições ao Fundo no período que especifica:

Cz$ mil

| EXERCÍCIO | PIS | PASEP | PIS-PASEP | INCREMENTO (%) |
|---|---|---|---|---|
| 76/77 | 16.645 | 3.877 | 25.522 | - |
| 77/78 | 24.571 | 13.130 | 37.701 | 47,7 |
| 78/79 | 35.443 | 20.924 | 56.367 | 49,5 |
| 79/80 | 56.954 | 33.136 | 90.090 | 59,8 |
| 80/81 | 117.681 | 66.249 | 184.110 | 104,4 |
| 81/82 | 224.546 | 139.382 | 363.928 | 97,7 |
| 82/83 | 483.779 | 290.764 | 774.543 | 112,8 |
| 83/84 | 1.145.360 | 781.420 | 1.926.780 | 148,8 |
| 84/85 | 3.723.119 | 2.351.109 | 6.074.228 | 215,3 |
| 85/86 | 13.575.923 | 8.783.165 | 22.359.088 | 268,1 |
| 86/87 | 37.444.399 | 20.656.457 | 58.100.856 | 159,9 |
| 87/88 | 114.979.978 | 73.251.921 | 188.231.899 | 224,0 |

As aplicações do Fundo de Participação PIS-PASEP, em 30.06.88, somavam Cz$ 3.277.431.741 mil. Desse total, apenas 10,5% (Cz$ 345.537.623 mil) correspondem às realizadas pelo Banco do Brasil S.A e pela Caixa Econômica Federal, referentes à aplicação de disponibilidades e a saldos residuais de operações anteriores a 01.07.74, data a partir da qual, por determinação da Lei Complementar no. 19, de 25.06.74, os recursos passaram a ser aplicados, de forma unificada, pelo BNDES.

As receitas do período, decorrentes das aplicações, atingiram a importância de Cz$ 2.447.110.676 mil, com destaque para o PIS, que obteve cerca de 66% daquele total e, entre os agentes, para o BNDES, responsável por 90,7% da geração de receitas para o Fundo.

O demonstrativo a seguir discrimina as receitas auferidas pelo Fundo com essas aplicações no último exercício financeiro:

Cz$ mil

| EXERCÍCIOS 87/88 | | | |
|---|---|---|---|
| DISCRIMINAÇÃO | VALOR | COMPOSIÇÃO % | CRESCIMENTO % |
| Correção Monetária s/Financiamentos | 2.123.458.632 | 86,8 | 436,5 |
| Correção Monetária sobre Imposto de Renda a Recuperar | 664.546 | 0,0 | - |
| Juros de Aplicações | 80.131.727 | 3,3 | 308,6 |
| Rendas de Aplicações no Mercado Financeiro | 175.134.798 | 7,2 | 369,5 |
| Rendas de Recursos a Aplicar | 46.867.667 | 1,9 | 309,6 |
| Recuperação de Créditos | 408.233 | 0,0 | 1.469,7 |
| Receita de Multas e Penalidades | 31.969 | 0,0 | - |
| Resultado Operacional do FPS | 20.267.472 | 0,8 | 2.029,5 |
| Outras Rendas | 145.632 | 0,0 | 1.041,6 |
| TOTAL | 2.447.110.676 | 100,00 | 426,1 |

Tais resultados viabilizaram a distribuição, aos participantes, de Cz$ 2.514.288.140 mil, respondendo o PIS por 65,8% desse montante. A parcela mais significativa é a de correção monetária das contas, que representa 75,1% do valor total, como a seguir demonstrado:

RESULTADOS CREDITADOS AOS PARTICIPANTES

Cz$ mil

| DISCRIMINAÇÃO | PIS | PASEP | PIS-PASEP | COMPOSIÇÃO % |
|---|---|---|---|---|
| Arrecadação | 114.979.978 | 73.251.951 | 188.231.929 | 7,5 |
| Reserva Especial p/Capitalização | 206.979.465 | 83.230.145 | 290.209.610 | 11,5 |
| Correção Monetária | 1.236.525.918 | 651.516.358 | 1.888.042.276 | 75,1 |
| Juros de 3% a.a. | 47.082.069 | 24.807.194 | 71.889.263 | 2,9 |
| Resultado Líquido Adicional | 49.718.665 | 26.196.397 | 75.915.062 | 3,0 |
| TOTAL | 1.655.286.095 | 859.002.045 | 2.514.288.140 | 100,00 |
| Participação % | 65,8 | 34,2 | 100,00 | - |

No período, foram pagos saques no montante de Cz$ 57.001.753 mil, sendo 43,5% desse valor relativos ao abono criado pela Lei Complementar no. 26, de 11.09.75. Isso atesta a concretização de um dos objetivos mais relevantes - redistribuição de renda em favor dos trabalhadores de baixo salário - visado pelo Governo ao criar o Fundo de Participação PIS-PASEP.

O pagamento do abono foi realizado com correção de seu valor segundo os níveis do salário mínimo de referência vigentes nas datas dos saques, previstas no cronograma de pagamento. Tal mecanismo foi responsável por significativa parcela da evolução registrada nos saques de abono, que absorveram Cz$ 24.771.235 mil.

A respeito, vale lembrar que ao longo do exercício 87/88 (01.07.87 a 30.06.88), o salário-mínimo foi alterado 9 vezes, com oscilação total de 254,5%.

COMPOSIÇÃO DOS SAQUES

Cz$ mil

| EXERCÍCIO | ABONO | RENDIMENTO | QUOTAS | TOTAL DOS SAQUES | CRESCIMENTO ANUAL % | INDICE 76/77 = 100 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 76/77 | - | 4.117 | 1.508 | 5.625 | - | 100 |
| 77/78 | 6.736 | 685 | 3.047 | 10.468 | 86 | 186 |
| 78/79 | 11.459 | 2.049 | 4.734 | 8.292 | 74 | 324 |
| 79/80 | 15.398 | 5.617 | 14.927 | 35.942 | 97 | 638 |
| 80/81 | 37.316 | 11.541 | 20.365 | 69.222 | 93 | 1.231 |
| 81/82 | 113.570 | 16.350 | 44.457 | 174.377 | 152 | 3.100 |
| 82/83 | 235.980 | 39.559 | 87.795 | 363.334 | 108 | 6.459 |
| 83/84 | 793.895 | 190.663 | 428.867 | 1.413.425 | 289 | 25.127 |
| 84/85 | 1.339.167 | 255.883 | 1.772.219 | 3.367.269 | 138 | 59.863 |
| 85/86 | 5.457.977 | 909.543 | 2.812.962 | 9.270.482 | 175 | 164.809 |
| 86/87 | 8.707.161 | 1.021.538 | 6.141.155 | 15.869.854 | 71 | 282.131 |
| 87/88 | 24.771.235 | 9.518.473 | 22.712.045 | 57.001.753 | 259 | 1.013.364 |

Em termos de programas, o PIS foi o que mais pagou saques, cerca de 67,7% (Cz$ 38.602.894 mil) como demonstrado a seguir, respondendo o abono por Cz$ 20.446.651 mil, cerca de 53% das retiradas ocorridas naquele programa.

SAQUES PAGOS

- EXERCÍCIO FINANCEIRO 1987/88

Cz$ mil

| ESPÉCIE | PIS | PASEP | PIS-PASEP VALOR | PIS-PASEP % |
|---|---|---|---|---|
| ABONO | 20.446.651 | 4.324.584 | 24.771.235 | 43,5 |
| RENDIMENTOS | 4.639.043 | 4.879.430 | 9.518.473 | 16,7 |
| QUOTAS | 13.517.200 | 9.194.845 | 22.712.045 | 39,8 |
| TOTAL | 38.602.894 | 18.398.859 | 57.001.753 | 100,00 |
| PERCENTUAIS | 67,7 | 32,3 | 100,00 | - |

O total dos saques expressa, tão somente, 2,3% dos créditos realizados nas contas dos participantes; em consequência, 97,7% do ingresso de recursos destinaram-se à capitalização do Fundo.

Finalmente, é de ressaltar que, em 30.06.88, o patrimônio líquido do Fundo atingiu o montante de Cz$ 3.261,1 bilhões, registrando crescimento de 386,4% em relação ao exercício anterior, bem próximo da inflação do período (IGP-DI-423,7%). A participação do PIS naquele montante correspondeu a cerca de 65,9%.

FONTE: SG/MF

## 5. FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL - FINSOCIAL

O Fundo de Investimento Social - Finsocial, criado pelo Decreto-Lei no. 1940, de 25.05.82, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, apresentou o seguinte desempenho durante o exercício de 1988:

| | | | Cz$ mil |
|---|---|---|---|
| A) DISPONÍVEL EM 31.12.87 | | | 183.499 |
| B) EVENTUAIS | | | 24.105.215 |
| Retorno de Financiamento | | - 590.678 | |
| Transferências da União | | 23.514.537 | |
| Recursos do Exercício | - 20.400.000 | | |
| Exercícios Anteriores | - 3.114.537 | | |
| C) APLICAÇÕES ORÇAMENTO INVESTIMENTO - Desembolso | | | 22.338.475 |
| D) DISPONÍVEL EM 31.12.88 | | | 1.950.239 |

Na aplicação dos recursos durante o período, foram beneficiadas as seguintes Unidades da Federação no montante de Cz$ 22.338 milhões:

Cz$ mil

| REGIÃO | TOTAL DESEMBOLSO | | % REGIÃO | % TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| REGIÃO NORTE | | 955.199 | 100,00 | 4,28 |
| Acre | 112.653 | | 11,79 | 0,50 |
| Amapá | 39 | | 0,00 | 0,00 |
| Amazonas | 356.950 | | 37,37 | 1,60 |
| Pará | 485.440 | | 50,82 | 2,17 |
| Rondônia | 83 | | 0,01 | 0,00 |
| Roraima | 34 | | 0,00 | 0,00 |
| REGIÃO NORDESTE | | 8.200.549 | 100,00 | 36,71 |
| Alagoas | 855.182 | | 10,43 | 3,83 |
| Bahia | 1.152.552 | | 14,05 | 5,16 |
| Ceará | 1.613.450 | | 19,67 | 7,22 |
| Maranhão | 5.752 | | 0,07 | 0,03 |
| Paraíba | 616.560 | | 7,52 | 2,76 |
| Pernambuco | 1.307.637 | | 15,95 | 5,85 |
| Piauí | 63.643 | | 0,78 | 0,28 |
| Rio Grande do Norte | 1.885.482 | | 22,99 | 8,44 |
| Sergipe | 700.291 | | 8,54 | 3,13 |
| REGIÃO SUDESTE | | 6.947.634 | 100,00 | 31,10 |
| Espírito Santo | 182 | | 0,00 | 0,00 |
| Minas Gerais | 1.161.016 | | 16,71 | 5,20 |
| Rio de Janeiro | 2.979.495 | | 42,89 | 13,34 |
| São Paulo | 2.806.941 | | 40,40 | 12,57 |
| REGIÃO SUL | | 5.204.518 | 100,00 | 23,30 |
| Paraná | 1.254.096 | | 24,10 | 5,61 |
| Rio Grande do Sul | 2.102.123 | | 40.39 | 9,41 |
| Santa Catarina | 1.848.299 | | 35,51 | 8,27 |
| REGIÃO CENTRO-OESTE | | 1.019.514 | 100,00 | 4,56 |
| Distrito Federal | 495.820 | | 48,63 | 2,22 |
| Goiás | 214.898 | | 21,08 | 0,96 |
| Mato Grosso | 266.889 | | 26,18 | 1,19 |
| Mato Grosso do Sul | 41.907 | | 4,11 | 0,19 |
| INTERESTADUAL | | 11.061 | 100,00 | 0,05 |
| TOTAL | | 22.338.475 | | |

FONTE: BNDES

## 6. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - FND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, criado em 23/07/86, pelo Decreto-Lei No.2.288 (alterado pelo Decreto-Lei No.2.383, de 17/12/87) e regulamentado pelo Decreto No.93.538, de 6.11.86, possui natureza autárquica, personalidade jurídica de Direito Público e segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE.

O FND tem por finalidade prover recursos para a realização, pela União, de investimento de capital previsto no "Plano de Metas" do Governo Federal, necessárias à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND pode emitir quotas nominativas endossáveis e obrigações de longo prazo, com o objetivo de captar recursos junto a investidores privados, bem como as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, ou quaisquer empresas sob controle direto ou indireto da União.

De acordo com o Orçamento Geral da União, para o exercício de 1988, o Orçamento do FND contava com recursos da ordem de Cz$ 130 bilhões, a serem aplicados nos seguintes progamas:

a) Infra-estrutura e Desenvolvimento Econômico: Cz$ 40 bilhões destinados a financiar o desenvolvimento da infra-estrutura básica, contemplada no Programa de Ação do Governo, visando viabilizar o crescimento econômico;

b) Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico: Cz$ 9,5 bilhões destinados a promover o financiamento de pesquisas relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de ponta, inclusive o aeronáutico, bem como o desenvolvimento de centros de pesquisas, de sistema de controles de qualidade e de procedimentos, em consonância com o Programa de Ação do Governo Federal;

c) Agroindústria e Infra-estrutura Agrícola: Cz$ 21 bilhões destinados a assegurar ao setor agroindustrial recursos adicionais, conforme previsto no Programa de Ação do Governo, com vistas a buscar soluções para os pontos de estrangulamento observados na produção, estocagem e escoamento;

d) Desenvolvimento Industrial: Cz$ 42,5 bilhões para serem alocados sob a forma de financiamento ao setor industrial, privado e

estatal, objetivando sua modernização, com ênfase nas áreas de produção de insumos básicos, bens de capital e de consumo e a proteção e preservação do meio ambiente;

e) Encargos do Fundo: Cz$ 17 bilhões destinados a atender compromissos decorrentes dos encargos financeiros provenientes da colocação das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND.

Posteriormente, foram redefinidas as possibilidades financeiras do Fundo para 1988 e, conforme Exposição de Motivos No.011/88, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, foi efetuada a revisão do orçamento original, cujos recursos, restritos a Cz$ 95.000 milhões, passaram a ter a seguinte destinação:

a) Infra-estrutura e Desenvolvimento Econômico: Cz$ 40.000 milhões para assistência financeira ao setor elétrico (valor autorizado para integralizar aumento de capital da Eletrobrás, através da Exposição de Motivos No.05/88, de 25.02.88, do Conselho de Desenvolvimento Econômico);

b) Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico: Cz$ 9.500 milhões destinados a repasse à FINEP para financiar projetos de tecnologia (verba autorizada através da Exposição de Motivos No.25/88, de 04.04.88, do Conselho de Desenvolvimento Econômico);

c) Agroindústria e infra-estrutura Agrícola: Cz$ 1.997 milhões para proporcionar recursos adicionais com vistas à extinção de pontos de estrangulamento na produção, estocagem e escoamento. Essa verba inclui Cz$ 1.996.196 mil correspondentes ao saldo do contrato de repasse firmado em 1987 com o Banco do Brasil S.A.;

d) Desenvolvimento Industrial: Cz$ 5.801 milhões para serem alocados sob a forma de financiamento ao setor industrial, privado e estatal, objetivando sua modernização, com ênfase nas áreas de produção de insumos básicos bens de capital e de consumo e a proteção e preservação do meio ambiente. Essa verba inclui Cz$ 5.800.709 mil correspondentes ao saldo do contrato de repasse firmado em 1987 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

e) Capitalização de Bancos Regionais: Cz$ 1.500 milhões para pagamento da aquisição de ações de emissão da Telebrás, de propriedade da União (recursos utilizados na capitalização do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste do Brasil, conforme autorizado na Exposição de Motivos no. 36, de 25.02.87, do Conselho de Desenvolvimento Econômico);

f) Administração do Patrimônio do FND: Cz$ 1.000 milhões para pagamento dos serviços de auditoria independente e dos serviços prestados pelo Banco do Brasil S.A., relativos à carteira de títulos de propriedade do FND, às quotas e às OFND, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 12.05.88;

g) Provisão para pagamento de compromissos relativos às OFND: Cz$ 15.202 milhões; e

h) Encargos do Fudo: 20.000 milhões para cumprir compromissos decorrentes dos encargos financeiros com a colocação das OFND.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento, até 03.10.88, esteve vinculado ao Ministério da Fazenda, pois cabia à Secretaria Especial de Assuntos Econômicos - SEAE executar o apoio técnico, administrativo e de pessoal necessário ao funcionamento da Secretaria Executiva do Fundo.

O Decreto no. 96.595, de 03.10.88, publicado no Diário Oficial da União de 04.10.88, transferiu do Ministério da Fazenda para a SEPLAN/PR a vinculação do FND e determinou que:

- o Presidente do BNDES passasse a exercer a função de Secretário-Executivo do FND;

- os serviços da Secretaria-Executiva fossem executados pelo BNDES, que passaria a prestar o apoio técnico, administrativo e de pessoal necessário ao seu funcionamento.

Nesse sentido, até 03.10.88, dos Cz$ 95.000 milhões orçados para o exercício de 1988 haviam sido liberados recursos da ordem de Cz$ 58.628.346.800,00, restando o saldo de Cz$ 36.371.653.200,00. Esse saldo se destinava ao atendimento até o final do exercício dos seguintes compromissos:

a) Cz$ 10.000.000.000,00 para integralização do capital social da Eletrobrás;

b) Cz$ 2.000.000.000,00 para repasse à FINEP; e

c) Cz$ 24.371.653.200,00 para cobertura de compromissos do FND com a administração do seu patrimônio, com o pagamento de compromissos relativos às OFND e para cumprir compromissos decorrentes dos encargos financeiros da colocação daqueles títulos.

Para execução do orçamento de 1988, o Fundo Nacional de Desenvolvimento valeu-se do mecanismo de venda de suas Obrigações (OFND)

aos fundos de Pensão; dos juros recebidos sobre repasses concedidos aos Agentes Financeiros; dos dividendos recebidos sobre ações de sua carteira e de ganho financeiro de aplicações de curto prazo no Banco Central do Brasil.

Assim é que até 03.10.88, haviam sido vendidos Cz$ 7.961,5 milhões em OFND aos Fundos de Pensão; haviam ingressado Cz$ 8.323,8 milhões de juros sobre repasses concedidos; Cz$ 1.205,5 milhões de dividendos e Cz$ 50.347,1 milhões de ganho financeiro de aplicações no Banco do Brasil S.A. e no Banco Central do Brasil, totalizando Cz$ 67.837,9 milhões.

Por outro lado, as OFND pagam, mensalmente, juros de 6% a.a. sobre o valor nominal corrigido com base na variação das Obrigações do Tesouro Nacional. Até a data em referência foram pagos pelo FND Cz$ 11.706,3 milhões de juros sobre as OFND emitidas.

Quanto às liberações efetuadas até 03.10.88, o FND havia liberado Cz$ 5.800,7 milhões ao BNDES, em cumprimento ao contrato de repasse celebrado em 01.07.87; Cz$ 1.996,2 milhões ao Banco do Brasil S.A. por conta do contrato firmado em 04.06.87; e Cz$ 1.500,0 milhões à União, em pagamento de ações de emissão da Telebrás, adquiridas por força do contrato datado de 29.03.88

Da mesma forma, foram liberados Cz$ 30.000,0 milhões à Eletrobrás, relativamente ao processo de capitalização da empresa, mediante subscrição de ações ordinárias nominativas; pagou Cz$ 7.500,0 milhões à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para aplicação no financiamento de projetos de tecnologia e Cz$ 125,1 milhões ao Banco do Brasil S.A., a título de remuneração pelos serviços prestados, de conformidade com o contrato de 12.05.88.

Em síntese, pode-se afirmar que foram cumpridos os compromissos previstos até 03.10.88. O saldo disponível no FND, naquela data, da ordem de Cz$ 39.413,7 milhões (sendo Cz$ 13.513,7 milhões no Banco Central do Brasil e Cz$ 25.900,0 milhões no Banco do Brasil S.A.) era suficiente para atendimento dos compromissos previstos para o último trimestre do exercício, inclusive para atender à exigência contratual de manter em conta bloqueada no Banco do Brasil S.A. valor correspondente a 5% das OFND emitidas.

### 7. PROGRAMA FEDERAL DE DESESTATIZAÇÃO

O Programa Federal de Desestatização, instituído pelo Decreto No.95.886, de 29 de março de 1988, tem os seguintes objetivos, expressos no artigo 1o.:

"I - transferir para a iniciativa privada atividades econômicas exploradas pelo setor público;

II - concorrer para diminuição do déficit público;

III - propiciar a conversão de parte da dívida externa do setor público federal em investimentos de risco, resguardado o interesse nacional;

IV - dinamizar o mercado de títulos e valores mobiliários;

V - promover a disseminação da propriedade do capital das empresas;

VI - estimular os mecanismos competitivos de mercado mediantes a desregulamentação da atividade econômica;

VII - proceder à execução indireta de serviços públicos, por meio de concessão ou permissão.

VIII - promover a privatização de atividades econômicas exploradas com exclusividade, por empresas estatais, ressalvados os monopólios constitucionais."

Este novo Programa posui, pois, objetivos bem mais amplos do que o denominado de " Privatização ", que vigorou entre 1981 e 1987.

A "privatização", naquele período, foi praticamente entendida como venda de empresas estatais ao setor privado

No atual exame o conceito de desestatização engloba, além de privatização propriamente dita, a tradicional convenção de serviço público e a desregulamentação entendida como eliminação das entranes burocráticas e redução da chamada cartórios de Estado.

Para cumprir seus objetivos o Conselho Federal de Desestatização aprovou a criação de 20 grupos de trabalho interministeriais, com a participação de representante, dos trabalhadores e empresários, usando análises e próprios projetos de privatização para os seguintes setores ou empresas:

Grupo Siderbrás (Usiminas, Usiba, A.F. Piratini, COFAVI).

Grupo Acesita

Setor Financeiro Oficial

Setor Fertilizantes

Cobra

Franave, Enasa, SNBP

Usimec

Petroquímica União

Alconorte

Cia. Celulose do Bahia - CCB

Cia. Siderúrgica do Nordeste - COSINOR

Cia. Siderúrgica da Amazônia - SIDERAMA

Cia. Brasileira de Armazenagem - CIBRAZEM (Privatização Parcial).

CIMETAL. (*)

Caraíba Metais S.A. (*)

Cia. Brasileira de Cobre - CBC (*)

(*) Grupos de Trabalho criados em janeiro/88, ainda sob vigência do Decreto 91.991 (28/11/85), que tratava do Programa Interministerial de Privatização.

Os resultados efetivos alcançados em 1988, indicado no quadro abaixo, demonstram um crescimento considerável tanto no número de empresas desestatizadas quanto nos valores arrecadados, se comparados com 1987 quando foram privatizadas 5 empresas no valor total de 2,7 milhões de OTNs.

**CONSELHO FEDERAL DE DESESTATIZAÇÃO**

**Empresas com Processos Concluídos em 1988**

**- Valores das Operações -**

| NOME DA EMPRESAS | CONTRO-LADORA | DATA | VALOR (1.000) NCz$ | US$ | OTN | COMPRADOR |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. - SIBRA | BNDES | 11.04.88 | 3.503 | 29.024 | 3.681 | F.Ligas Paul |
| 2. ARACRUZ CELULUSE | BNDES | 03.05.88 | 18.701 | 133.799 | 17.855 | Alatraz |
| 3.Cia.Guatapara de Celulose e Papel-CELPAG | BNDES | 09.05.88 | 10.528 | 72.736 | 9.274 | S.A.Ind.Vot. |
| 4.Caraíba Metais | BNDES | 24.08.88 | 24.425 | 87.110 | 12.321 | S.A.Marvin |
| 5.Cosim (Unid.Ind.) | SIDERB. | 15.09.88 | 1.325 | 4.123 | 553 | JSD-Com.Ltda |
| 6.RADIOBRAS(15 Estações 10 imóveis | MINICOM | 1988 | 2.185 | 8.151 | 1.103 | Diversos |
| 7.CIMETAL (Usina) | BNDES | 21.09.88 | 26.556 | 60.000 | 7.035 | Diversos |
| 8.Venda de Participações Minoritárias (*) | BNDES | - | 26.734 | 83.544 | 11.125 | |
| TOTAL | - | - | 113.957 | 478.487 | 62.947 | |

Secretaria-Executiva do Conselho Federal de Desestatização
(*) Preço médio em 15.09.88.
NOTA: Os valores estão expressos conforme conversão de cruzados em dólar e OTNs vigentes na data dos pagamentos efetuados pelos compradores.

Cabe ressaltar que as 6 empresas vendidas em 1988 (SIBRA, ARACRUZ celulose, CELPAG, CARAÍBA METAIS, COSIPA E CIMETAL), na medida foram reprivatizadas, uma vez que haviam sido privadas pelo setor privado e, ao permitirem a inadimplência, passaram ao controle de Estado.

## 8. ASPECTOS MONETÁRIO E FINANCEIROS

### 8.1. Considerações Gerais

A volta da inflação após o Plano de Estabilização Econômica e o consequente retorno de taxas de juros nominais elevadas, provocaram uma acentuação do processo de desmonetização que vinha ocorrendo durante o exercício de 1987. Esse fato refletiu-se no comportamento dos agregados monetários. Os Meios de Pagamento e a Base Monetária mantiveram a tendência de desaceleração em sua evolução observada no ano anterior.

Os haveres monetários (papel moeda em poder do público + depósito à vista), que em 31.12.87 representavam 15,7% do total dos haveres financeiros, tiveram queda em sua participação relativa durante o exercício de 1988, fechando o ano com saldo não superior a 9,1% do total.

Adicionalmente, o ano de 1988 constituiu-se num período de readaptação da economia, tanto do ponto de vista interno quanto externo. A política monetária não foi exceção. Sua execução esteve voltada para readequar a liquidez, em vista dos novos patamares de inflação e para assegurar taxas de juros reais positivas, como forma de evitar oscilações desestabilizadoras no mercado financeiro.

### 8.2. Evolução dos Agregados Monetários e Financeiros

Fatores como o retorno da inflação, com a decorrente reindexação da economia alguns meses após a adoção do Plano de Estabilização, promoveram significativas alterações no mercado monetário. Logo no início do ano, as altas taxas de inflação, provocando perda do poder de compra da moeda, determinaram o rápido processo de desmonetização observado.

Embora os depósitos à vista tenham apresentado queda nominal apenas no mês de janeiro (-10,3%), sua evolução no ano foi significantemente menor que a inflação do período. Em contrapartida, os depósitos de poupança mantiveram tendência de elevado crescimento durante todo o ano, apresentando variação real de 10,28% em relação a dezembro do ano anterior.

TABELA 8.1
DEPÓSITO À VISTA E DEPÓSITO DE POUPANÇA

Saldos em Cz$ milhões

| DEPÓSITO DE PUPANÇA | | | DEPÓSITO À VISTA | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1988 | SALDO | Var.% a.m. | 1988 | SALDO | Var.% a.m.ã |
| JAN | 2.585.366 | 17.0 | JAN | 706,179 | -10.3 |
| FEV | 3,171,028 | 22.7 | FEV | 807,451 | 14.3 |
| MAR | 3,921,575 | 23,7 | MAR | 882,823 | 9.3 |
| ABR | 4,582,927 | 16.9 | ABR | 1,012,719 | 14.7 |
| MAI | 5,443,055 | 18.8 | MAI | 1,256,334 | 24.1 |
| JUN | 6,496,373 | 19.4 | JUN | 1,451,255 | 15.5 |
| JUL | 7,966,546 | 22.6 | JUL | 1,534,289 | 5.7 |
| AGO | 9,949,412 | 24.9 | AGO | 1,732,650 | 12.9 |
| SET | 12,268,128 | 23.3 | SET | 2,178,999 | 25.8 |
| OUT | 14,959,625 | 21.9 | OUT | 2,780,863 | 27.6 |
| NOV | 19,376,503 | 29.5 | NOV | 3,508,899 | 26.2 |
| DEZ | 24,976,248 | 28.9 | DEZ | 4,918,942 | 40.2 |

Essas duas formas de manter as riquezas individuais (depósitos à vista e depósitos de poupança) têm um elevado grau de substituição entre si. Esse fato reflete o comportamento dos agentes econômicos frente à inflação: se a inflação acelera há uma transferência de recursos da forma de depósitos à vista para depósitos de poupança, pois estes últimos evitam a perda do poder de compra dos primeiros, os quais não são remunerados. A tendência do ano de 1988 demonstra, em boa média, esse comportamento.

A tabela 8.2 mostra o comportamento mensal da Base Monetária e dos Meios de Pagamentos em 1988 e dez/87. Como se observa, esses dois agregados apresentaram, ao longo do ano, a despeito da expansão nominal, um significativo declínio em termos reais, tendo a Base Monetária decrescido em 39,3% e os Meios de Pagamentos em 38,8%. A elevação da inflação (com a consequente queda dos depósitos à vista) e o aumento dos depósitos de poupança, acompanhados da substancial colocação de parte destes últimos na forma de recolhimento voluntário do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) junto ao Banco Central do Brasil, contribuíram decisivamente para esse resultado.

Por outro lado, revertendo a tendência de queda real observada até agosto, os agregados monetários acompanharam a evolução dos preços nos últimos quatro meses do ano. Cabe observar, ainda, as elevadas expansões desses dois agregados no mês de dezembro, explicadas pelo tradicional aumento da demanda por moeda nesse mês e pelos reflexos do bom desempenho da balança comercial.

TABELA 8.2

COMPORTAMENTO DOS MEIOS DE PAGAMENTO E DA BASE MONETÁRIA

| PERÍODO | SALDOS (EM Cz$) MILHÕES | MEIOS DE PAGAMENTO VAR. PERCENTUAIS | | | SALDOS (EM Cz$) MILHÕES | BASE MONETÁRIA VAR. PERCENTUAIS | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | NO MÊS | NO ANO | EM 12 MESES | | NO MÊS | NO ANO | EM 12 MESES |
| 1987 | | | | | | | | |
| DEZ | 1,035,920 | 127.4 | 127.4 | 127.4 | 503,531 | 29.4 | 181.5 | 181.5 |
| 1988 | | | | | | | | |
| JAN | 1,929,462 | -10.3 | -10.3 | 161.0 | 531,235 | 7.5 | 7.5 | 192.2 |
| FEV | 1,026,332 | 10.4 | -0.9 | 171.9 | 499,916 | -0.3 | 7.2 | 225.4 |
| MAR | 1,070,122 | 14.0 | 13.0 | 175.3 | 527,168 | 5.5 | 13.1 | 225.3 |
| ABR | 1,325,023 | 13.2 | 27.9 | 270.4 | 614,645 | 16.6 | 31.8 | 256.8 |
| MAI | 1,580,513 | 19.3 | 52.6 | 337.6 | 724,527 | 17.9 | 55.4 | 230.4 |
| JUN | 1,844,030 | 16.7 | 78.0 | 288.1 | 837,018 | 15.5 | 79.5 | 409.1 |
| JUL | 2,015,448 | 9.3 | 94.6 | 285.6 | 978,077 | 16.9 | 109.8 | 387.4 |
| AGO | 2,235,662 | 10.9 | 115.8 | 289.8 | 1,102,210 | 12.7 | 136.4 | 347.4 |
| SET | 2,893,885 | 29.4 | 179.4 | 364.6 | 1,330,322 | 20.7 | 185.3 | 365.2 |
| OUT | 3,711,124 | 28.2 | 258.2 | 433.4 | 1,678,333 | 26.2 | 260.0 | 418.5 |
| NOV | 4,554,004 | 22.7 | 339.6 | 475.0 | 2,052,048 | 22.3 | 340.2 | 457.9 |
| DEZ | 6,958,155 | 52.8 | 571.7 | 571.7 | 3,112,475 | 51.7 | 567.6 | 567.6 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

O quadro abaixo registra o montante de emissões e recolhimentos do papel moeda e moeda metálica sob controle do Banco Central do Brasil, a partir da Lei No. 4.595, de 31/12/64, e seus respectivos saldos em 31/12/88.

**MONTANTE DAS EMISSÕES E RECOLHIMENTOS DO PAPEL-MOEDA E MOEDA METÁLICA**

a) Tesouro Nacional
- Meio Circulante transferido em 1.4.65 Cz$ 1.504.777,84
- Emissão Líquida de 1.4.65 a 30.12.88...Cz$2.284.465.113.245,74
  Menos
- Moeda não resgatada....................Cz$ 191.659,70
- Meio Circulante em 30.12.88............Cz$2.284.466.426.363,88

b) Meio Circulante
- Meio Circulante em 31.12.87............Cz$ 271.614.916.798,71
- Emissão Bruta em 1988..................Cz$4.582.280.608.711,05
  Menos
- Recolhimento em 1988...................Cz$2.569.429.099.145,88
- Meio Circulante em 30.12.88............Cz$2.284.466.426.363,88

(*) Foi deduzida a parcela de Cz$1.974.854,92 relativa ao ajuste pela transferência do saldo da "Reserva Monetária" (antiga conta (MOEDA) para o "Estoque de Cédulas e Moedas" e pela conversão "cruzeiro x cruzado", ocorridos em 1986.

**8.3. Fatores Condicionantes da Base Monetária**

A Base Monetária fechou o primeiro semestre de 1988 expandida em NCz$ 407,5 milhões, sendo este desempenho fortemente influenciado pela aquisição líquida de títulos no mercado primário, pelos depósitos voluntários vinculados ao SBPE e pelo déficit do Tesouro Nacional.

Esse comportamento prosseguiu até dezembro, sendo que ao final do exercício, considerando-se o resultado acumulado, a Base Monetária foi expandida em NCz$ 3,13 bilhões.

Os fatores que mais contribuíram para essa expansão foram:

a) Operações do Setor Externo (NCz$ 1,29 bilhão), como resultado do superávit comercial;

b) Operações do Tesouro Nacional (NCz$ 3,51 bilhões), decorrentes do impacto monetário do déficit do Tesouro;

c) Aquisições Líquidas de Títulos no Mercado Primário (NCz$ 3,84);

d) Depósitos voluntários vinculados ao SBPE (NCz$ 0,89 bilhão).

TABELA 8.3

FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA 1988

| DISCRIMINAÇÃO | JAN/JUN | JAN/DEZ |
|---|---|---|
| 1- RECURSOS DO TESOURO NACIONAL | ( 191,040) | ( 1,662,726) |
| 1.1. Déficit do Tes.Nacional no Bco.Central/1 | 791,037 | 3,505,401 |
| 1.2. Financiamento | ( 982,077) | ( 5,168,127) |
| 2- OPERAÇÕES DO BCO CENTRAL COM TIT.FEDERAIS | ( 101,881) | 2,899,440 |
| 2.1. Aquis.Liq. no Mercado Primário | 1,499,837 | 3,842,621 |
| 2.1.1. Resgate de LBC | 1,859,853 | 4,539,594 |
| 2.1.2. Movimento com Tesouro Nacional | ( 360,016) | ( 696,973) |
| 2.2 Operações de Mercado Aberto | ( 1,601,718) | ( 943,181 |
| 3- OPERAÇÕES DO SETOR EXTERNO | ( 98,386) | 1,285,831 |
| 4- EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO (D.L. 2288) | ( 75,286) | ( 256,395) |
| 5- ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DE LIQUIDEZ | 2,596 | 3,225 |
| 6- AQUISIÇÃO DE OURO NO MERCADO INTERNO | 32,714 | 80,770 |
| 7- DEPÓSITO VINCULADOS AO S.B.P.E. | 864.429 | 851,947 |
| 7.1. Cumpulsórios | ( 27,092) | ( 39,574) |
| 7.2. Voluntários | 891,521 | 891,521 |
| 8- OPERAÇÕES COM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS | ( 15,361) | ( 112,205) |
| 8.1. Empréstimos | ( 50,359) | ( 178,627) |
| 8.2. Depósitos | 34,998 | 66,422 |
| 9- OUTRAS CONTAS | ( 10,285) | 43,734 |
| 10 - BASE MONETÁRIA | 407,500 | 3,133,621 |
| 10.1 Papel-moeda | 188,040 | 2,012,851 |
| 10.2 Reservas Bancárias | 219,460 | 1,120,770 |
| - Banco do Brasil | 66,849 | 245,629 |
| - Banco Comerciais | 127,617 | 754,748 |
| - Caixas Econômicas | 24,994 | 120,393 |

## 8.4. Principais Haveres Financeiros

O saldo dos principais haveres financeiros (exclusive títulos da dívida pública em poder do BACEN), atingiu ao final de dezembro o montante de NCz$ 76,81 bilhões, implicando em crescimento nominal de 1001,8% em 12 meses. Os haveres monetários (papel moeda em poder do público mais depósitos à vista) apresentaram saldo de NCz$ 6,96 bilhões, enquanto os haveres não-monetários fecharam o exercício com saldo de NCz$ 69,85

bilhões, denotando crescimento nominal em 12 meses de 571,7% e 1076,9%, respectivamente.

A relação haveres monetários/haveres não monetários, que chegou a alcançar mais de 40% no último trimestre de 1986, e que fechou o ano de 1987 em 18,6%, manteve a tendência declinante reduzindo-se para 9,06% ao final de 1988. A variação deste indicador reflete a preferência dos agentes pelos ativos financeiros indexados, em face de suas expectativas de inflação.

TABELA 8.4
PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS

| DISCRIMINAÇÃO | SALDOS EM 31.12.88 (Em Cz$ milhões) | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL | VARIAÇÃO PERCENTUAL NO ANO |
|---|---|---|---|
| A-Haveres Financeiros | 6,958,155 | 9.1 | 571.7 |
| 1.Papel-moeda em Poder do Público | 2,039,124 | 2.7 | 721.4 |
| 2.Depósitos a vista | 4,918,492 | 6.4 | 524.5 |
| B-Haveres não Monet. | 69,854,672 | 90.9 | 1,076.9 |
| 1.Dep. a Prazo | 9,151,426 | 11.9 | 852.2 |
| 2.Dep. Poupança | 24,976,248 | 32.5 | 1,030.0 |
| 3.Títulos da Dídiva Federal(exceto BACEN) | 31,527,447 | 41.1 | 1,275.2 |
| 4.Div.Mob.Est.Mun. | 3,834,179 | 5.0 | 1,275.2 |
| 5.Letras de Câmbio | 365,000 | 0.4 | 403.4 |
| 6.Letras Imobiliárias | 372 | - | - |
| C - TOTAL (A + B) | 76,812,827 | 100.0 | 1,001.8 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

Essa expansão dos haveres não-monetários pode ser especialmente atribuída ao crescimento da dívida pública federal (exceto títulos da dívida pública em poder do BACEN) e ao aumento dos depósitos de poupança, que apresentaram crescimento em relação a 31/12/87, em termos nominais, de 1275,2% e 1030,0%, respectivamente.

### 8.5. Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado

Os empréstimos do Sistema Financeiro ao setor privado totalizaram, ao final de 1988, NCz$ 47,38 bilhões, com um crescimento nominal de 875,7% em relação ao saldo em dezembro de 1987, significando que o volume de crédito foi contracionista, em termos reais, tendo em conta que a inflação acumulada no ano alcançou 934%.

Não houve mudança significativa na composição dos empréstimos feitos pelo Sistema Financeiro. Os financiamentos realizados pelo Sistema Monetário, cuja participação em relação ao total fora de 45% em 1987, caiu para 44% em dezembro de 1988.

**TABELA 8.5**
**EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO**
Por Emprestadores Finais

| DISCRIMINAÇÃO | SALDOS EM 31.12.88 Em Cz$ milhões | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL | VARIAÇÃO PERCENTUAL NO ANO |
|---|---|---|---|
| A-Sistema Monetário | 20,860,696 | 44.0 | 907.6 |
| 1.Banco do Brasil | 8,715,696 | 18.4 | 980.0 |
| 2.Bancos Comerciais | 12,145,000 | 25.6 | 861.4 |
| B-Sistema não-Monetário | 26,520,000 | 56.0 | 852.0 |
| 1.Financeiras | 1,230,000 | 2.6 | 542.3 |
| 2.Bcos de Invest. | 3,125,000 | 6.6 | 798.2 |
| 3.SCI/APE | 6,600,000 | 13.9 | 866.1 |
| 4.CEF | 10,160,000 | 21.5 | 870.4 |
| 5.Caixas Eco. Est. | 2,390,000 | 5.0 | 1,012.8 |
| 6.BNDES | 1,150,000 | 2.4 | 898.0 |
| 7.B.Est.de Des.e BNCC | 1,865,000 | 4.0 | 901.9 |
| C-TOTAL DO SIST.(A+B) | 47,380,696 | 100.0 | 875.7 |

Fonte: Banco Central do Brasil.

Enquanto o crescimento dos empréstimos do Banco do Brasil superou a taxa de inflação no ano, os realizados pelos demais bancos comerciais apresentaram crescimento abaixo da inflação (861,4%). Os empréstimos do Sistema Não-Monetário também apresentaram queda em termos reais. Esse declínio foi atenuado pelo bom desempenho dos empréstimos feitos pelas Caixas Econômicas Estaduais.

**8.6. O Mercado de Ações**

Em 1988, a atuação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM pautou-se por uma nova abordagem do mercado de capitais.

A consciência de que o antigo padrão de financiamento, calcado fortemente na concessão generalizada de incentivos fiscais e creditícios e na absorção de poupança externa via empréstimos, encontra-se exaurido, torna urgente o desenvolvimento de formas alternativas de promoção e canalização das poupanças interna e externa.

O mercado de valores mobiliários afigura-se essencial para o alcance desse objetivo.

No plano interno, verifica-se o esgotamento do setor público como força motriz do desenvolvimento devido a sua situação de elevado desequilíbrio.

O mercado de capitais é o meio mais adequado para alcançar-se a meta de transformação do padrão de financiamento do crescimento econômico, direcionando-o para os instrumentos de risco ao invés dos de crédito, permitindo a privatização das empresas estatais e a democratização da propriedade do capital, através da participação dos empregados no capital de suas respectivas empresas.

No plano externo, estamos hoje presenciando fenômenos insuspeitados há uma década. As crises das dívidas dos países menos desenvolvidos, o desenvolvimento vertiginoso de novas técnicas financeiras, bem como as necessidades vultosas de financiamento do governo norte-americano, trouxeram um impulso inusitado do mercado de capitais internacional, deslocando o centro das finanças internacionais para o mercado de títulos ao invés do de empréstimos. Não é à-toa que, nos meios financeiros internacionais, fala-se crescentemente em titularização dos empréstimos.

Alguns números dão a dimensão dos novos fluxos de capitais no mercado externo. Segundo dados do FMI, enquanto os investimentos diretos realizados pelos cinco maiores países do OCDE no resto do mundo, em média anual, tiveram um incremento em dólares de 56,4% entre os períodos 1972-79 e 1980-86 e os empréstimos externos desses países cresceram 156,6% no mesmo período, a aquisição de títulos externos no mercado de capitais internacionais por parte desses países cresceu 725% no período considerado. Como resultado, em 1980-86, o fluxo médio anual de tais aquisições - 61,7 bilhões de dólares - superou, inclusive, o de investimentos diretos, de 34,7 bilhões de dólares.

Alguns países em desenvolvimento perceberam o sentido das mudanças, prepararam-se para atrair a poupança externa sob a forma de investimentos de portfólio e, atualmente, já se beneficiam de uma entrada apreciável de recursos. Pode-se citar os casos de países asiáticos como, por exemplo, Coréia, Singapura, Malásia e Tailândia, que tiveram um acréscimo de 835,7% nos fluxos de entradas de recursos de risco em portfólio, entre os períodos supracitados, atingindo no agregado 1,47 bilhões de dólares, em média anual, no período 80-86.

No Brasil, devido a crise da dívida externa, cessou o fluxo voluntário de empréstimos externos. Urge, pois, tomar medidas no sentido de atrair a poupança externa através do mercado de valores mobiliários. As potencialidades do mercado de capitais brasileiro são evidentes. O País já conta com uma estrutura relativamente sofisticada do ponto-de-vista operacional. Os mercados futuros, por exemplo, são uma realidade no Brasil desde o começo da década, antes, portanto, do desenvolvimento desses mesmos instrumentos em alguns países mais ricos.

Entretanto, sabe-se que, embora sofisticado, o mercado brasileiro é relativamente reduzido. É verdade que já conta com mais de 5 milhões de acionistas e 6 milhões de cotistas de fundos, quase 1000 sociedades consideradas abertas, bolsas nacionais e regionais bem organizadas, um

sistema financeiro e de distribuição adequado e a colaboração eficiente e dedicada de analistas, auditores e de outras classes.

Cabe, todavia, salientar que o valor de mercado dessas companhias ainda não ultrapassou 30 bilhões de dólares, ou seja, inferior a 10% do PIB. Esse valor representa 1% do valor de mercado norte-americano e menos de 1% do japonês, que têm uma relação entre capitalização em Bolsa e produto interno bruto de 8 a 10 vezes maior que o brasileiro.

Por outro lado, enquanto continuamos com um P/L médio de 4 ou 5, o dos Estados Unidos é 3 vezes maior e o do Japão representa o décuplo. Finalmente, mesmo em números absolutos, o mercado brasileiro é menor do que o do Taiwan, o de Hong Kong ou da Bélgica, o que mostra a possibilidade de um enorme crescimento, constituindo a nossa "segunda chance" de alcançar rapidamente a plena democratização econômica do País.

Imbuído dessa convicção, o Governo tomou, recentemente, decisões que podem ser caracterizadas como abrangendo duas áreas da maior importância e repercussão para a reforma estrutural da economia: a internacionalização e a desestatização da economia.

A CVM tem atuado em plena consonância com tal política. No que se refere à internacionalização do mercado, a atuação da CVM já demonstra resultados significativos: até dezembro de 1988, foram concedidas autorizações para o funcionamento de 73 fundos de conversão da dívida externa-capital estrangeiro, 14 dos quais já operando com patrimônio de US$ 81,5 milhões, bem como 27 Fundos de Investimentos - Capital Estrangeiro, que estão trazendo "dinheiro novo" para o Brasil.

Desses últimos, 20 já estão em funcionamento, com um patrimônio líquido agregado de US$ 208,2 milhões. É de se notar a importância desses fluxos externos para o desempenho atual positivo do mercado de capitais, bem como para seu aperfeiçoamento futuro.

Além disso, foi firmado convênio com a U.S. Securitires and Exchange Commission (SEC), tendo em vista as necessidades de informações quanto às atividades do Fundo Brasil e de intercâmbio de experiências nesta fase de crescente internacionalização do mercado de capitais brasileiro.

Na área normativa, a CVM tem estabelecido regulamentos que se enquadram na preocupação desenvolvimentista e modernizadora. Pode-se citar, além daquelas diretamente relacionadas à internacionalização do mercado via constituição de Fundos de conversão - Capital estrangeiro para

investimentos em áreas incentivadas, as normas que possibilitaram o acompanhamento mais sistemático dos mercados futuros, de forma a evitar-se excessiva concentração de posições dos participantes; as que facilitam a execução de pequenas ordens de compra e venda de ações, beneficiando o pequeno investidor; as que normatizam a prestação de serviços de ações escriturais, de custódia de valores mobiliários e de agente emissor de certificados, e a que dispõe sobre distribuição secundária de valores mobiliários e venda de sobras de ações, não subscritas durante o prazo de preferência na subscrição particular de companhia aberta sujeita a prévio registro na CVM.

Estão em fase final de preparação, dentre outras, normas relativas à organização e disciplinamento do mercado de incentivos fiscais e do mercado de balcão. Pode-se citar ainda aquelas referentes ao aperfeiçoamento das Leis No. 6.385 e No. 6.404, de forma a adaptá-las aos padrões de regulação vigentes nos mercados internacionais, com ênfase na criminalização de delitos tipificados como "insider trading".

Recentemente, foi criado também o Conselho Consultivo do Mercado de Capitais - CONSEC/CVM, no contexto de um Plano de Desenvolvimento do Mercado de Capitais. Pretende-se que o CONSEC contribua para o aperfeiçoamento de normas e projetos a serem desenvolvidos pela CVM, além de opinar na eventual atualização de normas já editadas, tudo isso no espírito de diálogo e da mais ampla participação da iniciativa privada.

Assim, num ano marcado pela ocorrência de resultados amplamente favoráveis na área externa, e pela tentativa de correção dos desequilíbrios na economia interna, 1988 marca, para o mercado de valores mobiliários, a entrada do Brasil nos grandes centros de negociação em Bolsas.

Praticando uma política de contenção de consumo doméstico de bens e utilização de serviços, o País teve condições de gerar excedentes exportáveis e a Balança Comercial acumulou um superávit recorde de US$ 19,1 bilhões, resultado de exportações de US$ 33,8 bilhões (mais de 29% de crescimento sobre 1987), com importações de US$ 14,7 bilhões.

O acordo com os bancos credores, estabelecendo prazos de pagamento de 20 anos e oito de carência (12 anos com cinco de carência para os créditos mais recentes) permitiu que se reprogramasse mais folgadamente um total de US$ 63,6 bilhões de débitos de médio e longo prazos. Ingressaram, outrossim, US$ 5,8 bilhões em recursos novos, dos quais US$ 600 milhões referentes à recomposição das linhas de crédito de curto prazo, e pactuou-se um "spread" sobre a Libor (London Bank Interbank

Offer Rate), fixado em 0,8125%, igual ao melhor já obtido por países devedores.

Em virtude desse acordo, uma parcela dos recursos novos poderá ser convertida em capital, ao valor nominal, prevendo-se, também, a possibilidade de o Brasil emitir bônus de saída conversíveis em cruzados, até o montante de US$ 15 milhões por banco, a uma taxa fixa de 6% ao ano.

Deve-se destacar, ainda, no acordo, a introdução do conceito de imunidades na execução dos bens do Banco Central do Brasil no exterior, o que protege as reservas internacionais do País, bem como a cláusula de salvaguarda, pela qual os bancos ficam obrigados a analisar, em conjunto com o Brasil, eventuais alterações resultantes de fatos novos, financeiros ou econômicos, que afetem substancialmente a execução das prestações.

Nova fonte de recursos, na área externa, decorreu da regulamentação e início de operação dos leilões de conversão da dívida externa, em capital de risco. É um dado que afeta, positivamente, o mercado brasileiro de capitais, a vida econômica das empresas, e, não muito remotamente, os próprios investidores e as Bolsas pois, realizados 10 leilões, foram convertidos US$ 2,5 bilhões, e internados US$ 1,5 bilhões, com deságio médio de 25%.

Tais notícias, alvissareiras para o mercado de valores mobiliários, integraram-se num quadro que, no início do ano de 1988, prenunciava boas perspectivas para o setor, através da flexibilização das regras de conversão externa em investimentos e do estímulo na aquisições de ações decorrentes das baixas cotações que predominavam no mercado, em fins de 1987.

No decorrer do ano, o processo de recuperação do mercado bursátil se consolidou pela influência positiva de política mais realista para a economia, e pelos balanços patrimoniais favoráveis apresentados pelas companhias abertas, particularmente daquelas que operam nos setores de exportação e finanças.

Assim, os índices IBVRJ e BOVESPA apresentaram crescimentos reais, respectivamente de 74,43% e 96,7%, com base no IPC, conforme o quadro a seguir:

RENTABILIDADE REAL DO MERCADO ACIONÁRIO (VARIAÇÃO REAL)

| PERÍODO | IBV MÉDIO NO MÊS | IBV MÉDIO NO ANO | IBOVESPA MÉDIO NO MÊS | IBOVESPA MÉDIO NO ANO |
|---|---|---|---|---|
| JAN | 13.72 | 13.72 | 10.46 | 10.46 |
| FEV | 8.0 | 22.81 | 17.41 | 29.69 |
| MAR | 13.87 | 39.85 | 15.68 | 50.03 |
| ABR | 25.25 | 75.09 | 23.74 | 85.63 |
| MAI | 8.60 | 90.14 | 3.07 | 91.34 |
| JUN | 2.65 | 95.17 | - | 91.34 |
| JUL | (14.06) | 67.72 | (10.44) | 71.37 |
| AGO | (4.2) | 60.67 | (7.7) | 58.17 |
| SET | 11.84 | 79.69 | 10.63 | 74.95 |
| OUT | 5.14 | 88.92 | 14.58 | 100.45 |
| NOV | 2.96 | 94.51 | 5.42 | 111.31 |
| DEZ | (10.32) | 74.43 | (6.91) | 96.7 |

FONTE: CVM
Deflator: IPC

Quanto aos volumes transacionados nas Bolsas de Valores, os mesmos alcançaram 2.287,7 bilhões de OTN, o que significa incremento de 78,13% em relação ao montante alcançado em 1987, conforme o demonstrativo a seguir:

MERCADO SECUNDÁRIO
VOLUME NEGOCIADO NAS BOLSAS DE VALORES

| MÊS | Cz$ Milhões 1987 | Cz$ Milhões 1988 | VOLUME OTN 1987 | VOLUME OTN 1988 | % REAL 87/88 |
|---|---|---|---|---|---|
| JAN | 14.982 | 59.681 | 137,34 | 97,84 | -28,76 |
| FEV | 17.701 | 100.217 | 160,79 | 141,41 | -12,05 |
| MAR | 9.294 | 172.463 | 49,80 | 205,82 | 313,29 |
| ABR | 26.164 | 244.441 | 122,27 | 253,18 | 107,07 |
| MAI | 20.806 | 210.887 | 80,15 | 180,62 | 125,60 |
| JUN | 36.603 | 389.975 | 114,42 | 286,13 | 150,07 |
| JUL | 35.149 | 227.625 | 93,19 | 138,03 | 48,11 |
| AGO | 48.027 | 324.425 | 124,19 | 159,72 | 28,60 |
| SET | 38.535 | 394.165 | 91,88 | 161,42 | 75,68 |
| OUT | 55.769 | 662.446 | 65,44 | 202,30 | 209,14 |
| NOV | 31.957 | 780.749 | 116,38 | 242,36 | 108,25 |
| DEZ | 62.086 | 1.180.380 | 1.284,26 | 2.287,70 | 78,13 |

FONTE: CVM/ASE

Relativamente ao mercado primário de debêntures e ações, em fins de 1988 a CVM totalizava o registro de 969 companhias abertas, 14 aberturas de capital (nove mediante emissão de ações, três em virtude de colocação de debêntures, e duas sem emissão de títulos), e realizava o registro de 106 emissões de valores mobiliários, dos quais 76 em ações e 30 de debêntures.

O valor total das emissões de ações alcançou 53.508 milhões de OTN, o que representa crescimento real de 22,85% em relação ao ano anterior; e o mercado primário de debêntures teve expansão considerável, de 15.944% em relação ao ano anterior, tendo as emissões alcançado 434.636 mil OTN, contra 2.709 mil OTN em 1987. Deve-se notar que 73,18% do total de emissões de debêntures refere-se a um único lançamento, da Companhia Vale do Rio Doce, conforme quadros a seguir:

NÚMERO DE EMISSÕES REGISTRADAS NA CVM

| MÊS | NÚMERO DE EMISSÕES 1987 | 1987 |
|---|---|---|
| JAN | 6 | 8 |
| FEV | 1 | 6 |
| MAR | 1 | 4 |
| ABR | 2 | 3 |
| MAI | 3 | 6 |
| JUN | 5 | 15 |
| JUL | 6 | 6 |
| AGO | 4 | 13 |
| SET | 8 | 13 |
| OUT | 9 | 4 |
| NOV | 7 | 14 |
| DEZ | 8 | 14 |
| TOTAL | 60 | 106 |

FONTE: CVM/ASE

EMISSÕES DE AÇÕES E DEBÊNTURES
(EM MIL OTNs)

| | AÇÕES | | DEBÊNTURES(1) | |
|---|---|---|---|---|
| MÊS | 1987 | 1988 | 1987 | 1988 |
| JAN | 11.739,00 | 5.656,00 | - | 1.622 |
| FEV | 205,00 | 812,00 | - | 1.930 |
| MAR | 1.110,00 | 1.097,00 | - | 1.153 |
| ABR | 490,00 | 1.105,00 | - | 3.000 |
| MAI | 195,00 | 3.309,00 | 20 | 3.000 |
| JUN | 770,00 | 2.530,00 | 80 | 37.771 |
| JUL | 312,00 | 5.661,00 | 409 | - |
| AGO | 407,00 | 6.753,00 | 53 | 4.933 |
| SET | 5.002,00 | 8.082,00 | 2.085 | 318.074 |
| OUT | 8.859,00 | 559,00 | - | 2.393 |
| NOV | 2.806,00 | 3.514,00 | - | 6.454 |
| DEZ | 11.662,00 | 14.430,00 | 62 | 54.306 |
| TOTAL | 43.558,00 | 53.508,00 | 2.709 | 434.636 |

FONTE: CVM/ASE
(1) O número de OTNs de cada emissão é aquele autorizado na data da respectiva AGE, contabilizado, porém, no mês de registro.

Pode-se atribuir o desempenho do mercado primário à recuperação dos preços das ações no mercado secundário e à política econômica adotada pelas autoridades monetárias; e, no caso das debêntures, à simplificação do tratamento fiscal, que refletiu de modo positivo nas transações com esses títulos e às necessidades de recursos de empresas estatais.

**8.7. O Desempenho da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**

O ano de 1988 veio a consolidar o processo de desregulação do mercado segurador, principal diretriz emanada da política nacional traçada para o setor. Importantes decisões levadas a termo e legitimadas por manifestação dos diversos segmentos, através do procedimento de audiência pública, sinalizaram mudanças, até certo ponto ousadas, considerando-se o "status quo" anterior.

Tais normas tiveram por suporte o princípio de que a excessiva regulação serve ao desestímulo empresarial, à falta de criatividade e à estagnação tecnológica, sempre em prejuízo do consumidor final, cuja defesa justifica, em última análise, a existência do Estado. Este usuário será beneficiado pelo acesso a um grande número de produtos, diferenciados o suficiente para atendimento a sua demanda particular, cujos preços, estabelecidos por saudável concorrência, sejam os menores possíveis, sem prejuízo da segurança econômico-financeira das empresas, visto tratar-se de mercado captador de poupança popular.

Os novos dispositivos constitucionais extinguiram a sistemática de cartas-patente e todas as distorções consequentes. Em substituição, foi proposta a fixação de novos critérios compatíveis com a modernidade desejada (Resoluções nrs. 03, 04 e 05 do Conselho Nacional de Seguros Privados). O ingresso de novos participantes na indústria dependerá, doravante, de comprovada condição econômico-financeira, capacitação técnica gerencial e probidade segundo parâmetros fixados pelo interesse público. A mesma norma prevê, ainda, estímulos à especialização e regionalização das atividades, com benefícios a todos os segmentos envolvidos. Almeja-se, ainda, que a abertura do mercado venha a atenuar o atual perfil oligopolista, onde sete grupos detêm 60% da produção de prêmios de seguros e cinco empresas da previdência privada aberta detêm 75% das receitas de planos. Espera-se no decorrer de 1989 a entrada de cerca de 20 novos grupos de médio e grande porte.

Aguarda-se, também, a médio e longo prazos, como consequência da expressiva majoração dos capitais mínimos, mecanismos de fortalecimento e depuração, especialmente do mercado de previdência privada aberta, tendo em vista que as empresas existentes têm o prazo máximo de 31.12.93 para a adequação aos valores estabelecidos, sob pena de sujeição aos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial. No mercado segurador, aproximadamente 40% (quarenta por cento) das empresas estão aquém do limite fixado, enquanto que, no segmento de previdência privada, 70% das entidades deverão capitalizar-se para o atendimento ao mínimo exigido.

Reconhecida a capacidade que o setor privado apresenta para o gerenciamento das atividades de seguros, a desestatização do mercado também foi objeto da atenção da SUSEP, tendo sido vedada a participação de órgãos do governo no capital das sociedades corretoras de seguros (artigo 3o. do Decreto-Lei no. 2476, de 16.09.88), proibição vigente para as seguradoras desde 1970.

No que diz respeito aos diversos indicadores operacionais consolidados do mercado, eles indicam que os cinco ramos concentradores da arrecadação foram: automóveis: 32%, Vida em Grupo: 13,6%; Incêndio: 13%; Responsabilidade Civil Facultativo de Veiculos: 8,1% e Acidentes Pessoais: 4,3%.

O mercado pagou indenizações relativamente aos cinco maiores ramos em volume de sinistros como segue: automóveis: 39,6%; vida em grupo: 11,4%; Responsabilidade Civil Facultativo de Veiculos: 7,7%; habitacional: 6,7% e incêndio: 6,3% .

Os resultados apresentados pelo mercado permitiu-lhe manter-se, em termos reais, nos mesmos patamares do ano anterior, considerando-se o índice geral de preços (IGP) da FGV (Fundação Getúlio Vargas). O setor é particularmente sensível a altas taxas inflacionárias e, consciente das dificuldades, tem procurado contorná-las ampliando o número de produtos oferecidos e melhorando o atendimento ao usuário de seguros.

A opção pela propaganda institucional, com a criação do CODISEG (Comitê de Divulgação Institucional do Seguro), em 1987, faz parte de um contexto mais amplo, em que medidas desburocratizantes, competitividade sadia e informação ao consumidor possam promover um real incremento das atividades do setor.

FONTE: SUSEP

### 8.8. O Mercado Segurador e o Desempenho do Instituto de Resseguros do Brasil

A arrecadação de prêmios no ano de 1988, segundo dados preliminares, terá sido da ordem de Cz$ 800 bilhões, acusando decréscimo de 6,7% em relação a 1987, feito o expurgo da inflação.

Essa taxa de decréscimo resulta, porém, do cotejo de cifras provenientes de registros contábeis, que processam tão só os prêmios efetivamente recebidos. No ano de 1988, todavia, a pressão de fatores mercadológicos tornou mais extensa a prática do pagamento parcelado de prêmios, fenômeno que o processo contábil não expressa nem afere. Daí a presunção válida e correta de que na realidade o declínio de volume de prêmios tenha sido inferior aos aludidos 6,7%, taxa ela própria já indicativa de bom desempenho do mercado, em função das circunstâncias macro-econômicas predominantes ao longo do ano.

A atividade seguradora tem extrema e peculiar sensibilidade às oscilações do produto da economia e da inflação. Boa ilustração disso é o fato de que, em patente relação funcional com aquelas variáveis, a arrecadação de prêmios caiu 7,5% ao ano no biênio 1983-1984 e cresceu 20% ao ano no biênio 1985-1986, novamente declinando (5%) em 1987. Assim, ocorrendo em 1988 o comportamento mais desfavorável da inflação (com seus inevitáveis reflexos negativos sobre o PIB), torna-se significativo que a atividade seguradora tenha então assinalado o mais baixo índice de queda de arrecadação, desde 1983.

O grau de resistência que, em 1988, a atividade seguradora foi capaz de opor aos efeitos corrosivos da inflação, decorreu do uso e expansão do regime de indexação dos valores contratuais do seguro.

A indexação, atualizando as garantias do contrato ao longo do processo de depreciação da moeda, manteve o interesse na compra de seguros e evitou, portanto, alteração brusca na demanda do setor. Esse mecanismo de reajuste não terá conseguido nem objetivou a eliminação do fenômeno do infra-seguro, que consiste na aquisição de garantias parciais e insuficientes. Tal fenômeno é agravado pelo clima da inflação, levando o comprador de seguro, na reciclagem anual dos contratos, a não repor na íntegra o desgaste pregresso causado pela desvalorização monetária nos valores básicos das garantias adquiridas.

Das numerosas carteiras de seguros (mais de 30), apenas 8 respondem por 85% da arrecadação global de prêmios. Entre essas principais, ocorreram crescimentos reais nas carteiras de Automóveis, de Seguro-Saúde, de Seguro Habitacional e de Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito (danos pessoais).

A expansão do Seguro-Saúde elevou-o de 7o. para 6o. no "ranking", quase ultrapassando a carteira de acidentes pessoais, de longa tradição no mercado. O Seguro Automóveis manteve a recente ascenção para 1o. no "ranking", seguido pelos Seguros de Incêndio, de Vida e de Transportes.

Cumpre assinalar, em relação ao volume total de prêmios, as seguintes posições relativas:

- Seguros de Automóveis ....................................34.7%
- Seguros de Pessoas (Vida, Acidentes Pessoais, Seguro Saúde e Seguro Obrigatório de Acidentes de Trânsito - DPVAT) ....................................................23,2%
- Seguro DPVAT e Seguro de Acidentes Pessoais, este com sinistralidade em que têm maior peso os acidentes de trânsito. .......................................6,4%

Desde 1982, quando foram encerradas as operações de resseguro ativo do escritório de Londres, iniciando-se o "run-off" da carteira de negócios até então acumulada, vêm decrescendo ano a ano os encargos das responsabilidades contratuais do IRB. O número de contas processadas caiu de 191.000 em 1982 para 31.000 em 1988; e as indenizações efetivamente pagas declinaram de US$ 78,4 milhões em 1982 para US$ 13 milhões em 1988, ou seja, à razão de 30% ao ano.

Tais resultados vêm sendo obtidos em função da política de administração do "run-off", orientada por três critérios básicos :

a) rigor na investigação e análise de cada indenização pleiteada;

b) liquidação antecipada de compromissos, nos casos em que esse procedimento seja conveniente e possível;

c) sempre que possível, cancelamento de contratos em vigor ou sua transferência para outros resseguradores.

As reservas de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados, nos termos das correspondentes estimativas, totalizam US$ 147 milhões. Boa parte dessas reservas vincula-se a sinistros de "asbestosis" (carteira de responsabilidade civil), variedade de câncer provocada por materiais empregados na construção de imóveis e na decoração de interiores. Trata-se de operações oriundas do mercado de seguros dos Estados Unidos, onde teve origem e expansão a onda de reclamações indenitárias pelo emprego dos materiais causadores da doença.

Nos Estados Unidos, a "United Americas Insurance Company - UAIC", empresa controlada pelo IRB, teve receita de US$ 1,7 milhões para despesa de US$ 1,5 milhão. Seu patrimônio líquido, em 31.12.88, alcançou montante superior a US$ 8 milhões.

A UAIC, em face do período adverso que enfrentava o mercado de seguros do país, suspendeu operações e passou a administrar o "run-off" da carteira que havia formado. Gerir "run-off" é administrar prejuízos e, para reduzi-los, um dos instrumentos usuais é o programa de "commutations" (liquidações antecipadas de contratos). A UAIC tem-se valido com êxito desse instrumento e, em 1988, pôde liberar em favor do IRB recursos da ordem de US$ 6 milhões, vinculados a reservas de sinistros.

A UAIC não se limitou a gerir prejuízos. Aproveitando sua estrutura administrativa e seu "know-how", passou a atuar também como prestadora de serviços ao IRB e a seguradoras brasileiras, criando assim fonte de receita.

No ano de 1988, para melhor rendimento e flexibilidade operacional do esquema posto em execução pela UAIC, foi decidido desdobrá-lo num tripé empresarial composto de uma "holding", da própria UAIC e de uma "Service Corporation". O projeto teve aprovação oficial (Departamento de Seguros do Estado de New York): a UA Holding, depositária do investimento acionário e prestadora de serviços financeiros; a UAIC, atuando como empresa seguradora e executando "run-off" da sua carteira; a UA Service, prestadora de serviços técnicos e jurídicos na área de sinistros e na proteção de interesses de seguradoras brasileiras. A consolidação dos balanços das três empresas permitirá a manutenção dos benefícios fiscais relativos aos prejuízos de negócios anteriores, apurados no "run-off" da UAIC, sem limitar a atuação de cada empresa.

No IRB, as operações de resseguro ativo no mercado internacional continuaram submetidas a regime de vigorosa seleção técnica de negócios. No mercado interno, foi mantida a política de apoio a empresas brasileiras exportadoras de serviços, para cuja penetração no exterior é de fundamental importância o suporte nacional de adequadas garantias de seguro à execução de seus contratos de serviços. Importante iniciativa, ainda em 1988, foi a duplicação da capacidade retentiva do IRB nos ramos incêndio e lucros cessantes, através da compra externa de compatível resseguro de excesso de danos. Com essa duplicação, não só foi possível a redução drástica de resseguros facultativos de morosa colocação no exterior, como a economia de divisas resultante da substituição do regime de contratos facultativos. Além de tais vantagens, obteve-se, também, com a automaticidade do resseguro de excesso de danos, tanto a diminuição de trabalho e de despesa administrativa, quanto sobretudo extrema agilização no atendimento das necessidades de cobertura de segurados brasileiros.

O volume de prêmios de resseguros atingiu Cz$ 153,5 bilhões: Cz$ 147,6 bilhões em riscos do País (crescimento real de 2,7%), Cz$ 5,9 bilhões em riscos do exterior (crescimento real de 44,5%). O crescimento na receita de operações relativas a riscos do País, . em contradição aparente com o declínio de arrecadação de prêmios de seguros do mercado interno, explica-se pelo fato de terem cessado, em 1988, as condições especiais estabelecidas para resseguro, visando induzir o mercado à intensificação da prática do seguro indexado, em benefício do público segurado.

A evolução dos prêmios de resseguros, no período 1983-1988, foi a seguinte:

Em Cz$ milhões

| ANOS | PRÊMIOS DE RESSEGUROS | | | | ÍNDICES |
|---|---|---|---|---|---|
| | RISCOS DO PAÍS | RISCOS DO EXTERIOR | TOTAIS | | |
| | | | EM VALORES CORRENTES | EM VALORES CONSTANTES | |
| 1983 | 224,2 | 16,0 | 240,2 | 156.349,9 | 100 |
| 1984 | 731,7 | 55,3 | 787,0 | 158.864,5 | 102 |
| 1985 | 2.555,4 | 22,1 | 2.577,5 | 157.975,4 | 101 |
| 1986 | 6.380,3 | 121,5 | 6.501,8 | 164.231,6 | 105 |
| 1987 | 18.311,5 | 516,2 | 18.827,7 | 147.845,8 | 95 |
| 1988 | 147.621,1 | 5.857,4 | 153.478,5 | 153.478,5 | 98 |

O quadro acima inserido mostra que os prêmios de resseguros, com pequena expansão real em 1988, ainda assim não voltaram ao nível atingido em 1983. Apesar dessa expansão em 1988, as receitas das operações de resseguros representaram, nos riscos do País, 18,5% da arrecadação de prêmios de seguros do mercado interno, abaixo da média do período 1983-1987 (20,5%). Os coeficientes de resseguro, nos últimos 6 anos, foram os seguintes:

Cz$ milhões
Em valores correntes

| ANOS | PRÊMIOS DE SEGUROS (1) | PRÊMIOS DE RESSEGUROS (2) | % (2) / (1) |
|---|---|---|---|
| 1983 | 1.036,4 | 224,2 | 21,6 |
| 1984 | 3.114,2 | 731,7 | 23,5 |
| 1985 | 12.652,2 | 2.555,4 | 20,2 |
| 1986 | 35.785,7 | 6.380,3 | 17,8 |
| 1987 | 109.144,2 | 18.311,5 | 16,8 |
| 1988 | 800.000,0 | 147.621,1 | 18,5 |

Os prêmios de retrocessões montaram a Cz$ 75,3 bilhões em 1988, menos 5% do que no ano anterior, em termos reais. A partir de 1985, quando teve início a curva descendente dos prêmios dessas operações, em média tem sido da ordem de 5% ao ano a taxa de declínio. Os números do período 1983-1988 foram os seguintes:

| ANOS | PRÊMIOS DE RETROCESSÕES | | ÍNDICES |
|---|---|---|---|
| | EM VALORES CORRENTES (1) | EM VALORES CONSTANTES (2) | |
| 1983 | 136,7 | 88.329,2 | 100 |
| 1984 | 468,6 | 94.592,0 | 107 |
| 1985 | 1.491,2 | 91.395,9 | 103 |
| 1986 | 3.547,8 | 89.615,3 | 101 |
| 1987 | 10.106,3 | 79.360,4 | 90 |
| 1988 | 75.344,6 | 75.344,6 | 85 |

No período 1983-1988, os prêmios das retrocessões ao exterior corresponderam, em média, a 3,3% dos prêmios de seguros do mercado interno.

Em 1988, o índice foi de 3,9%, acusando desvio mínimo, obtido graças a adequados reajustes da capacidade retentiva nacional, minada pelo ágil e ascendente ritmo do processo inflacionário.

Entrando em declínio no biênio 1985-1986, o lucro bruto do IRB teve acentuada expansão em 1987, crescendo ainda mais em 1988. O quadro adiante mostra esse comportamento.

Em Cz$ milhões

| ANOS | LUCRO BRUTO | | |
|---|---|---|---|
| | EM VALORES CORRENTES | EM VALORES CONSTANTES | ÍNDICES |
| 1983 | 89,1 | 57.996,6 | 100 |
| 1984 | 391,5 | 79.028,5 | 136 |
| 1985 | 549,1 | 33.654,4 | 58 |
| 1986 | 411,3 | 10.389,2 | 18 |
| 1987 | 2.216,7 | 17.406,8 | 30 |
| 1988 | 41.989,4 | 41.989,4 | 72 |

O lucro bruto teve em 1988 a seguinte composição:

| | Em Cz$ milhões | | |
|---|---|---|---|
| **Resultado de Operações** | | | |
| Nacionais | (6.361,2) | | |
| Internacionaisss | (36.041,1) | | |
| | (42.402,3) | | |
| **Resultado Administrativo** | | | |
| Despesa (Receita) | (24.081,6) | | |
| Provisões | (53.883,1) | (77.964,7) | |
| | | (120.367,0) | |
| **Resultado Patrimonial** | | | |
| Renda de Aplicações | 505.514,3 | | |
| Correções Monetárias | (170.044,5) | | |
| Provisões | (1.453,3) | | |
| Ajustes de Resultados Operacionais | (171.660,1) | (343.157,9) | 162.356,4 |
| Lucro Bruto | | | 41.989,4 |

A significação alcançada em termos relativos pelo lucro bruto de 1988 pode ser observada pelo seguinte quadro de índices de lucratividade:

| ANOS | (1) | (2) | (3) |
|---|---|---|---|
| 1983 | 39,8 | 44,2 | 22,2 |
| 1984 | 53,5 | 45,5 | 30,5 |
| 1985 | 21,5 | 18,7 | 10,8 |
| 1986 | 6,4 | 8,2 | 5,1 |
| 1987 | 12,1 | 9,4 | 6,0 |
| 1988 | 28,4 | 17,3 | 7,9 |

(1) Em % dos prêmios de resseguros (País)

(2) Em % do Patrimônio Líquido

(3) Em % da soma Patrimônio Líquido/Provisões Técnicas.

Nos resseguros do mercado interno, operações que foram deficitárias no biênio 1983-1984, voltou a ocorrer resultado negativo em 1988. As causas, dessa feita, podem ser em boa parte atribuídas ao instituto da correção monetária de indenizações e ao regime de parcelamento de prêmios, sem juros e sem correção monetária, nos seguros e resseguros do ramo incêndio.

No período 1983-1988, o resultado operacional dos resseguros no mercado interno teve o seguinte comportamento:

Em Cz$ milhões

| ANOS | EM VALORES CORRENTES | EM VALORES CONSTANTES |
|---|---|---|
| 1983 | (0,8) | (520,7) |
| 1984 | (15,9) | (3.209,6) |
| 1985 | 53,6 | 3.285,2 |
| 1986 | 532,8 | 13.458,2 |
| 1987 | 463,1 | 3.636,5 |
| 1988 | (6.361,2) | (6.361,2) |

O resultado administrativo teve crescimento de 40% em 1988. Mesmo assim, representou tão-somente 15,7% da receita de prêmios de resseguros, e 3,7% da soma dessa receita com a renda de aplicações financeiras.

Nos últimos anos, esse resultado acusou a seguinte evolução:

Em Cz$ milhões

| ANOS | EM VALORES CORRENTES | EM VALORES CONSTANTES | ÍNDICES |
|---|---|---|---|
| 1983 | 22,7 | 14.775,8 | 100,0 |
| 1984 | 62,9 | 12.697,0 | 85,9 |
| 1985 | 239,9 | 14.703,5 | 99,5 |
| 1986 | 611,6 | 15.448,7 | 104,5 |
| 1987 | 2.190,0 | 17.197,1 | 116,4 |
| 1988 | 24.081,6 | 24.081,6 | 162,9 |

As apropriações do lucro bruto totalizaram Cz$ 12.831,7 milhões, a saber:

- Provisões para Imposto de Renda ....................Cz$ 12.220,7 milhões
- FINSOCIAL ......................................Cz$ 611,0 milhões

Com as apropriações feitas, resultou o lucro líquido de Cz$ 29.157,7 milhões, do qual foram destinados Cz$ 26.397,5 milhões à reserva de lucros, incorporada ao patrimônio líquido.

No período 1983-1988, o resultado de aplicações teve o seguinte comportamento:

Em Cz$ milhões

| ANOS | EM VALORES CORRENTES | EM VALORES CONSTANTES | ÍNDICES |
|---|---|---|---|
| 1983 | 285,7 | 185.966,5 | 100 |
| 1984 | 933,9 | 188.517,9 | 101 |
| 1985 | 2.917,2 | 178.795,9 | 96 |
| 1986 | 1.899,7 | 47.985,3 | 26 |
| 1987 | 5.625,8 | 44.176,9 | 24 |
| 1988 | 162.356,4 | 162.176,9 | 87 |

Houve forte crescimento nesse resultado, da ordem de 267% em valores constantes. A série do período 1983-1987 não é todavia homogênea. Isso porque, só a partir de 1987 foi adotado o critério contábil de debitar a esse resultado os ajustes de resultados operacionais. Mantido o critério anterior, para análise mais adequada dos valores da série, o resultado de 1988 eleva-se a Cz$ 334.016,5 milhões o maior de toda a história do IRB.

Em 31.12.88, as aplicações totalizavam Cz$ 526,5 bilhões, com a seguinte distribuição:

Em Cz$ milhões

| RUBRICA | MONTANTE | POSITIVA RELATIVA |
|---|---|---|
| Títulos do Governo Federal: | 171.906,0 | 32,7% |
| Depósitos em moeda estrangeira: | | |
| - País | 30.111,6 | 5,7% |
| - Exterior | 281.281,6 | 53,4% |
| Ações e Debêntures: | 25.955,2 | 4,9% |
| Ações e Bônus (no exterior): | 6.960,6 | 1,3% |
| Outras aplicações | 10.303,8 | 2,0% |

Deve-se a esse perfil das aplicações o bom resultado patrimonial obtido no exercício, fonte de recursos tanto para a cobertura do déficit das operações de resseguro, quanto para obtenção do lucro final do exercício.

O Patrimônio líquido do IRB atingiu Cz$ 242 bilhões em 31 de dezembro de 1988, registrando crescimento real de 31,3% em relação a 1987.

A expansão desse ítem é de suma importância na política de contenção de divisas que a lei e o interesse econômico nacional impõe ao IRB. O crescimento patrimonial capacita o órgão ressegurador a aumentar gradualmente seu poder de absorção de negócios dentro das fronteiras nacionais.

No período 1983-1988, o patrimônio líquido teve a seguinte evolução:

Em Cz$ milhões

| ANOS | EM VALORES CORRENTES | EM VALORES CONSTANTES | ÍNDICES |
|---|---|---|---|
| 1983 | 201,8 | 131.354,7 | 100 |
| 1984 | 860,4 | 173.681,1 | 132 |
| 1985 | 2.940,7 | 180.235,9 | 137 |
| 1986 | 5.014,2 | 126.655,8 | 96 |
| 1987 | 23.494,7 | 184.493,8 | 140 |
| 1988 | 242.225,4 | 242.225,4 | 184 |

Bom índice de solvência é o que relaciona os valores patrimoniais e os prêmios de resseguros. O quadro adiante contém os índices registrados de 1983 a 1988:

| ANOS | CAPITAL | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | |
|---|---|---|---|---|
| | % DOS PRÊMIOS ACEITOS | % DOS PRÊMIOS RETIDOS | % DOS PRÊMIOS ACEITOS | % DOS PRÊMIOS RETIDOS |
| 1983 | 21,6 | 50,2 | 84,0 | 195,0 |
| 1984 | 22,9 | 56,5 | 109,3 | 270,2 |
| 1985 | 31,0 | 73,6 | 114,1 | 270,7 |
| 1986 | 40,0 | 88,0 | 77,0 | 169,7 |
| 1987 | 22,9 | 49,5 | 124,8 | 269,4 |
| 1988 | 13,0 | 25,6 | 157,8 | 310,0 |

De outra parte, o IRB desempenha papel essencial na regulação e liquidação de sinistros, acumulando experiências e conhecimentos que permitem a uniformização de critérios e procedimentos para todo o mercado.

Sua intervenção direta, no entanto, somente ocorre nos casos de prejuízos de maior vulto, nestes compreendidos os que envolvem resseguros externos de responsabilidades excedentes da capacidade retentiva nacional.

Em 1988, nesses casos de maiores proporções, o IRB promoveu a regulação e liquidação de 1.024 sinistros, destacando-se nesse volume global os sinistros de embarcações (161), de riscos rurais (156), de transportes (140) e de incêndios (138). O montante das indenizações autorizadas foi de Cz$ 167,6 bilhões (incluídas correções monetárias posteriores aos sinistros), com incremento real de 344% em relação ao ano anterior.

Cumpre ressaltar em 1988 a ocorrência do sinistro da plataforma "Enchova", da PETROBRÁS, um dos maiores já acontecidos no País pela extensão dos danos. A indenização final paga totalizou US$ 325 milhões e os trabalhos de regulação e liquidação foram concluídos em tempo recorde, seguindo os padrões internacionais.

O Departamento de Sinistros do IRB tem ainda o encargo de inspecionar riscos, em especial os grandes complexos industriais com elevada concentração de ativos físicos. O objetivo final desse trabalho é a melhoria das condições de segurança, além do estudo e fixação de tarifas adequadas. Em 1988 foram realizadas 1.397 inspeções.

## 9. FINANÇAS PÚBLICAS

### 9.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional

#### 9.1.1. Introdução

A proposta do Orçamento Geral da União - O.G.U. para 1988, enviada ao Congresso Nacional em agosto de 1987, apresentava, pela primeira vez, a programação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito.

Com a incorporação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, passam para o O.G.U. as contas de natureza fiscal que vinham sendo financiadas com recursos de suprimentos específicos do Banco Central do Brasil. Esta medida, além de fornecer maior transparência aos gastos públicos, iria permitir que aquela Instituição exercesse melhor as funções de um banco central clássico, ou seja, controle da política monetária e cambial.

O Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, apresentado na Parte IV, compreende as receitas e desembolsos relacionados com os programas de crédito, subsídios creditícios, aquisição e venda de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos e a formação de estoques reguladores.

Esse orçamento destina, também, recursos para saneamento de instituições financeiras federais e estaduais em regime de administração especial temporária, refinanciamento de dívidas da União, Estados e Municípios com avais do Tesouro Nacional, e da micro, pequena e média empresa.

A partir da definição das principais parâmetros macroeconômicos e de acordo com a Lei No. 7.632, de 03 de dezembro de 1987, o Governo estimou a Receita em Cz$ 4.545,2 bilhões e fixou a Despesa da União em igual importância para o exercício financeiro de 1988. Tal proposta orçamentária foi elaborada com amplas modificações, incorporando a execução de um orçamento unificado e a administração da Dívida Pública pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Assim, a execução orçamentária de 1988 detém uma abrangência superior à de anos anteriores.

A partir da autorização legal, e com base tanto nas metas consubstanciadas nos cronogramas de desembolso dos diversos ministérios e órgãos federais, como na previsão das receitas de tributos, taxas e contribuições, o Governo promoveu uma política de liberações compatível com as metas da política econômica adotada. Para a obtenção deste objetivo, foi muito importante o esforço da administração orçamentária e financeira exercida pelos ministérios e órgãos junto às unidades orçamentárias e gestoras e a sedimentação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que, através de maior utilização pelos usuários, aprimorou o desenvolvimento do sistema culminando com a implantação da Conta Única, permitindo assim, por um lado, a agilização no fluxo de recursos, o aprimoramento dos controles contábeis e o desenvolvimento de informações, e, por outro lado, permitiu ao Banco Central do Brasil executar com melhor eficiência sua política monetária, visto que o impacto das contas do Tesouro junto ao público é agora previamente conhecido.

### 9.1.2 - A Programação Financeira do Tesouro Nacional

A Programação Financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1988, cujas diretrizes foram estabelecidas pelo Decreto no. 95.519, de 21 de dezembro de 1987, seria executada com base em cronogramas de desembolso propostos pelos órgãos setoriais do Sistema, que informariam os gastos no País e no exterior. Estabeleceu-se, ainda, que os órgãos setoriais apresentariam seus cronogramas através do próprio SIAFI, simplificando rotinas e criando-se condições aos ministérios e órgãos equivalentes de utilizarem suas dotações com maior eficácia.

Ainda nesse Decreto, foram incluídas disposições pertinentes à execução do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito por se tratar do primeiro Orçamento Geral da União totalmente unificado.

Considerando a necessidade de estabelecer prazos definidos para a realização de certas despesas, foi elaborado cronograma mensal para o pagamento de pessoal ao longo do ano, bem como fixada a prioridade para o pagamento dos compromissos relativos aos encargos e amortizações da dívida interna e externa e para a contrapartida nacional em projetos co-financiados por organismos internacionais.

### 9.1.3 - A Execução Financeira do Tesouro Nacional

Se comparado com o ano anterior, e se aplicado, para 1987, o mesmo critério do orçamento unificado vigente em 1988, resultados preliminares demonstram que o Tesouro Nacional registrou um déficit de caixa, neste ano, em termos reais, 31,2% inferior ao obtido em 1987, conforme demonstra a tabela a seguir.

DÉFICIT DE CAIXA DO TESOURO NACIONAL
Quadro Comparativo 1987-1988
Valores Acumulados

| | Valores em Cz$ bilhões | | Variação (%) 88/87 | |
|---|---|---|---|---|
| | 1987 | 1988 | Nominal | Real (*) |
| Até Jan | 15.4 | 83,5 | 442.2 | 16.7 |
| Até Fev | 83,1 | 175,8 | 111.6 | -55.3 |
| Até Mar | 88,7 | 393,4 | 343.5 | -7.2 |
| Até Abr | 150,8 | 569,2 | 277.5 | -21.3 |
| Até Mai | 245,1 | 775,0 | 216.2 | -33.3 |
| Até Jun | 375,4 | 1.121,8 | 198.8 | -35.6 |
| Até Jul | 451,5 | 1.133,7 | 151.1 | -47.4 |
| Até Ago | 492,0 | 1.658,8 | 237.2 | -32.4 |
| Até Set | 557,5 | 1.961,8 | 251.9 | -33.8 |
| Até Out | 678,2 | 2.452,5 | 261.6 | -37.0 |
| Até Nov | 811,0 | 2.904,6 | 258.2 | -42.6 |
| Até Dez | 1.064,7 | 4.992,3 | 366.9 | -31.2 |

(*) deflator utilizado nos cálculos das variações reais: inflação oficial média do período: 582%.

A contribuição maior para tal desempenho em 1988 concentra-se nas receitas do Tesouro que, apesar do processo inflacionário verificado neste ano, apontam um crescimento real. Note-se que este crescimento centrou-se no segundo semestre, principalmente por:

a) ações administrativas implementadas pela Secretaria da Receita Federal no sentido de esforço fiscal;

b) redução de prazos de recolhimento de alguns impostos, evitando, assim, perdas maiores em decorrência da defasagem existente entre o fato gerador do tributo e seu efetivo recolhimento;

c) alteração de algumas alíquotas; e,

d) incorporação de alguns impostos ao Tesouro Nacional - (exemplo: PIS-PASEP)

As liberações do Tesouro Nacional, por sua vez, atingiram Cz$ 16.792 bilhões em 1988, sendo Cz$ 12.211 bilhões para atender ao Orçamento Fiscal e Cz$ 4.581 bilhões para o Orçamento de Crédito.

A discriminação das liberações do exercício e as respectivas comparações com o ano anterior podem ser observadas na tabela a seguir.

LIBERAÇÕES DO TESOURO NACIONAL

| DISCRIMINAÇÃO | 1987 Valor Cz$ Bi | 1988 Valor Cz$ Bi | VARIAÇÃO (*) Real |
|---|---|---|---|
| Estados e Municípios | 229,8 | 1.667,5 | 6.4 |
| Outras Vinculações | 67,1 | 612,5 | 33.8 |
| Pessoal e Encargos | 393,0 | 3.441,9 | 28.4 |
| Enc.Div.Mob.Federal | 178,1 | 1.942,3 | 59.9 |
| Serv.Div.Int.Ext. | 202,4 | 1.167,6 | -15.4 |
| Finsocial | 58,7 | 475,0 | 18.2 |
| Pin-Proterra | 24,6 | 83,3 | -50.3 |
| Outras Despesas | 318,7 | 2.785,3 | 28.1 |
| Float | -67,3 | -54,6 | -88.1 |
| total | 1.405,1 | 12.120,8 | 26.5 |

Dados Preliminares
(*) deflator utilizado nos cálculos das variações reais:
I.P.C. médio do período: 582%.

As transferências constitucionais para os Estados, Municípios e Distrito Federal alcançaram Cz$ 1.668 bilhões, situando-se 6.4% acima, em termos reais, do resultado verificado em 1987. Tal comportamento reflete a queda do I.P.I. e de outras receitas que compõem a base de cálculo para as transferências em 1988, porém compensado pelo incremento real ocorrido na arrecadação do Imposto de Renda.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS/LEGAIS - 1988

| DISCRIMINAÇÃO | VALORES EM CZ$ BILHÕES(*) | PART.% |
|---|---|---|
| Transferência a Estados e Municípios | 1.667,5 | 73.1 |
| Fundos de Participação | 1.247,7 | 54.7 |
| Outras Transferências | 419,8 | 18.4 |
| Outras Vinculações | 612,5 | 26.9 |
| TOTAL | 2.280,0 | 100.0 |

(*) Valores Preliminares

As despesas relativas ao item Outras Vinculações, que são liberações correspondentes a receitas vinculadas a órgãos e fundos federais, as receitas próprias daqueles órgãos e o trânsito de recursos do PIN/PROTERRA pelo BNB/BASA totalizaram Cz$ 612,5 bilhões. Ressalta-se que os recursos do PIN/PROTERRA transitam no BNB/BASA por 45 dias e retornam posteriormente aos cofres do Tesouro, para o financiamento de projetos e programas.

As liberações para pagamento de pessoal e encargos sociais atingiram Cz$ 3.442 bilhões em 1988, registrando crescimento real de 28,4% em relação ao observado em 1987. Tal comportamento deveu-se, basicamente aos aumentos reais de salário concedidos a partir de outubro de 1987, e aos aumentos especiais de salários e diversas categoriais de trabalhadores (juizes, procuradores, professores, etc.); além disso, deve ser ressaltado também o aumento real do salário mínimo nesse período.

A suspensão temporária do pagamento da URP ao funcionalismo público permitiu o fôlego necessário ao caixa do Tesouro Nacional que, quando recuperado, conforme o programado, possibilitou a reposição das URP à todos os funcionários públicos.

Para o pagamemto do serviço da dívida interna e externa contratada pelos órgãos públicos foram liberados Cz$ 1.167,6 bilhões. Ressalte-se que estes gastos apresentaram queda real em relação ao verificado em 1987.

Para os programas custeados pelo FINSOCIAL foram liberados Cz$ 475,0 bilhões, sendo a seguinte sua composição, segundo os que mais demandaram recursos:

FINSOCIAL/1988 - PRINCIPAIS PROGRAMAS

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR EM CZ$ BILHÕES(*) | PART.% |
|---|---|---|
| - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - FAE | 92,8 | 19,5 |
| - DISTRIBUIÇÃO DE LEITE | 75,2 | 15,8 |
| - FUNMIRAD | 49,8 | 10,5 |
| - CEME | 25,8 | 5,4 |
| - SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR - INAM | 25,4 | 5,3 |
| - DEMAIS | 206,0 | 43,5 |
| TOTAL | 475,0 | 100,0 |

(*) Preliminar

Todas as despesas com gastos de manutenção e equipamento dos ministérios e órgãos, e aquelas não incluídas nos demais itens, fazem parte do item "Outras Despesas" e alcançaram em 1988 Cz$ 2,4 trilhões, registrando incremento real de 12,3% frente ao ocorrido no exercício anterior. É importante ressaltar que além das cobertura de despesas de custeio e capital dos órgãos e ministérios públicos, como gastos com aluguéis, telefone, água, compra de material etc, inclui-se nesta rubrica o pagamento de outras despesas de custeio e capital transferidos às empresas estatais, as quais contribuíram significativamente para o elevado crescimento destas despesas em 1988.

Finalmente, o resultado de caixa do Tesouro, medido pela diferença entre as receitas correntes e as liberações efetivas, registrou um valor negativo de Cz$ 4.992 bilhões em 1988, ficando 31,2%, em termos reais, inferior ao obtido no ano anterior.

Por outro lado, levando-se em consideração os ingressos provenientes das operações de crédito interno e externo, autorizadas pelo Congresso Nacional, o resultado total de caixa do Tesouro apresentou-se positivo em Cz$ 2.09 trilhões.

Por fim, as disponibilidades globais do Tesouro, fecharam o ano com Cz$ 2.46 trilhões (38.9% inferiores, em termos reais, àquelas registradas em 1987), resultado do estoque inicial de Cz$ 0.37 trilhões e fluxo positivo entre os totais de receitas e despesas de Cz$ 2.09 trilhões. Parte dessas disponibilidades será utilizada em 1989 para a cobertura de despesas referentes ao ano de 1988 (restos a Pagar/1988).

### 9.1.4 - A Execução Financeira em Relação as Metas Programadas

Com a aprovação do programa de consistência macroeconômica (junho/88) ficou estabelecido o compromisso de déficit público não ser superior a 4% do PIB em 1988. Compatível com esta meta, o déficit de caixa do OGU não poderia então ultrapassar Cz$ 4.438,4 bilhões. Vale dizer que expectativa de inflação embutida nesta programação era de estabilizar-se em 17% a.m..

Todavia, no decorrer do segundo semestre do ano as variáveis macroeconômicas ocorridas diferiram bastante das estimativas utilizadas quando da elaboração da programação. Os principais desvios ocorreram nas projeções da inflação para os últimos meses do ano, o que influiu diretamente na estimativa dos valores nominais dos diversos agregados de receita e despesa.

Mesmo assim, o déficit de caixa OGU em 1988 atingiu Cz$ 4.992 bilhões o que significa 12.5% acima do programado em termos nominais. Se descontarmos o diferencial de inflação entre a programada na época e a efetivamente ocorrida em 1988, o déficit de caixa situou-se bastante abaixo dos valores programados.

## 9.2. Dívida Pública Mobiliária Federal

### 9.2.1 - Introdução

**Reordenamento Financeiro do Setor Público**

O governo brasileiro vem adotando, desde meados de 1985, uma série de medidas com vistas à efetivação de um amplo reordenamento

financeiro do setor público, buscando quantificar e qualificar melhor seus gastos, reduzir seu déficit e dar maior transparência às suas contas. Dentre outras, o governo promoveu:

I) - unificação orçamentária parcial para o exercício fiscal de 1986, onde algumas contas de caráter fiscal -- operações de natureza não reembolsável antes incluídas no Orçamento Monetário, passaram a fazer parte do Orçamento Geral da União - OGU;

II) - criação da Secretaria do Tesouro Nacional, centralizando diversas atribuições que eram realizadas anteriormente de forma descentralizada;

III) - reordenamento financeiro das relações entre o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional, com a liquidação de todas as pendências existentes entre eles e a solução final para o saldo da Conta de Movimento;

IV) - transferência, do Banco Central do Brasil - BACEN para o Ministério da Fazenda, da administração da dívida pública mobiliária federal e dos fundos e programas de fomento visando transformar aquele Banco em uma instituição mais independente, com atribuições clássicas de controle das políticas monetária e cambial;

V) - término da unificação orçamentária para o exercício fiscal de 1988, com a inclusão, no OGU, do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito - OOOC, eliminando-se, assim, qualquer possibilidade do Poder Executivo -- inclusive o BACEN -- realizar despesas sem prévia autorização do Congresso Nacional.

**9.2.2. Processo de Transferência da Dívida Pública Mobiliária Federal para o Ministério da Fazenda**

Com relação à Dívida Pública Mobiliária Federal-DPMF, cabe destacar que o Decreto No. 94.443, de 12.06.87, atribuiu ao Ministério da Fazenda competência para exercer atividades relativas ao planejamento, supervisão normatização e controle dos serviços de colocação e resgate de títulos da DPMF. Através da portaria No. 430, de 22.12.87, o Ministério da Fazenda estabeleceu funções ao BACEN, Banco do Brasil S.A., Delegacia do Tesouro Nacional no Distrito Federal e Secretaria do Tesouro Nacional, cabendo a esta última, o seguinte:

I) - efetuar o controle físico e financeiro da dívida emitida;

II) - prever as dotações e manter no BACEN os recursos financeiros necessários à cobertura de juros, comissões e parcela dos descontos e rendimentos que excederem à variação da correção monetária;

III) - determinar os títulos e os volumes das Ofertas Públicas, inclusive elaborando e publicando os editais, em estreito relacionamento com o BACEN;

IV) - propor ao Ministro da Fazenda normas legais ou regulamentares necessárias à administração da dívida pública;

V) - realizar a execução financeira (nas contas do Tesouro) e orçamentária da dívida pública;

IV) - decidir, na esfera administrativa, sobre as questões que envolvem a dívida pública;

VII) - auxiliar o órgão competente nas questões judiciais relativas à dívida pública;

VIII) - administrar o limite de colocação de títulos;

IX) - supervisionar os serviços a cargo do Banco Central do Brasil, referentes à dívida pública.

Para dar cabo de tais funções, foi criada na STN, a princípio no âmbito da Secretaria de Programação Financeira, a Divisão da Dívida Pública, com a incumbência de desempenhar, além daquelas funções listadas acima, a contabilização dos eventos pertinentes nas contas da União. Mais recentemente, a Divisão da Dívida Pública foi transformada em Coordenadria de Administração da Dívida Pública - CODIP, com duas Divisões: a de Registro e Controle da Dívida Pública - DIPUB e a de Análise e Planejamento da Dívida Pública - DIDIP.

A STN e o Banco Central promoveram, a partir de novembro de 1987, programa de trabalho no sentido de viabilizar a transferência, para o Ministério da Fazenda, do estoque e do controle da DPMF, a contar de 01.01.88. Este programa constou de estágios de técnicos da STN junto ao DEMOB/BACEN, nas seguintes áreas:

I) - controle físico financeiro da DPMF;

II) - análise do mercado financeiro e atuação da mesa de "open market" do BACEN no controle diário da liquidez da economia;

III) - metodologia de cáculo do valor dos títulos e de seus encargos;

IV) - questões contábeis e jurídicas a respeito da DPMF;

V) - cursos no DEMOB/BACEN sobre mercado aberto.

O estoque da DPMF, em 31.12.87, foi transferido, portanto, do BACEN para o MF, sendo apurado o Balanço dos Títulos Públicos Federais -

Operações de Crédito da União, conforme ANEXO No.01. Os saldos das diversas contas existentes foram contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, através da Divisão da Dívida Pública da STN.

Nos anexos deste caderno apresenta-se o BALANÇO DE ABERTURA, em 04.01.88, na Unidade Gestora No. 170777(Divisão da Dívida Pública).

### 9.2.3. Política de Endividamento Interno do Governo Federal em 1988

Durante o primeiro semestre de 1988, o Tesouro Nacional utilizou-se somente das Letras Financeiras do Tesouro - LFT para a rolagem da dívida vincenda, bem como para a captação de recursos novos destinados ao financiamento do déficit de caixa da União.

Ao longo dos seis primeiros meses do ano, foram realizados leilões de LFT, com prazo de 182 e 273 dias, regularmente às quartas-feiras, cujo valor financeiro totalizou NCz$ 3.472,7 milhões.

A experiência das Letras do Banco Central - LBC, papéis emitidos em 1986 e 1987 pelo Banco Central, bem como as emissões de LFT no primeiro semestre, de 1988 mostraram ser um título de baixo custo para o Tesouro Nacional desde que o funcionamento da economia não requeresse, por parte do Banco Central, uma atuação mais ativa em relação à política monetária, sobretudo com respeito à taxa básica de juros.

Com a escalada inflacionária do primeiro semestre, as autoridades econômicas decidiram, no meio do ano, praticar uma política de taxas de juros mais ativa, objetivando com isso impedir uma aceleração mais violenta dos preços.

Desta forma, no mês de julho, terminou-se o processo de substituição de OTN e LTN por LFT e iniciou-se uma nova política de endividamento público, quando novos ativos financeiros, de características diferentes, passaram a ser vendidos ao mercado, de modo a criar condições ao desenvolvimento de um mercado diversificado de títulos públicos e à ampliação do perfil da dívida.

Ademais, esta mudança do passivo mobiliário interno do Tesouro Nacional, também procurou dar melhores condições e instrumentos ao Banco Central do Brasil, para a adoção de uma política monetária mais no que diz respeito ao controle da liquidez da economia.

Desta forma, a STN centrou suas ações na adoção de regras claras e estáveis, iniciando, a partir de julho, emissões regulares de títulos públicos, de acordo com o seguinte esquema:

REGRA DE FORMAÇÃO DAS OFERTAS PÚBLICAS DE TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL

QUADRO RESUMO

| ITEM | OTN MONETÁRIA | OTN CAMBIAL | LTN | LFT |
|---|---|---|---|---|
| FREQUÊNCIA DOS LEILÕES | .mensal(1); | .semanal; | .quinzenal; | .semanal; |
| TIPO DE LEILÃO | .oferta pública, em leilão primário; | .oferta pública em leilão primário exclusivo para exportadores detentores de contratos de câmbio; | .oferta pública, em leilão primário (2); | .oferta pública, em leilão primário; |
| DATA DA EMISSÃO | .todo dia primeiro; | .toda sexta-feira; | .às quartas-feiras; | .toda quarta-feira; |
| MONTANTE DE CADA LEILÃO | .inicialmente, de cerca de 250 a 300 milhões de títulos; | .valor correspondente a US$ 250 milhões, sendo que o total em circulação não poderá ultrapassar US$ 3,0 bilhões; | .inicialmente de cerca de Cz$ 100,0 bilhões; | .de acordo com as necessidades; |
| PRAZO | .inicialmente, de 6 meses, podendo ser ampliado posteriormente; | .3 meses; | .inicialmente, de 35 dias; | .de 182 e 273 dias |

Nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, ocorreram algumas emissões de LTN, mas com pouca demanda, devido à conjuntura inflacionária e à própria instabilidade da taxa de inflação. Assim, os leilões foram suspensos temporariamente aguardando um cenário inflacionário mais apropriado à colocação deste tipo de papel, uma vez tratar-se de título pré-fixado.

Quanto às OTN monetárias, o quadro acima previa, inicialmente, emissões de papéis de 6 meses. A partir de setembro, foram realizados leilões desses títulos também com prazo de 12 meses, no montante global de 600.000.000 de papéis.

Na Tabela 1 anexa, estão demonstradas, por tipo de títulos, as emissões realizadas mês a mês, cujo valor líquido (entrada de caixa) resultante da colocação dos títulos do Tesouro Nacional, atingiram o valor de NCz$ 21.608,85 milhões no exercício.

A despeito da emissão de LTN e OTN, o maior volume de títulos emitidos continuou sendo de LFT. Entretanto, considerando que as OTN (monetárias e cambiais) só foram emitidas a partir de julho/88, pode-se dizer que tais títulos tiveram boa aceitação no mercado.

A rentabilidade anual do deságio das LFT, no segundo semestre abriram em níveis percentuais relativamente baixos (0,18%) e cresceram de

forma significativa a partir de outubro, atingindo em dezembro 0,73%. Tal elevação deveu-se, principalmente, às expectativas do mercado financeiro no tocante às alterações na política fiscal e monetária por parte do governo federal.

O estoque de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal está apresentado na Tabela 2, anexa. Como pode ser observado, o estoque total que em 31.12.87 era NCz$ 6.657,96 milhões, atingiu Cz$ 74.859,11 milhões ao final do exercício de 1988. A despeito do significativo crescimento nominal do estoque, em termos reais, este cresceu apenas 8,78%. Do estoque total, NCz$ 18.563,53 milhões (24,8%) referem-se às LTN ESPECIAIS, NCz$ 27.516,2 milhões (36,76%) às OTN (monetárias e cambiais) e NCz$ 28.779,39 milhões (38,44%) às LFT.

A emissão das LTN ESPECIAIS, sobre as quais incide apenas correção monetária, foi autorizada pelo Decreto-Lei No.2.376, de 25.11.87, mas somente homologada pelo Conselho Monetário Nacional, através do Voto CMN No. 257/88, em reunião do dia 30.8.88, e por intermédio de publicação de Resolução do Banco Central do Brasil no Diário Oficial da União do dia 1.9.88.

A emissão desses títulos correspondeu à liquidação do saldo devedor decorrente de operações realizadas pelo Banco Central do Brasil, em nome do Tesouro Nacional, até 31.12.87, no âmbito do Orçamento Monetário.

A mudança ocorrida em julho de 1988, no que diz respeito à emissão de títulos federais, permitiu a manutenção do perfil da dívida mobiliária federal. Isto é, a dívida de curto prazo crescia rapidamente, atingindo em julho, aproximadamente, 50% do estoque total. A emissão de títulos de longo prazo (OTN) permitiu o fechamento do exercício com esse mesmo percentual.

Verifica-se, ainda, que o volume dos resgates líquidos - considerando somente o valor líquido inicial dos papéis mais a correção monetária - atingem o montante de NCz$ 14.498,84 milhões durante o ano. Isto significa que o Tesouro Nacional emitiu títulos federais no valor de NCz$ 7.110,01 milhões para financiamento do déficit de caixa do OGU no mesmo ano.

Cabe ressaltar que apesar de autorizado pelo Congresso Nacional a emitir títulos federais no valor de NCz$ 22.526,19 milhões, o Tesouro Nacional emitiu, no ano, NCz$ 21.608,85 milhões. Conforme o disposto no Art.40. da Lei 7.688 de 15.12.88, o saldo de títulos a emitir (limite

orçamentário não utilizado) no valor de NCz$ 917,34 milhões deve ser destinado, exclusivamente, à cobertura dos restos a pagar do mesmo exercício. Porém, não será necessário emitir títulos no montante acima, uma vez que o valor inscrito em restos a pagar de 1988, que será pago em 1989, montou apenas NCz$ 408.130.707,14.

Os Encargos do Tesouro Nacional com a dívida pública mobiliária federal, que foram pagos através de dotação orçamentária constante no O.G.U., constituíram-se, basicamente, dos seguintes itens:

- Deságio de OTN
- Juros de OTN
- Acréscimo de Correção Cambial
- Comissões sobre emissão e resgate de OTN
- Desconto Real de LTN
- Deságio de LFT
- Acréscimo de Correção Financeira de LFT

O acréscimo de correção cambial refere-se à diferença entre a correção cambial e a monetária das OTN cambiais. Por sua vez, o acréscimo de correção financeira constitui-se na diferença entre o valor do "overnight" que é devido nas LFT e a correção monetária.

Os custos do Tesouro Nacional com a dívida pública mobiliária federal atingiram o valor de NCz$ 1.942.28 milhões. Desse total NCz$ 1.263,14 (48%) referem-se aos custos com a emissão das OTN e NCz$ 665,53 (34,3%) aos encargos da LFT tabela constantes deste caderno.

## 10. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

### 10.1. Comportamento das Exportações e Importações

Em 1988, as atividades da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil - CACEX estiveram dirigidas no sentido de, dentro de sua esfera de atuação, colaborar no processo de maturação da política brasileira de comércio externo atualmente em curso.

Tal política, implantada a partir de 1987, gira em torno de certos pontos básicos, formando um corpo de metas a serem atingidas a curto e médio prazos - ou seja, ainda nos próximos anos.

O objetivo primordial é a obtenção de saldos comerciais adequados às reais necessidades do País, baseados não na contenção de importações, mas no aumento de nossa participação no mercado internacional. Para tanto, será necessário estimular cada vez mais as vendas externas resultantes de

projetos especificamente voltados para o mercado exterior, a fim de possibilitar uma atividade exportadora consistente e continuada, que não dependa de situações conjunturais.

Imprescindível é, também, a promoção de uma diversificação crescente de nossa pauta de exportações, tanto em termos de produtos como de mercados, a fim de reduzir o grau de dependência no nosso processo de formação de receitas cambiais.

Dentro da atual política, continuam sendo enfatizadas as exportações de produtos primários - as quais, além de contribuírem para a formação de reservas internacionais com recursos de liquidez mais imediata, geram efeitos multiplicadores no mercado interno, ampliando a demanda de máquinas, equipamentos agrícolas e outros insumos; ao mesmo tempo, porém, confere-se prioridade às vendas externas de manufaturados, importantes não apenas sob o aspecto da diversificação como porque proporcionam aumento do nível de emprego e dos ganhos provenientes da economia de escala.

Outro item importante da política atualmente em vigor é o acompanhamento das importações, com o objetivo de estimular a compra de matérias-primas, partes, peças e acessórios, necessários para a manutenção das atividades de nosso parque produtivo, e de máquinas e equipamentos, a fim de possibilitar a atualização tecnológica da indústria nacional e a continuidade do processo de substituição das importações.

Entre os principais pontos da estratégia formulada pelo Governo para a consecução das metas acima, cabe destacar o realismo cambial, visando a refletir de forma adequada o movimento dos preços da economia, e a agilização da sistemática administrativa das exportações e simplificações das importações, inclusive com a redução da interveniência estatal na administração do comércio externo. No caso das importações, o objetivo é permitir que a tarifa aduaneira atue como principal instrumento de proteção ao trabalho nacional, eliminando-se os favores fiscais na importação e as barreiras não tarifárias.

No campo da promoção das exportações, a estratégia consiste na criação de programas objetivos, visando a atrair novas empresas (principalmente pequenas e médias) para o esforço exportador. E no campo dos financiamentos e no seguro de crédito à exportação, o que se pretende é modernizar e aperfeiçoar a sistemática atual.

O desempenho das exportações e importações brasileiras em 1988 deve ser analisado dentro do contexto da política de comércio externo, a

qual visa, basicamente, a ampliação de nossa participação no mercado internacional, de modo a assegurar um fluxo de divisas compatível com as necessidades do País, sem prejuízo do atendimento ao mercado interno e da atualização do parque tecnológico da indústria nacional.

Foram tomadas no exercício medidas de grande alcance, buscando, principalmente, simplificar e descentralizar a sistemática das exportações e importações. Entre elas, merecem destaque especial a implantação da nova política industrial, reforma tarifária, flexibilização do regime de pagamento das compras externas, eliminação de controles prévios à emissão de guias de exportação, liberalização da comercialização externa de vários produtos e revisão das normas de padronização.

Especialmente na ponta das importações, foram sensivelmente atualizados os procedimentos e normas; além disso, a lista de produtos cujo ingresso se encontra temporariamente suspenso sofreu substancial redução.

No plano das vendas externas, buscou-se imprimir automaticidade ao processamento das operações de financiamento, por intermédio da concessão de linhas de crédito; foi dado prosseguimento ao trabalho de motivação e capacitação de empresários, através da realização de programas de treinamento e prestação permanente de assessoria.

Em 1988, o País obteve saldo comercial de US$ 19.089 milhões, com exportações de US$ 33.781 milhões e importações de US$ 14.692 milhões. Embora esse superávit reflita os resultados de nossa política de comércio exterior, é preciso ter em mente que 1988 foi um ano atípico, marcado por uma conjuntura excepcional em que se conjugaram preços internacionais altamente favoráveis (principalmente das "commodities" exportadas pelo Brasil), safras abundantes e disponibilidade de excedentes industriais. Além disso, no lado das importações, a queda do preço do petróleo favoreceu um menor dispêndio de divisas. Note-se que, retirando-se do montante global das importações o petróleo e o trigo, as compras externas atingiram US$ 11,3 bilhões, o que representa crescimento de 5% em relação a 1987 e de 21% em relação à média 80/87.

Os setores que mais se destacaram na exportação foram os de produtos siderúrgicos (US$ 4.006 milhões), material de transporte (US$ 3.887 milhões), soja (US$ 3.046 milhões), café (US$ 2.230 milhões) e minérios metalúrgicos (US$ 2.066 milhões). As vendas de produtos básicos atingiram US$ 9.397 milhões, tendo os semimanufaturados registrado US$ 4.892 milhões, os manufaturados US$ 19.190 milhões e as operações especiais US$ 302 milhões. Como se nota, observou-se em 1988 uma manutenção

da tendência de enobrecimento da pauta de exportações: a participação de produtos industrializados alcançou o percentual de 71,2%. No tocante aos parceiros comerciais, houve uma alteração digna de nota: as exportações para a Comunidade Econômica Européia (US$ 9.342 milhões) superaram as vendas para os Estados Unidos (US$ 8.714 milhões).

Quanto às importações, subdividiram-se em petróleo (US$ 3.198 milhões), trigo (US$ 97 milhões) e outros produtos (US$ 11.397).

## 10.2. Atuação da Comissão de Política Aduaneira

Como é sabido, três conjuntos de atividades compõem as atribuições básicas da CPA no campo das definições da política de comércio exterior do País. O primeiro diz respeito à sua competência para alterar o nível das alíquotas de importação, aumentando-as ou diminuindo-as, de forma a assegurar o abastecimento interno, ao mesmo tempo em que confere adequada proteção aos diferentes setores produtivos da economia.

O segundo, contribuir para que os interesses do País sejam preservados, assessorando os órgãos do governo nas negociações de comércio exterior no âmbito do GATT, ALADI e UNCTAD.

O terceiro, atuar como Secretaria Técnica do Comitê Brasileiro de Nomenclatura - CBN para manter atualizada a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, de forma a atender às necessidades do comércio internacional de mercadorias em permanente mudança.

### 10.2.1. A CPA e a Definição das Alíquotas Tarifárias

O Decreto-Lei no. 2434, de 19.05.88, seguido pela publicação da Tarifa Aduaneira do Brasil de 27.06.88, tornou público os resultados do trabalho de revisão da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB, que vinha sendo executado pela CPA desde meados de 1986.

Ao mesmo tempo em que se fazia uma ampla revisão do nível das alíquotas aplicadas nas importações, foi feita uma não menos abrangente simplificação do aparato institucional que envolve tal iniciativa, eliminando-se a grande maioria dos regimes especiais de tributação (exceto aqueles vinculados a programas de exportação, desenvolvimento regional, acordos internacionais, e importações do governo federal, estadual e municipal), unificando-se no imposto de importação o Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e a Taxa de Melhoramentos de Portos - TMP, de forma a tornar mais transparente o custo das importações.

Assim, a reforma da TAB revigorou a política tarifária como instrumento de longo prazo da política industrial, reduzindo os custos de importação via simplificação do aparato institucional e através da redução do nível médio das alíquotas.

Cumpre acrescentar, no entanto, que tal redução foi possível pela eliminação de parte da redundância tarifária que a antiga estrutura da TAB comportava, não se alterando a estrútura de preços relativos, e mantendo-se, pois, um nível de proteção tarifária elevado o bastante para não pôr em risco o funcionamento do parque produtivo instalado no País.

Além dos aspectos mencionados, a reforma da TAB implicou também em revisão da competência da CPA para conceder benefícios fiscais nas importações. O Decreto-lei no. 63/66, cujo artigo 7o. permitia a isenção ou redução a zero da alíquota do imposto de importação, instituída com vistas a permitir que se complementasse a oferta interna insuficiente de matérias-primas e outros produtos de base e de gêneros alimentícios de primeira necessidade, teve sua aplicação mantida apenas para estes últimos (gêneros alimentícios).

Renunciou-se à competência conferida pelo artigo 4o. do Decreto-Lei no. 1857/81, que permitia reduzir até zero o imposto de importação incidente sobre máquinas, equipamentos, veículos, aparelhos, instrumentos, partes, peças e acessórios relativos a empreendimentos de reconhecido interesse econômico.

### 10.2.2. A CPA e os Organismos Internacionais

Em 1988, intensificou-se o processo de integração econômica do Brasil com os demais países da America Latina, notadamente no que diz respectivo às relações econômicas com a Argentina, onde importantes decisões foram tomadas visando a assegurar o êxito do Programa de Integração e Cooperação Econômica firmado entre os dois Países.

Assim, destacam-se as negociações no âmbito do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica no. 7 - Protocolo no. 1 - Bens de Capital que contribuíram, sobremodo, para incrementar e dinamizar essa modalidade de comércio entre Brasil e Argentina.

A atuação da Comissão de Política Aduaneira foi relevante ao coordenar, no âmbito do Grupo de Negociações Tarifárias (GNT), os mais distintos interesses das partes envolvidas em consonância com os princípios básicos estabelecidos pela Ata de Integração Brasil x Argentina e atos subsequentes.

O resultado desse trabalho de coordenação fez-se sentir na ampliação da chamada "Lista Comum de Bens de Capital" onde pode-se relacionar a inclusão de 263 produtos novos; modificações nas descrições de 47 deles; eliminação de 4 redundâncias e ampliação do universo negociável em 60 produtos.

Além disso, o trabalho da CPA esteve presente ao coordenar o delineamento dos princípios básicos destinados ao estabelecimento de mecanismos de consulta permanente para as análises de propostas de redução ou isenção de alíquotas aduaneiras para terceiros países dos bens de capital que integram a referida "Lista Comum", fixando, ao mesmo tempo, as diretrizes do funcionamento desses mecanismos.

Quanto ao Protocolo no. 21 - Indústria Automotriz, embora tenha havido impasse nas negociações bilaterais, ainda não resolvido, pode-se considerar como promissor o trabalho de coordenação desenvolvido pela CPA que conseguiu, no âmbito do Grupo de Negociações Tarifárias, promover diversas reuniões com o objetivo de consolidar as várias solicitações recebidas diretamente das montadoras, dos fabricantes de auto-peças e das próprias Associações de Classe.

Conseguiu-se adequar a oferta brasileira aos interesses, algumas vezes conflitantes, das montadoras, dos fabricantes de auto-peças e do próprio governo brasileiro.

No entanto, como ressaltado anteriormente, as negociações não lograram êxito não só devido à existência de um número muito reduzido de itens comuns entre as ofertas brasileiras e argentinas, como também devido à forma proposta pelos argentinos para a implementação do Protocolo que se faria através de programas a serem apresentados pelas montadoras aos governos dos respectivos países abarcando o total do comércio bilateral no setor.

No decorrer de 1988, a CPA também coordenou os trabalhos que resultaram na negociação do Acordo de Complementação Econômica no. 12, no setor dos produtos alimentícios industrializados, implementando o Protocolo no. 22 da Ata de Integração e Cooperação Econômica firmada pelos Presidentes do Brasil e da Argentina.

A negociação do referido Acordo foi bastante difícil tendo em vista o considerável déficit argentino no intercâmbio global e a expectativa da delegação argentina no sentido de conseguir reduzir esse déficit com exportações de produtos alimentícios industrializados, setor em que se julgam em vantagem comparativa com o Brasil.

A delegação negociadora brasileira manteve vários contatos com os setores empresariais visando a incluir, na lista comum de produtos alimentícios, os de maior interesse exportador argentino. Após uma série de reuniões de negociação, acordou-se uma lista comum com 168 itens NALADI, incluindo produtos de grande interesse argentino.

Finalmente, quanto ao instrumento de negociação denominado Acordo de Alcance Parcial no. 1 - Brasil x Argentina, a CPA coordenou o exame dos novos produtos de interesse argentino para ampliação do Acordo, objetivando aumentar os valores de comércio entre os dois países, e promoveu estudos que finalizaram com incorporação ao Acordo do 7o. Protocolo Adicional ao Acordo Comercial No. 5 - Indústria Química, bem como das ofertas brasileiras e argentina no âmbito do Programa Regional para a Recuperação e Expansão do Comércio - PREC.

Quanto aos demais países da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, a CPA, através do Grupo de Negociações Tarifárias, coordenou as negociações para ampliação do Protocolo de expansão Comercial - PEC, entre o Brasil e o Uruguai; do AAP no. 12 - Brasil x Peru; do AAP no. 3 - Brasil x Chile; do AAP no. 11 - Brasil x Equador; AAP no. 13 - Brasil x Venezuela e do AAP no. 8 - Brasil x Bolívia.

Merecem destaque, ainda, os entendimentos havidos entre o Brasil e Cuba, desenvolvidos sob o amparo do artigo 25 do Tratado de Montevidéu - 80, e que proporcionaram à CPA, coordenadora do GNT, o encaminhamento de uma lista de pedidos para Cuba, contendo 1.332 itens NALADI, o que demonstra o interesse do setor privado em exportar para aquele País. Após o exame dos pedidos cubanos foi possível montar nossa oferta, e, em julho passado, as Delegações do Brasil e de Cuba, na sede da CPA, negociaram o Acordo, ainda não firmado pelas autoridades dos dois países.

No que diz respeito às Listas de Abertura de Mercado-LAM, a CPA examinou, juntamente com o GNT, a manifestação da Delegação do Equador com relação à erosão das preferências outorgadas pelo Brasil àquele país, provocada pelas concessões brasileiras à Argentina no âmbito do AAP no. 1, assim como a lista de pedidos para ampliação da LAM com a Bolívia. Como resultado desses exames foram ampliadas as listas de abertura de mercado em favor do Equador e da Bolívia.

Quanto ao Programa Regional de Expansão e Recuperação de Comércio - PREC, a CPA vem participando ativamente do seu processo negociador. A CPA/GNT vem coordenando a elaboração das listas de ofertas apresentadas pelo Brasil aos países da ALADI que serão equivalentes a 10%, 15% e 20% do comércio com terceiros países.

De outra parte, no decorrer do ano de 1988, a CPA desenvolveu internamente um intenso trabalho preparatório para sua participação na atual Rodada de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT - a Rodada Uruguai, através de seu engajamento no Grupo Interministerial de Bens do Ministério das Relações Exteriores. Este trabalho tem resultado no envio de posições técnicas ao Itamarati nos diversos temas relativos à área normativa do GATT.

Essa participação resulta ainda no exame e debate das legislações comerciais de nossos principais parceiros no comércio mundial, no seio das sessões do GATT.

Com base nos Decretos nos. 93.941 de 16.01.87 e 93.962 de 22.01.87 (respectivamente, Acordo Anti-Dumping e Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias) e na Resolução CPA no. 00.1227, a CPA iniciou uma investigação anti-dumping contra as importações brasileiras de correntes de bicicletas, com passo 1/2" por 1/8", a qual transcorre ainda, dentro dos princípios definidos pelo GATT.

Como órgão responsável pela implementação dos referidos acordos no País, a CPA acompanhou durante o ano de 1988 as sessões regulares dos respectivos Comitês, em assessoramento técnico ao Ministério das Relações Exteriores com relação à interpretação e aplicação desses Acordos.

Foi concluído ainda em junho de 1988 um trabalho de avaliação dos impactos da aplicação desses acordos contra exportações brasileiras, o qual forneceu os subsídios necessários para detalhamento dos procedimentos adotados pela Comissão de Investigações dessa natureza.

Foram realizados ainda vários seminários com as associações de indústria do País, no intuito de divulgar a legislação em vigor e esclarecer o setor privado acerca dos procedimento adotados pela Comissão.

Face ao compromisso assumido em 1986 pelo Brasil, junto ao Comitê de Valoração Aduaneira do GATT, foram extintos, até julho de 1988, todos os preços de referência e pautas de valor mínimo em vigor no país, após estudo de sua atualidade e eficácia como instrumento de proteção comercial, no intuito de não ser gerada qualquer descontinuidade na proteção à indústria doméstica.

Na área de acesso a mercados, relacionada com a Rodada Uruguai, a CPA participou, juntamente com outros membros do Grupo Interministerial, da elaboração das listas de pedidos brasileiros no setor de produtos tropicais.

No âmbito da UNCTAD a CPA participou da elaboração das listas de pedidos e ofertas brasileiras, coordenou o exame interno das listas de pedidos dos demais países e participou da delegação que negociou o Protocolo do SGPC - Sistema Global de Preferências Comerciais.

Esse trabalho, antes realizado pela CACEX, Secretaria da Receita Federal e CPA, por efeito de portaria ministerial que atribuiu à Secretaria Técnica da CPA o encargo de Secretaria Executiva do Comitê Brasileiro de Nomenclatura - CBN, passou a ser executado apenas pela CPA.

A NBM/SH foi publicada, primeiramente, em 18.05/88, através da Resolução CBN no. 75, para entrar em vigor em 1o. de janeiro de 1989. No intervalo de tempo entre as duas datas foi feita a correlação entre os códigos de NBM/SH e os da nomenclatura anterior, de forma a possibilitar a utilização da nova classificação a todos usuários, evitando, mais ainda, que ocorressem descontinuidades nas estatísticas do comércio exterior.

A entrada em vigor da nova TAB, ao contemplar com alíquotas diferenciadas mercadorias que haviam sido eliminadas da NBM/SH por sua pequena importância econômica, impôs uma nova visão, visando reincluir esses produtos na nova nomenclatura. Por solicitação de alguns órgãos governamentais, como CACEX, SDI, SEI, foram desdobradas várias posições, com o consequente aparecimento de novos códigos. Assim, cerca de 1500 itens tiveram que ser incorporados à NBM/SH por intermédio da Resolução CBN no. 76 de 31.8.88, tendo a nomenclatura sido publicada integralmente no D.O. de 28.11.1988.

## PARTE IV - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

### 1. Introdução

Em prosseguimento ao processo de reordenamento das finanças públicas do País - no qual se insere a meta da unificação orçamentária - foi instituído e integrado ao Orçamento Geral da União para o exercício de 1988, de que trata a Lei nr. 7.632, de 03.12.87, em parte destacada no Anexo V, o Orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOOC), criado pelo Decreto nr. 94.442, de 12.06.87 e administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda.

O objetivo desse Orçamento é unificar no âmbito do Tesouro Nacional, todas as operações de crédito bancário que anteriormente vinham sendo concedidas a terceiros por órgãos da administração direta, indireta e por instituições financeiras oficiais, para os quais, em última instância, eram utilizados recursos da União, em muitos casos, sem as necessárias consignações orçamentárias e sem os devidos registros na contabilidade pública.

Assim é que passaram a integrar o OOOC em 1988 os seguintes programas:

a) todos os fundos e programas de fomento transferidos do Banco Central para o Tesouro Nacional por força do disposto no Decreto No.94.444, de 12.06.87, os quais encontram-se distribuídos nos Projetos/Atividades "Financiamento de Investimentos Agropecuários" e "Financiamento de Investimentos Industriais";

b) os créditos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. com recursos oficiais, às atividades rurais, de exportação e de abastecimento, compreendendo os seguintes Projetos/Atividades: "Financiamento do Custeio Pecuário", "Financiamento do Custeio Agrícola", "Financiamento da Política de Preços Agrícolas" (AGF, Trigo, EGF e Café", "Financiamento da Comercialização de Produtos Agroindustriais - Açúcar", "Estoques Reguladores" e "Financiamento das Exportações";

c) os programas de "Saneamento Financeiro de Estados e Municípios", de "Saneamento Financeiro de Bancos Estaduais" e de "Refinanciamento de Dívidas Externas com Aval do Tesouro Nacional";

d) as subvenções econômicas às dívidas de financiamento privados tomados pelas micro, pequenas e médias empresas, sob a designação de "Refinanciamento de Dívidas de Micro, Pequenas e Médias Empresas".

Nos termos do Decreto No. 94.442, todas as receitas e despesas do OODC subordinam-se às disposições da legislação orçamentária, além de que nenhum dos seus empréstimos pode ser concedido a custos inferiores aos de colocação de títulos públicos federais, salvo quando o respectivo subsídio estiver previsto no mesmo orçamento.

Em função disso, o OODC opera através da sistemática de concessão de empréstimos do Tesouro Nacional às instituições financeiras, à uma taxa semestral única de juros e atualização monetária plena, enquanto essas instituições subemprestam tais recursos aos seus mutuários, às mais diversas taxas do juros e diferentes tipos de correção monetária, segundo as normas especificas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional ou por outra autoridade competente, para cada linha de crédito.

As diferenças negativas entre os encargos pagos pelos mutuários às instituições financeiras e os por estas devidas ao Tesouro são equalizadas pelo OODC mediante realização de despesa corrente específica e utilização de recursos orçamentariamente consignados para esse fim, conforme legalmente exigido. São ainda objeto de equalização as remunerações ("del credere") das instituições financeiras, bem como as diferenças, entre os preços de venda e os preços de remição dos produtos vendidos pelos órgãos executores da política de preços agrícolas e agroindustriais e de estoques reguladores (AGF, Trigo, Açúcar, etc.), entendendo-se como preço de remição o resultado da divisão do saldo devedor do financiamento tomado pelo órgão executor pela quantidade do estoque da mercadoria penhorada. Tornaram-se explícitos, dessa forma, os subsídios anteriormente ocultos nas operações da espécie.

De outra parte, são equalizadas a favor do Tesouro Nacional, mediante recolhimentos a título de receita adicional de juros ou de resultados operacionais, as diferenças positivas entre as taxas de encargos pagos pelos mutuários e a taxa básica cobrada pelo Tesouro, bem como as diferenças positivas entre os preços de venda e os preços de remição dos produtos adquiridos pelos executores da política de abastecimento.

Os fundos e programas de fomento transferidos do Banco Central, de início referidos, têm a sua sistemática operacional regulamentada pelo "Manual das Operações Oficiais de Crédito - Capítulo I - Fundos e Programas de Fomento", instituído pela Instrução Normativa No.005, da STN, de 09.05.88, ao passo que os limites de crédito para cada instituição financeira são deferidos pelo Comitê de Limites de Crédito - CLC, criado pelo Decreto No.95.364, de 04.12.87 e cujo regulamento interno foi

estabelecido pela Portaria MF No.216, de 24.05.88. A contratação das operações da espécie encontram-se regulamentadas pelo Decreto-Lei No.2.417, de 26.02.88.

Já as aquisições de estoques reguladores, açúcar, trigo e as AGF, foram reguladas, respectivamente, pelas Portarias MF Nos.437, 438, 439 e 441, todas de 31.12.87 e pelo Ofício STN/SERTE No.3216, de 18.10.88, trocado em caráter reversal com o Banco do Brasil S.A.

Os financiamentos de custeio agrícola, de custeio pecuário, de investimentos agropecuários e dos EGF estão regulamentados pelo Ofício STN/SEORC/DICOR No.3405, de 07.11.88, também trocado em caráter reversal com o Banco do Brasil S.A.

A seguir, a análise da execução do OOOC é desdobrada nos seguintes tópicos:

2 - ORÇAMENTO AUTORIZADO

3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

 3.1 - EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

 3.2 - EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4 - BALANÇO FINANCEIRO

 4.1 - RECEITA

 4.2 - DESPESA

5 - BALANÇO PATRIMONIAL

 5.1 - ATIVO

 5.2 - PASSIVO

6 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL

7 - DESEMPENHO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DO OOOC

8 - ANEXOS

**2.ORÇAMENTO AUTORIZADO**

O Orçamento das Operações Oficiais de Crédito - OOOC do exercício de 1988 teve os seus valores consignados no anexo V do Orçamento Geral da União aprovado pela Lei No.7.632, de 03.12.87, tendo as suas receitas sido previstas em Cz$ 1.879.792 milhões e suas despesas fixadas em igual valor.

Ao longo do exercício, o OOOC foi diversas vezes atualizado segundo os critérios do Decreto-lei No.2.443, de 24.06.88, que instituiu a sistemática de atualização monetária do Orçamento Geral da União.

Assim, o OOOC foi atualizado a preços de até junho/88, através do Decreto No.96.325, de 13.07.88, e Portaria Interministerial No.161, de 22.07.88; nova atualização a preços de até agosto/88 foi autorizada através da Portaria Interministerial No.243, de 24.10.88; e, por último, foi

procedida a atualização a preços de até dezembro/88, nos termos da Lei No.7.688, Decretos Nos.97.404 e 97.405, de 22.12.88 e da Portaria Interministerial No.315, de 28.12.88.

Para atender situações emergenciais de determinados programas que integram o OOOC foram ainda abertos créditos suplementares, mediante utilização de recursos ordinários da reserva de contingência, através dos Decretos Nos. 96.941, de 07.10.88 e 97.155, de 05.12.88.

O demonstrativo a seguir detalha as atualizações procedidas, discriminando as despesas por atividades e comparando os valores finais com os originalmente orçados.

ORÇAMENTO AUTORIZADO

Cz$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | PROGRAMAÇÃO ORIGINAL (1) | ATUALIZAÇÃO ÇÕES | PROGRAMAÇÃO FINAL (2) | VARIA. % |
|---|---|---|---|---|
| A - RECEITAS | | | | |
| - Receitas Correntes | 82.009 | 73.292 | 155.301 | 89,4 |
| - Receitas de Capital | 1.797.783 | 3.138.371 | 4.936.154 | 174,6 |
| TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 1.879.792 | 3.211.663 | 5.091.455 | 170,8 |
| B - DESPESAS | | | | |
| - Saneamento Financeiro de Estados e Municípios | 74.013 | 223.903 | 297.916 | 302,5 |
| - Saneamento Financeiro de Bancos Estaduais | 121.877 | -121.877 | - | -100,0 |
| - Refinanciamento de Dívidas Externas com Aval do Tes. Nacional | 458.050 | 1.432.936 | 1.890.986 | 312,8 |
| - Financiamento de Investimentos Agropecuários | 48.982 | 180.161 | 229.143 | 367,8 |
| - Financiamento de Inv. Industriais | 33.791 | 59.575 | 93.366 | 176,3 |
| - Financiamento do Custeio Pecuário | 15.477 | 20.773 | 36.250 | 134,2 |
| - Financ. do Custeio Agrícola | 426.239 | 281.039 | 707.278 | 65,9 |
| - Financ. da Política de Preços Agrícolas | 420.038 | 849.238 | 1.269.276 | 202,2 |
| - Financ. das Exportações | 163.982 | 160.992 | 324.974 | 98,2 |
| - Refinanc. de Dívidas de Micro, Pequenas e Médias Empresas | 5.383 | -3.871 | 1.512 | -71,9 |
| - Financ. da Comercialização de Produtos Agroindustriais - Açúcar | 56.443 | 150.181 | 206.624 | 266,1 |
| - Estoques Reguladores | 55.517 | -21.387 | 34.130 | -38,5 |
| TOT.DESP.ORÇAMENT | 1.879.792 | 3.211.663 | 5.091.455 | 170,8 |

(1) Anexo V da Lei No. 7.632, de 03.12.87.
(2) Portaria Interministerial No. 315, de 28.12.88.

Como se observa, as principais atividades contempladas foram os "Refinanciamentos de Dividas Externas com Aval do Tesouro Nacional (Aviso MF-30 e sucedâneos), com 37,1% do total, seguido do "Financiamento da Politica de Preços Agricolas (Trigo, AGF e EGF), com 24,9% e o "Financiamento do Custeio Agricola", com 13,9%. Se agrupadas as atividades afins, constata-se que os recursos destinados ao setor agropecuário (politica de preços agricolas, custeio agricola e pecuário e investimentos agropecuários) absorveram 44% das dotações, seguidos da assistência ao setor público (estados e municipios e Av. MF-30) com 43% do total.

### 3.- BALANÇO ORÇAMENTARIO

A análise do Balanco Orçamentario do OOOC desdobra-se no exame da "Execução da Receita Orçamentária" e da "Execução da Despesa Orçamentária", nas quais são destacados os valores previstos e ocorridos, bem como comentados os aspectos mais significativos das rubricas componentes.

O demonstrativo a seguir consolida, a nivel de categoria econômica, o desempenho da receita e da despesa orçamentária:

BALANÇO ORÇAMENTARIO
Cz$ Milhões

| DISCRIMINAÇÃO | VALORES AUTORIZADOS | VALORES OCORRIDOS | VARIAÇÃO % |
|---|---|---|---|
| a) RECEITAS | 5.091.455 | 4.386.551 | -13,8 |
| Receitas Correntes | 155.301 | 140.153 | -9,8 |
| Receitas de Capital | 4.936.154 | 4.246.398 | -14,0 |
| b) DESPESAS | 5.091.455 | 4.617.325 | -9,3 |
| Despesas Correntes | 404.610 | 384.505 | -5,0 |
| Despesas de Capital | 4.686.845 | 4.232.820 | -9,7 |
| c) RESULTADO (a-b) | - | (230.774) | - |

Verifica-se, pois, que as despesas, incluidos os restos a pagar, ficaram aquém dos valores autorizados em 9,3%, enquanto as receitas realizadas ficaram inferiores em 13,8% às previstas. Desse fato resultou que as despesas superaram as receitas em 5,3%, sendo que as receitas de capital superaram as despesas da mesma categoria em 3,2%, enquanto as despesas correntes superaram as receitas dessa categoria em 63,5%.

É de se ressaltar, contudo, que o balanço do OOOC registra, também, receitas pendentes a classificar no valor de Cz$ 298.691 milhões, além de que dados mais recentes indicam que os restos a pagar, no valor de Cz$ 438.786 milhões deverão ser utilizados em valor bem inferior ao inicialmente previsto.

### 3.1. Execução da Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária do OOOC no exercício de 1988, conforme já informado, registrou o ingresso efetivo de Cz$ 4.386.451 milhões, situando-se, pois abaixo da receita prevista em Cz$ 705.003 milhões (-13,8%).

O demonstrativo seguinte discrimina os valores previstos e ocorridos, segundo as categorias econômicas e seus desdobramentos.

EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Cz$ Milhões

| DISCRIMINAÇÃO | RECEITA PREVISTA * | RECEITA OCORRIDA | VARIAÇÃO % |
|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | 155.301 | 140.153 | -9,8 |
| Receita de Serviços | 155.301 | 108.307 | -30,3 |
| Outras Receitas Correntes | - | 31.846 | 100,0 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 4.936.154 | 4.246.398 | -14,0 |
| Amortização de Empréstimos | 2.332.602 | 1.752.350 | -24,9 |
| Transferências de Capital | 2.603.552 | 2.493.483 | -4,2 |
| Operações de Crédito Externas | - | 525 | 100,0 |
| Outras Receitas de Capital | - | 40 | 100,0 |
| TOTAL DA RECEITA | 5.091.455 | 4.386.551 | -13,8 |

(*) Portaria Interministerial No. 315, de 28.12.88.

A abordagem a seguir comenta, pela ordem de importância, os valores observados em cada fonte:

#### 3.1.1. Transferências de Capital

Como se nota, a principal fonte de recursos do OOOC, representando 56,8% da receita total, foram as "Transferências de Capital", no valor de Cz$ 2.493.483 milhões, constituídas das transferências da gestão Tesouro (Encargos Financeiros da União) para o OOOC, de receitas obtidas através das "Operações de Crédito Internas - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional (colocação de títulos públicos federais).

#### 3.1.2. Amortização de Empréstimos

As Amotizações de Empréstimos, no montante de Cz$ 1.752.350 milhões, representaram 39,9% da receita total e foram contabilizadas, por Unidades Gestoras, conforme a seguir indicado:

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

| UNIDADES GESTORAS | Cz$ Milhões |
|---|---|
| 170.700 - Estoques Reguladores | 3 |
| 170.701 - Refinanciamento de Dívidas Externas c/ Aval do Tesouro Nacional e Saneamento Financeiro de Estados e Municípios | 88.438 |
| 170.702 - Financ. das Exportações | 124.978 |
| 170.703 - AGF, Trigo e Acucar | 443.118 |
| 170.704/14 - Financ. de Investimentos Agropecuários | 54.579 |
| 170.715/19 e 22 - Financ. de Investimentos Industriais | 75.394 |
| 170.720 - Financ. do Custeio Pecuário, Agrícola e de Invest. Agropecuários do B. Brasil | 593.954 |
| 170.721 - EGF | 371.886 |
| TOTAL | 1.752.350 |

Levantamentos extra-contábeis, permitem, ainda, o desdobramento das amortizações por atividades, conforme demonstrativo a seguir, no qual se incluem, também, amortizações pendentes de classificação no montante de Cz$ 233.618 milhões, registradas em "Valores Pendentes a Curto Prazo.":

AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS

Cz$ Milhões

| ATIVIDADES | CLASSIFICADAS | A CLASSIFICAR | TOTAL |
|---|---|---|---|
| - Financ. da Política de Preços Agrícolas | 738.048 | 149.304 | 897.352 |
| - AGF | 28.610 | 88.749 | 117.359 |
| - EGF | 347.552 | 9.912 | 357.464 |
| - Trigo | - | 50.643 | 50.643 |
| - Café | 371.886 | 57.872 | 371.886 |
| - Financ. de Custeio Agrícola | 555.964 | | 613.836 |
| - Financ. de Custeio Pecuário | 20.495 | | 20.495 |
| - Financ. das Exportações | 124.978 | | 124.978 |
| - Financ. da Comercialização de Produtos Agroindustriais-Açúcar | 66.956 | | |
| - Refinanc. de Dívidas Externas c/ Aval do Tesouro Nacional | 88.438 | | 88.438 |
| - Financ. de Investimentos Agropecuários | 72.074 | | 72.074 |
| - Financ. de Investimentos Industriais | 75.394 | | 75.394 |
| - Estoques Reguladores | 3 | 26.442 | 26.445 |
| TOTAL | 1.752.350 | 233.618 | 1.985.968 |

FONTE: SEORC/DIEFI

**3.1.3. Receitas de Serviços**

São constituídas das receitas provenientes dos juros cobrados sobre os empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional, e atingiram o valor de Cz$ 108.307 milhões (2,5% da receita total), ficando, porém, 30,3% abaixo da receita prevista, em função dos seguintes fatos:

a) os juros relativos aos empréstimos para o "Saneamento Financeiro dos Estados e Municípios" e para o "Refinanciamento de Dívidas Externas com Aval do Tesouro Nacional", não são exigidos ao final de cada semestre, como nos demais programas, mas deverão ser levados a débito dos tomadores, em conta à parte, para posterior recebimento, às mesmas épocas e proporcionalmente aos pagamentos de principal;

b) os juros de 1988 relativos aos empréstimos para aquisições de trigo, café, açúcar, e formação de estoques reguladores, serão, por motivos de ordem operacional, exigidos às instituições financeiras somente no exercício de 1989;

c) os juros concernentes ao 2o. semestre de 1988 e relativos aos demais programas, também por motivos de ordem operacional, serão exigidos às instituições financeiras no exercício de 1989.

### 3.1.4. Outras Receitas Correntes

A Outras Receitas Correntes, no valor de Cz$ 31.846 milhões e representando 0,7% do total, constituíram-se, principalmente, de resultados operacionais positivos obtidos nas operações de comercialização das AGF e de Açúcar (Cz$ 26.638 milhões), bem como de multas e outros eventos de menor significado.

### 3.1.5. Operações de Crédito Externas e Outras Receitas de Capital

Representando apenas 0,1% do total, essas categorias registraram alguns ingressos (Cz$ 525 milhões) de empréstimos externos remanescentes, anteriormente contratados pelo Banco Central e pequenos valores de capital, de naturezas diversas (Cz$ 40 milhões).

## 3.2. Execução da Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária do OOC em 1988, registrou o valor efetivo de Cz$ 4.617.325 milhões, nele inscritos restos a pagar no montante de Cz$ 438.786 milhões.

O demonstrativo a seguir discrimina os valores autorizados e ocorridos, segundo as categorias econômicas e seus desdobramentos:

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Cz$ Milhões

| DISCRIMINAÇÃO | DESPESA AUTORIZADA * | DESPESA OCORRIDA | VARIAÇÃO % |
|---|---|---|---|
| DESPESAS CORRENTES | 404.610 | 384.505 | -5,0 |
| . Equalização de Preços | 335.222 | 328.293 | -2,1 |
| . Encargos da Dívida Externa | 69.388 | 56.212 | -19,0 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 4.686.845 | 4.232.820 | -9,7 |
| . Concessão de Empréstimos | 4.528.134 | 4.127.604 | -8,8 |
| . Amortização da Dívida Externa | 158.711 | 105.216 | -33,7 |
| TOTAL DA DESPESA | 5.091.455 | 4.617.325 | -9,3 |

(*) Portaria Interministerial No. 315, de 28.12.88.

As anotações a seguir abordam, pela ordem de importância dos valores observados, nele incluídos os restos a pagar inscritos, a distribuição da despesa entre as categorias econômicas, as naturezas de despesas e as principais atividades contempladas.

### 3.2.1. Concessão de Empréstimos

Os empréstimos concedidos pelo Tesouro Nacional, no valor de Cz$ 4.127.604 milhões, inclusive restos a pagar no valor de Cz$ 327.094 milhões, responderam por 89,4% da despesa orçamentária do OOOC e foram contabilizados, por Unidades Gestoras, conforme a seguir indicado:

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

| UNIDADES GESTORAS | Cz$ Milhões |
|---|---|
| 170.701 - Refinanc. de Dívidas Externas c/Aval do Tesouro Nacional e Saneamento Financeiro de Estados e Municípios | 2.167.600 |
| 170.702 - Financ. das Exportações | 188.358 |
| 170.703 - AGF, Trigo, A.cúcar e Estoques Reguladores | 1.002.908 |
| 170.704/14 - Financ. de Investimentos Agropecuários | 61.895 |
| 170.715/19 e 22 - Financ. de Invest. Industriais | 50.473 |
| 170.720 - Financ. de Custeio Pecuário, Agrícola e de Invest. Agropecuários do Banco do Brasil | 409.111 |
| 170.721 - EGF | 247.259 |
| TOTAL | 4.127.604 |

Analiticamente, as despesas por atividades estão a seguir demonstradas:

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

| ATIVIDADES | Cz$ Milhões | % |
|---|---|---|
| - Refinanc. de Dívidas Externas c/ Aval do Tesouro Nacional | 1.890.986 | 45,8 |
| - Saneamento Financ. de Estados e Municípios | 276.614 | 6,7 |
| - Financ. das Exportações | 188.358 | 4,6 |
| - Financ. da Política de Preços Agrícolas | 1.080.820 | 26,2 |
| - AGF | 229.946 | 5,6 |
| - EGF | 247.260 | 6,0 |
| - Trigo | 603.364 | 14,6 |
| - Café | 250 | - |
| - Financ. da Comercialização de Prod Agroindustriais - Açúcar | 156.614 | 3,8 |
| - Estoques Reguladores | 12.734 | 0,3 |
| - Financ. de Invest. Agropecuários | 68.047 | 1,6 |
| - Financ. de Invest. Industriais | 50.473 | 1,2 |
| - Financ. do Custeio Pecuário | 28.257 | 0,7 |
| - Financ. do Custeio Agrícola | 374.701 | 9,1 |
| TOTAL | 4.127.604 | 100,0 |

FONTE: SEORC/DIEFI

### 3.2.2. Equalização de Preços

Acolhe essa rubrica as subvenções econômicas às taxas de juros e correção monetária de empréstimos concedidos com recursos do OOOC, nos termos do art. 3o. do Decreto No. 94.442 e outras subvenções, a saber:

- subvenções da diferença entre os preços de remição (custos) e os preços efetivos de venda de produtos adquiridos através dos programas de "Financiamento da Política de Preços Agrícolas" (AGF e Trigo), de "Financiamento da Comercialização de Produtos Agroindustriais - Açucar" e de "Estoques Reguladores";

- comissão remuneratória (del credere) das instituições financeiras, decorrentes dos subempréstimos por elas concedidos a terceiros com recursos do OOOC;

- subvenções aos empréstimos tomados por micro, pequenas e médias empresas, nos termos da Resolução No. 1.337, de 11.06.87, do Banco Central do Brasil;
- subvenções autorizadas pela CCF e pelo CMN, em casos específicos, à diferença entre os saldos devedores de financiamentos para a comercialização de produtos agrícolas, tomados através do sistema EGF/COV e o valor das mercadorias penhoradas, avaliadas aos preços mínimos vigentes, quando os tomadores liquidarem os seus débitos ao invés de optarem por vender tais mercadorias ao governo federal através do Sistema AGF;

- equalizações do FINEX, nos termos das Resoluções No. 509, de 24.01.79 e No. 950, de 21.08.84, do Banco Central do Brasil.

Essa rubrica atingiu o valor de Cz$ 328.292 milhões, inclusive restos a pagar no valor de Cz$ 80.234 milhões, e respondeu por 7,1% da despesa total, encontrando-se indicadas no demonstrativo a seguir, a distribuição dos gastos por Unidades Gestoras:

DESPESAS COM EQUALIZAÇÕES

| UNIDADES GESTORAS | Cz$ Milhões |
|---|---|
| 170.701 - Refinanc. de Dívidas Externas c/ Aval do Tesouro Nacional, Saneamento Financeiro de Estados e Municípios e Refinanciamento de Dívidas de Micro, Peq. e Médias Empresas | 1.519 |
| 170.702 - Financ. das Exportações | 131.508 |
| 170.703 - AGF, Trigo, Acucar e Estoques Reguladores | 71.236 |
| 170.704/14 - Financ. de Invest. Agropecuários | 14.803 |
| 170.715/19 e 22 - Financ. de Invest. Indust. | 7.830 |
| 170.720 - Financ. do Custeio Pecuário, Agrícola e Invest. Agrop. do B. Brasil | 86.595 |
| 170.721 - EGF | 14.801 |
| TOTAL | 328.292 |

O desdobramento das despesas com equalizações segundo as atividades e segundo os tipos de equalizações, é demonstrado a seguir:

DESPESAS COM EQUALIZAÇÕES
-Segundo as Atividades-

| ATIVIDADES | Cz$ Milhões | % |
|---|---|---|
| - Refinanc. de Dívidas de Micro, Pequenas e Médias Empresas | 1.512 | 0,5 |
| - Financ. das Exportações - FINEX | 131.508 | 40,0 |
| - Financ. da Política de Preços Agrícolas | | |
| - AGF | 67.043 | 20,4 |
| - EGF | 31.983 | 9,7 |
| - Trigo | 14.801 | 4,5 |
| | 20.259 | 6,2 |
| - Financ. da Comerc. de Prod. Agro-industriais - Acucar | 16.045 | 4,9 |
| - Estoques Reguladores | 2.948 | 0,9 |
| - Financ. de Invest. Agropecuários | 16.584 | 5,0 |
| - Financ. de Invest. Industriais | 7.838 | 2,4 |
| - Financ. do Custeio Pecuário | 6.122 | 1,9 |
| - Financ. do Custeio Agrícola | 78.692 | 24,0 |
| TOTAL | 328.292 | 100,0 |

FONTE: SEORC/DIEFI

DESPESAS COM EQUALIZAÇÕES
-Segundo os Tipos de Equalizações-

| TIPOS DE EQUALIZAÇÕES | Cz$ Milhões | % |
|---|---|---|
| - Equalizações dos Financ. das Exportações - FINEX | 116.284 | 35,4 |
| - Subvenções Correção Monetária | 59.793 | 18,2 |
| - Subvenções Comerc. de Produtos | 45.866 | 14,0 |
| - Del Credere de Inst. Financeiras | 14.931 | 4,5 |
| - Subvenções Taxa de Juros | 5.774 | 1,8 |
| - Prêmios de Liquidação aos EGF/COV | 3.898 | 1,2 |
| - Subvenções às Mini, Pequenas e Médias Empresas | 1.512 | 0,5 |
| - Restos a Pagar | 80.234 | 24,4 |
| TOTAL | 328.292 | 100,0 |

Dos recursos no valor de Cz$ 80.234 milhões inscritos em restos a pagar, somente cerca de Cz$ 30 milhões deverão ser efetivamente utilizados, conforme dados mais precisos posteriormente obtidos, com o que se estima venha a despesa real com as equalizações a configurar-se conforme disposto a seguir:

DESPESAS COM EQUALIZAÇÕES
-Estimativa Após Ajustamento dos Restos a Pagar-

| ATIVIDADES | Cz$ Milhões | | % | |
|---|---|---|---|---|
| - Financ. das Exportações | | 131.508 | | 47,3 |
| - Financ. do Custeio Agrícola | | 50.416 | | 18,1 |
| - Financ. da Política de Preços Agrícolas | | | | |
| . AGF | 25.407 | | 9,1 | |
| . Trigo | 20.259 | | 7,3 | |
| . EGF | 5.949 | 51.615 | 2,2 | 18,6 |
| - Financ. da Comerc. de Prod. Agroind. - Açúcar | | 10.702 | | 3,9 |
| - Demais Programas | | 33.759 | | 12,1 |
| TOTAL | | 278.000 | | 100,0 |

**3.2.3. Amortização da Dívida Externa**

Essa rubrica, no OOOC, abriga os pagamentos efetuados para a liquidação de principal de empréstimos tomados no exterior para o financiamento de importação de trigo e de produtos dos estoques reguladores, bem como para o financiamento de programas de fomento anteriormente conduzidos pelo Banco Central e atualmente incorporados ao OOOC.

Os dispêndios orçamentários dessa natureza atingiram a Cz$ 105.216 milhões, inclusive Cz$ 18.409 inscritos em restos a pagar, os quais, no entanto, não deverão ter utilização efetiva, conforme dados mais precisos obtidos posteriormente ao encerramento do balanço.

A distribuição dos gastos, por atividade, encontra-se discriminada a seguir:

DESPESAS COM AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
Cz$ milhões

| ATIVIDADES | PAGAMENTOS EFETUADOS | RESTOS A PAGAR | TOTAL |
|---|---|---|---|
| - Aquisição de Trigo | 34.366 | - | 34.366 |
| - Estoques Reguladores | 13.828 | - | 13.828 |
| - Outros Empréstimos Externos (BACEN) | 38.613 | 18.409 | 57.022 |
| TOTAL | 86.807 | 18.409 | 105.216 |

### 3.2.4. Encargos da Dívida Externa

Abriga o pagamento de juros e outros encargos decorrentes das dívidas mencionadas no início precedente, os quais distribuíram-se entre as atividades conforme a seguir indicado:

DESPESAS COM ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA

Cz$ milhões

| ATIVIDADES | PAÇAMENTOS EFETUADOS | RESTOS A PAGAR | TOTAL |
|---|---|---|---|
| - Aquisição de Trigo | 3.982 | - | 3.982 |
| - Estoques Reguladores | 1.244 | - | 1.244 |
| - Outros Empréstimos Externos (BACEN) | 37.938 | 13.048 | 50.986 |
| TOTAL | 43.164 | 13.048 | 56.212 |

Também nesse caso, os dispêndios deverão limitar-se aos pagamentos efetivamente realizados até 31.12.88, não se prevendo a utilização do valor de Cz$ 13.048 milhões inscrito em restos a pagar.

## 4. BALANÇO FINANCEIRO

As receitas e despesas do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito - OOOC, no seu conceito financeiro mais amplo, incluem as transferências orçamentárias e o ingressos e dispêndios extra-orçamentarios, tal como indicados e comentados a seguir:

BALANÇO FINANCEIRO

Cz$ milhões

| RECEITA | | DESPESA | |
|---|---|---|---|
| ORÇAMENTÁRIA | 10.173.885 | ORÇAMENTÁRIA | 10.408.279 |
| Receitas Correntes | 140.153 | Despesa Corrente | 384.505 |
| Receitas de Capital | 4.246.398 | Desp. de Capital | 4.232.820 |
| Transferências Recebidas | 5.787.334 | Transf. Conced. | 5.790.954 |
| INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS | 766.572 | DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS | 180.044 |
| Restos a Pagar-Inscrição | 438.786 | Valores em Circulação | 179.907 |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | 298.692 | Obrigações em Circulação | 116 |
| Obrig. em Circulação | 29.094 | Valores Pendentes a Curto Prazo | 21 |
| DISPONMVEL ANTERIOR | - | DISPONÍVEL PARA PERÍODO SEGUINTE | 352.134 |
| TOTAL | 10.940.457 | TOTAL | 10.940.457 |

### 4.1. Receitas

#### 4.1.1. Receitas Correntes e Receitas de Capital

Estas receitas e seus desdobramentos já foram analisadas quando do exame da Execução da Receita Orçamentária, constantes da Seção 3.1, dispensando novas observações a respeito.

**4.1.2. Transferências Recebidas**

Atingindo o valor de Cz$ 5.787.334 milhões, essa rubrica reflete o montante dos valores que transitaram pela Unidade Gestora (UG) básica do OOOC e desta para as UGs específicas de cada atividade ou grupamento de atividades, de todos os recursos que ingressaram no referido Orçamento, caracterizando-se, pois, tão somente como movimentação típica de fundo interno. Têm essas receitas, como contrapartida, as Transferências Concedidas, registradas nas despesas.

**4.1.3. Ingressos Extraorçamentários**

Atingindo o valor de Cz$ 766.572 milhões, essa rubrica registra os seguintes desdobramentos:

a) Restos a Pagar - Inscrição, no valor de Cz$ 438.786 milhões, que representam a contrapartida passiva dos restos a pagar inclusos nos valores relativos às Despesas Correntes e Despesas de Capital já comentadas quando do exame da Execução da Despesa Orçamentária, na seção 3.2;

b) Valores Pendentes a Curto Prazo, no montante de Cz$ 298.692 milhões, representados, principalmente, por receitas recolhidas que, por motivos de ordem operacional, ainda pendem de classificação (vide Seção 3.1.2);

c) Obrigações em Circulação, no valor de Cz$ 29.094 milhões, representam os valores registrados em conta de trânsito interna, relativos a contratos de empréstimos, em curso de processamento contábil.

**4.1.4. Disponível Anterior**

O acerto de contas entre o Tesouro Nacional e o Banco Central, quando da transposição para o OOOC dos saldos ativos e passivos das operações oficiais de fomento conduzidas por aquela instituição e pelo Banco do Brasil S.A., registrou um disponível de Cz$ 4.807 milhões em 31.12.87, valor esse que foi incorporado às contas do Tesouro em 04.01.88 no título "Interferências Passivas", inexistindo pois, valores registrados no Balanço Financeiro sob o título "Disponível Anterior".

**4.2. Despesas**

**4.2.1. Despesas Correntes e Despesas de Capital**

Tais despesas e seus desdobramentos já foram analisadas quando do exame da Execução da Despesa Orçamentária, constante da Seção 3.2, dispensando novos comentários a respeito.

#### 4.2.2. Transferências Concedidas

Resgistrando o valor de Cz$ 5.790.954 milhões, traduz essa rubrica a contrapartida, na despesa, das Transferências Recebidas, já comentadas na Seção 4.1.2, relativo às Transferências Recebidas.

#### 4.2.3. Dispêndios Extra-Orçamentários

Registrando o valor de Cz$ 180.044 milhões, essa rubrica desdobra-se nas contas "Valores em Circulação", "Obrigacões em Circulação" e "Valores Pendentes a Curto Prazo," que representam importâncias registradas em contas de trânsito interna, relativas a contratos de empréstimos ou de obrigacões em curso de processamento contábil.

#### 4.2.4. Disponível para o Período Seguinte

Não obstante o resultado negativo de Cz$ 230.774 milhões apurado no Balanço Orçamentário comentado na seção 2, o resultado do Balanço Financeiro registrou um Disponivel em 31.12.88 de Cz$ 352.134 milhões, decorrendo essa posição, basicamente, do diferimento relativo aos restos a pagar, estes inclusos nas despesas consignadas no Balanço Orçamentário.

## 5. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial do OOOC, registra não só os saldos das operacões realizadas no seu primeiro exercício, como também os saldos, em 31.12.88, das operações a ele incorporadas por força das disposicões dos Decretos No. 94.442 e No. 94.444, de 12.06.87, tendo apresentado, no encerramento do exercicio de 1988, a seguinte posição:

BALANÇO PATRIMONIAL

Cz$ milhões

| ATIVO | | PASSIVO | |
|---|---|---|---|
| ATIVO FINANCEIRO | 27.655.422 | PASSIVO FINANCEIRO | 759.741 |
| DISPONÍVEL | 352.134 | OBRIG. EM CIRC. | 467.880 |
| CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO | 27.303.289 | Restos a Pagar Processados | 438.786 |
| Empréstimos e Financ. | 27.123.381 | Credores Diversos | 90 |
| Adiant. Concedidos | 32 | Outras Obrigações | 29.004 |
| Valores em Trânsito | | VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO | 291.860 |
| Realizáveis | 136.471 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 152.366 |
| Outros Créditos | 43.405 | Operações de Crédito-Externa | 152.366 |
| | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 26.743.316 |
| | | RESULTADO ACUMULADO | 26.743.316 |
| ATIVO COMPENSADO | 465.394 | PASSIVO COMPENSADO | 465.394 |
| Direitos e Obrigações Contratuais | 256.268 | Direitos e Obrigações Contratadas | 256.268 |
| Outras Compensações | 209.126 | Compensações Diversas | 209.126 |
| TOTAL DO ATIVO | 28.120.817 | TOTAL DO PASSIVO | 28.120.817 |

### 5.1. Ativo

Como se pode observar no Balanço Patrimonial do OOOC, a conta de Empréstimos e Financiamentos constitui, naturalmente, a única rubrica significativa do Ativo, atingindo, com o saldo de Cz$ 27.123.381 milhões, a 96.6% do total do ativo.

O quadro a seguir discrimina a distribuição desse saldo segundo os seus desdobramentos por atividades:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
-Saldos em 31.12.88-

| UNIDADES GESTORAS | Cz$ Milhões |
|---|---|
| 170.700 - Receitas de Estoques Reguladores a Classificar | (3) |
| 170.701 - Refinanc. de Dívidas Externas c/ Aval do Tesouro Nacional, Saneamento Financeiro de Estados e Municípios e Operações Especiais - Votos CMN | 20.828.711 |
| 170.702 - Financiamento das Exportações | 501.440 |
| 170.703 - AGF, Trigo, Açucar e Estoques Reguladores | 3.074.533 |
| 170.704/14 - Financ.de Invest.Agropecuários | 198.346 |
| 170.715/19 e 22 - Financ.de Invest.Indust. | 756.470 |
| 170.720 - Financ.de Custeio Pecuário, Agrícola e Invest. Agropecuários do Banco do Brasil | 1.098.614 |
| 170.721 - EGF | 665.260 |
| TOTAL | 27.123.381 |

Por atividades, esta rubrica pode ser detalhada conforme a seguir:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
-Saldos em 31.12.88-

| ATIVIDADES | Cz$ Milhões | % |
|---|---|---|
| - Refinanc. de Dívidas Externas c/ Aval do Tesouro Nacional | 15.639.274 | 57,7 |
| - Saneamento Financ. de Estados e Municípios | 2.940.733 | 10,8 |
| - Saneamento Financ. de Bancos Estaduais | 248.037 | 0,9 |
| - Operações Especiais - Votos CMN/ Estatais | 1.870.524 | 6,9 |
| - Financ. das Exportacões - FINEX | 501.440 | 1,8 |
| - Financ. da Política de Preços Agrícolas | 3.527.010 | 13,0 |
| - AGF | 980.831 | 3,6 |
| - EGF | 665.260 | 2,5 |
| - Trigo | 1.498.363 | 5,5 |
| - Café | 382.556 | 1,4 |
| - Financ. da Comercialização de Produtos Agroindustriais - Açucar | 223.663 | 0,8 |
| - Estoques Reguladores | 16.732 | 0,1 |
| - Financ. de Invest. Agropecuários | 314.476 | 1,2 |
| - Financ. de Invest. Industriais | 756.470 | 2,8 |
| - Financ. do Custeio Agrícola | 838.146 | 3,1 |
| - Outros | 142.528 | 0,5 |
| TOTAL | 27.123.381 | 100,0 |

FONTE: SEORC/DIEFI

### 5.2. Passivo

Analogamente ao Ativo, também o Passivo do Balanço Patrimonial do OOOC apresenta uma única conta expressiva, constituída pelo Patrimônio Líquido que, no valor de Cz$ 26.743.316 milhões, representa 95,1% do total do passivo. Tal patrimônio decorre, quase que integralmente, do resultado do exercício, no valor de Cz$ 26.734.397 milhões, que será comentado quando da análise da variação Patrimonial, na seção 6.

As demais contas representam os restos a pagar, no valor de Cz$ 438.786 milhões, as receitas/restituicões pendentes (Valores Pendentes a Curto Prazo), no montante de Cz$ 291.860 milhões, os saldos das obrigações exigíveis a longo prazo relativas a operações de crédito externas, no valor de Cz$ 152.366 milhões e outras rubricas menores.

Cumpre notar que o saldo das operações de crédito externas representam o valor transferido do Banco Central em 31.12.87 (Cz$ 144.112 milhões), com as variações decorrentes dos novos ingressos e das amortizações ocorridas em 1988.

## 6. VARIAÇÃO PATRIMONIAL

O quadro a seguir demonstra as variações patrimoniais ocorridas no OOOC no exercício de 1988 e o Resultado Patrimonial obtido:

VARIAÇO PATRIMONIAL

Cz$ Milhões

| VARIAÇÕES ATIVAS | | VARIAÇÕES PASSIVAS | |
|---|---|---|---|
| ORÇAMENTÁRIAS | 14.061.201 | ORÇAMENTÁRIAS | 12.350.305 |
| RECEITAS ORÇAMENT'ARIAS | 4.386.551 | DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | 4.617.325 |
| INTERFERÊNCIAS PASSIVAS | 5.787.334 | INTERF. ATIVAS | 5.790.954 |
| MUTAÇÕES ATIVAS | 3.887.316 | MUTAÇÕES PASSIVAS | 1.942.026 |
| Resgate de Créditos Recebidos | 86.806 | Resgate de Créditos Conc. | 1.895.925 |
| Créditos Concedidos | 3.800.510 | Créditos Recebidos | 46.101 |
| EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 25.428.805 | EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 405.304 |
| INTERFERA^HENCIAS PASSIVAS | 326.652 | INTERF. ATIVAS | 326.652 |
| MUTAÇÕES ATIVAS | 25.102.153 | MUTAÇÕES PASSIVAS | 78.652 |
| Incorporação de Créditos | 2.582.890 | Baixa de Créditos | 21.518 |
| Valorizacões de Créditos | 22.517.869 | Incorp. de Obrigações | 48.814 |
| Mutações Ativas Diversas | 1.394 | Mutacões Passivas Diversas | 8.320 |
| | | RESULTADO PATRIMONIAL | 26.734.397 |
| TOTAL | 39.490.006 | TOTAL | 39.490.006 |

Observa-se no demonstrativo anterior, que o Resultado Patrimonial de Cz$ 26.734.397 milhões foi obtido, basicamente, pelas variações extra-orçamentárias ativas, acrescidas, em menor escala, pela diferença líquida de Cz$ 1.710.896, obtida entre as variações orçamentárias ativas e passivas.

Dentre as variações extra-orçamentárias ativas destacam-se, as valorizações de créditos, no montante de Cz$ 22.517.869 milhões, que representam o montante da correção monetária aplicada no exercício de 1988 aos saldos devedores dos empréstimos do Tesouro Nacional, seguindo-se as Incorporações de Créditos que, no valor de Cz$ 2.582.890 milhões, representam a posição, em 31.12.87, dos saldos dos empréstimos transferidos do Banco Central para o OOOC.

A diferença líquida entre as variações orçamentárias ativas e passivas decorre da transferência, da gestão Tesouro para a gestão do OOOC, em 1988, de recursos provenientes da colocação de títulos públicos federais, no valor de Cz$ 2.493.482 milhões, os quais se destinaram a suplementar as receitas de capital e as receitas correntes desse orçamento, necessárias à cobertura de suas depesas nas mesmas categorias. Note-se que tais transferências constituem resultado patrimonial do OOOC.

Pela mesma razão, não figuram como exigibilidades do OOOC, a contrapartida dos créditos a ele incorporados em decorrência da transferência de operações de fomento do Banco Central, já antes referidos, no valor de Cz$ 2.582.890 milhões, as quais foram cobertas diretamente pela

gestão Tesouro, mediante emissão de títulos públicos federais especiais, com prazo de 20 anos.

De outra parte e não sofrendo o OOOC, assim, o ônus da correção monetária dos títulos públicos federais colocados pela gestão Tesouro para possibilitar as transferências de capital antes indicadas, a correção monetária de seus ativos passa a integrar o seu resultado patrimonial exclusivo.

As notas acima explicam, pois, o extraordinário resultado patrimonial obtido pelo OOOC, o qual, no entanto, é anulado pelo registro, na contabilidade geral da União, das variacões extra-orçamentárias passivas decorrentes da correção monetária aplicada às exigibilidades geradas pela colocação dos títulos públicos federais.

Cumpre notar, finalmente, que parte do resultado patrimonial obtido pelo OOOC em 1988 deverá ser compensado em 1989 pela aplicação, sobre as exigibilidades decorrentes das operações de crédito externas, da correção cambial relativa a 1988, conforme informado na Seção 5.2.

## 7. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES INTEGRANTES DO OOOC

### 7.1. Refinanciamento de Dívidas Externas com Aval do Tesouro Nacional

Visa esse programa a concessão de empréstimos-ponte às empresas e entidades vinculadas ao governo federal, bem como aos governos estaduais e municipais e suas empresas, quando essas Instituições se mostram financeiramente incapazes de saldar, no vencimento, compromissos decorrentes de empréstimos por elas tomados no exterior.

Em 1988, foram concedidos empréstimos no montante de Cz$ 1.890.986 milhões, incluídos restos a pagar no valor de Cz$ 293.719 milhões, estes decorrentes do fato de somente ter sido aprovada ao final do exercício, a Lei de Excessos que permitiu a última atualização do OOOC, o que acarretou a impossibilidade técnica de refinanciamento, ainda em 1988, dos débitos externos vencidos na fase final do ano. Ainda assim, deixarão de ser honrados, com recursos orçamentários de 1988, débitos vencidos no montante de aproximadamente US$ 170 milhões, em face dos acentuados índices inflacionários e à desvalorização cambial de 17% determinada pelo Programa de Estabilização Econômica de 15.1.88 (Plano Verão).

Do montante desses empréstimos, 67% foram concedidos a tomadores vinculados à area federal, 32% aos da area estadual e 1% aos da area

municipal, sendo que os recursos aplicados nas áreas estadual e municipal tiveram a seguinte distribuição regional:

| | |
|---|---|
| Norte ........................ | 1,9% |
| Nordeste ..................... | 16,9% |
| Centro-Oeste ................. | 6,3% |
| Sudeste ...................... | 62,3% |
| Sul .......................... | 12,6% |

Cabe destacar a condição exigida para a concessão de refinanciamentos às áreas estadual e municipal no exercício de 1988, a qual, diferentemente dos exercícios anteriores e por necessidade de contenção do déficit federal, passou a requerer dos devedores a participação parcial mínima de recursos próprios na liquidação dos compromissos externos refinanciados.

O não cumprimento de tal requisito por parte de alguns devedores inadimplentes, obrigou a União a honrar integralmente os débitos por ela avalizados, mediante acionamento dos mecanismos previstos no Aviso MF No. 087/85 e utilização de recursos consignados no Orçamento Geral da União. Tais eventos ocasionaram, por força das disposições do Decreto-Lei No. 2.169/84, o bloqueio dos saldos e dos depósitos bancários efetuados a crédito desses devedores, até que regularizem sua inadimplência.

As receitas próprias geradas pelo programa cingiram-se a Cz$ 103.500 milhões, sendo Cz$ 88.438 milhões de amortizações de empréstimos, Cz$ 14.886 milhões de juros e Cz$ 176 milhões de outras receitas, cabendo lembrar que nos empréstimos da espécie, os juros são debitados em conta à parte para amortização proporcional e nas mesmas datas de vencimento do principal.

### 7.2. Saneamento Financeiro de Estados e Municípios

Criado pela Lei No. 7.614, de 14.07.87 e disciplinado pelos Votos CMN No. 340/87 e No. 548/87, objetivou esse programa conceder aos Estados e Municípios em dificuldades financeiras, duas linhas de crédito: uma com a finalidade de refinanciar o serviço da dívida interna por eles contratada junto ao Sistema Financeiro Nacional e outra, de custeio, destinada à cobertura de déficits relativos a despesas correntes dos exercícios de 1987 e anteriores.

Em 1988, foram liberados, em ambas as linhas, empréstimos no montante de Cz$ 276.614 milhões, dando-se por encerrada a vigência do programa ao final do exercício.

As operações da espécie, contratadas com prazo de carência de dezoito meses, deverão ter suas amortizações de principal iniciadas a partir do primeiro semestre de 1989, o mesmo acontecendo com os juros, que, debitados em conta à parte, serão liquidados proporcionalmente e mesmas datas de vencimento das parcelas de principal.

**7.3. Financiamento das Exportações**

Destina-se o programa a aportar, através do Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, recursos oficiais destinados a estimular a exportação e a produção para exportação, por parte das empresas que pretendam iniciar ou incrementar a venda de seus produtos ao exterior.

Em 1988, foram aplicados recursos no montante de Cz$ 319.866 milhões, dos quais Cz$ 188.358 milhões sob a forma de concessão de empréstimos e Cz$ 131.508 milhões para a equalização dos encargos de que tratam as Resolucões No. 509 e No. 950, do Banco Central do Brasil.

Nesse mesmo ano, as receitas proporcionadas pelas amortizações de empréstimo chegaram a Cz$ 124.978 milhões, enquanto os juros recebidos registraram o valor de Cz$ 32.923 milhões.

**7.4. Financiamento da Política de Preços Agrícolas**

Foram empenhados nessa atividade recursos no montante de Cz$ 1.186.210 milhões, dos quais Cz$ 1.080.819 milhões sob a forma de concessão de empréstimos aos órgãos executores, Cz$ 38.034 milhões na subvenção aos preços de comercialização, Cz$ 3.898 milhões no pagamento de prêmios de liquidação de EGF/COV, Cz$ 2.575 milhões na remuneração (del credere) da instituição financeira intermediante (Banco do Brasil), Cz$ 34.366 milhões na amortização de empréstimos externos contratados em exercícios anteriores e Cz$ 3.982 milhões no pagamento de juros e outros encargos incidentes sobre esses mesmos empréstimos.

Desdobra-se o programa em atividades específicas, individualizadas no plano interno do OOOC, quais sejam:

- Trigo (Comercialização de Trigo)
- AGF (Aquisições do Governo Federal)
- EGF (Empréstimos do Governo Federal)
- Café (Comercialização de Café)

As notas a seguir comentam as ocorrências mais significativas observadas em cada um desses desdobramentos:

**7.4.1. Trigo**

Registrou a despesa de Cz$ 661.970 milhões, representando um crescimento nominal de 510,3% em relação a 1987.

Desse montante, Cz$ 603.364 milhões foram dispendidos com a concessão de empréstimos ao Banco do Brasil - Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN), destinados à aquisição de 5.703.098 toneladas métricas de trigo nacional e à importação de 944.262 toneladas de trigo da Argentina, no âmbito do acordo bilateral firmado entre o Brasil e aquele país, tendo essa importação sido realizada como necessária ao equilíbrio do mercado interno em face da quebra verificada na safra nacional de 1988/89, provocada por fatores climáticos adversos ocorridos nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Foram dispendidos, ainda, Cz$ 34.366 milhões com a amortização de empréstimos externos tomados para a importação do produto nos três anos anteriores (USA, Canadá e França), Cz$ 3.982 milhões com o pagamento de juros incidentes sobre os referidos empréstimos, bem como Cz$ 20.259 milhões com a subvenção ao preço de venda do produto.

As receitas proporcionadas pelas amortizações de empréstimos atingiram a Cz$ 357.464 milhões, dos quais Cz$ 9.912 milhões ainda pendem de classificação contábil.

### 7.4.2. AGF (Aquisições do Governo Federal)

Destina-se o programa a aportar os recursos necessários à realização, pela Companhia de Financiamento da Produção - CFP, do Ministério da Agricultura, das Aquisições do Governo Federal - AGF, amparadas pela legislação que rege a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

Nesse sentido, foram empenhados no exercício, recursos no montante de Cz$ 261.929 milhões, dos quais Cz$ 229.946 milhões foram liberados para a concessão de empréstimos à CFP, com vistas ao financiamento das aquisições de produtos agrícolas, das comissões da CFP e das despesas de movimentação, estocagem e comercialização a elas inerentes.

Os restantes Cz$ 31.983 milhões destinaram-se às despesas com equalizações, dos quais Cz$ 1.122 milhões foram dispendidos com o pagamento da comissão ("del credere") do Banco do Brasil e Cz$ 17.775 com a subvenção aos preços de venda dos produtos comercializados quando os preços de remição mostraram-se superiores aos preços de mercado (vide seção 3.2.2), constituindo-se os Cz$ 13.086 milhões restantes em restos a pagar inscritos, dos quais, no entanto, somente Cz$ 6.510 milhões deverão ser efetivamente utilizados.

Dessa forma, as despesas com equalização deverão cingir-se a Cz$ 25.407 milhões, ficando em Cz$ 24.285 milhões os gastos com as subvenções aos preços de venda.

Dentre as operações assim subvencionadas, cabem ser destacadas as vendas das "pontas de estoque" de safras antigas sujeitas à deterioração, bem como aquelas decorrentes de autorizacões da Comissão de Coordenação Financeira - CCF, pelas quais foram procedidas vendas de arroz de sequeiro nos meses de novembro e dezembro que demandaram subvenções no montante de Cz$ 6.464 milhões, sendo Cz$ 5.079 milhões relativos a 310.050 toneladas de arroz em casca e Cz$ 1.385 milhões relativos a 53.108 toneladas de arroz beneficiado.

Quanto às receitas, foram apurados os seguintes recolhimentos ao Tesouro:

Cz$ Milhões

| NATUREZA | CLASSIFICADAS | A CLASSIFICAR | TOTAL |
|---|---|---|---|
| - Amortizacões de Empréstimos | 28.611 | 88.746 | 117.357 |
| - Juros do 1: Semestre | 29.084 | ... | 29.084 |
| - Outras Receitas | 2.500 | 28.229 | 30.729 |
| TOTAL | 60.195 | 116.975 | 177.170 |

(*) Importâncias registradas em "Valores Pendentes a Curto Prazo".

### 7.4.3. EGF (Empréstimos do Governo Federal)

Tem o programa, por finalidade, emprestar ao Banco do Brasil, recursos do Tesouro com vistas à concessão, por aquele estabelecimento, de financiamentos destinados a possibilitar a retenção das safras colhidas pelos produtores rurais e beneficiadores de produtos agricolas, permitindo-lhes assim, ao longo do ano, a obtenção de preços melhores do que os que os adviriam de uma oferta maciça pós-colheita, evitando, ainda, de outra parte, a opção do produtor pela venda de sua colheita ao Governo Federal, via AGF (Seção 7.4.2).

Em 1988, foram empenhados ao programa recursos no montante de Cz$ 262.060 milhões, sendo Cz$ 247.259 milhões sob a forma de concessão de empréstimos e Cz$ 14.801 milhões para as despesas com equalizações. Desse último valor, Cz$ 598 milhões foram dispendidos com a subvenção à taxa de juros, Cz$ 1.453 milhões com o pagamento da comissão do Banco do Brasil e Cz$ 3.898 milhões com o pagamento de prêmios de liquidação de EGFs com opção de venda ao governo (EGF/COV - Vide Seção 3.2.2), constituindo-se os Cz$ 8.852 milhões restantes em restos a pagar inscritos, os quais provavelmente não serão utilizados.

7.4.4. Café

Até 1987, as aquisições realizadas pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC foram financiadas pelo Banco do Brasil com recursos repassados pelo Banco Central, passando estas operações a incorporar o OOOC, conforme disposto no Decreto No. 94.444, de 12.06.87. A partir de 1988, tais aquisições passaram a efetuar-se com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, criado pelo Decreto-Lei No. 2.295, de 21.11.86 e gerido pelo Ministro da Indústria e do Comércio com o auxílio do Conselho Nacional de Política Cafeeira.

Assim, permanecem como obrigações do OOOC, os aportes de recursos necessários ao financiamento das despesas remanescentes para a manutenção e venda dos estoques adquiridos até 31.12.87, constituindo-se em seus direitos, de outra parte, a realização das receitas provenientes da venda desses mesmos estoques, as quais nele deverão ingressar sob a forma de amortização de empréstimos.

Em 1988, a despesa do OOOC com esses estoques limitou-se à concessão de empréstimos no valor de Cz$ 250 milhões, enquanto as receitas atingiram a Cz$ 52.934 milhões, sendo Cz$ 50.643 milhões sob a forma de amortização de empréstimos e Cz$ 2.291 milhões como receita de juros. Tais receitas, ainda por classificar, encontram-se registradas em "Valores Pendentes a Curto Prazo".

7.5. Financiamento da Comercialização de Produtos Agroindustriais - Açúcar

Da mesma forma que as AGF e o Trigo, também as aquisições de açúcar para exportação, realizadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA, são financiadas pelo Banco do Brasil com recursos do OOOC, que, para essa finalidade, empenhou no exercício de 1988 a importância de Cz$ 172.659 milhões.

Desse montante, Cz$ 156.614 milhões referem-se à concessão de empréstimos, dos quais Cz$ 13.511 como restos a pagar e Cz$ 16.045 milhões foram empenhados para o pagamento de equalizações (subvenções aos preços de venda e de "del credere"), sendo de Cz$ 8.340 milhões o valor dos restos a pagar inscritos para essa natureza. Desse último valor, no entanto, somente Cz$ 2.297 milhões deverão ser efetivamente utilizados, cingindo-se, pois, a Cz$ 10.702 as despesas com equalizações e a Cz$ 167.316 milhões a despesa total.

Quanto às receitas, foram apurados recolhimentos ao Tesouro Nacional no montante de Cz$ 91.094 milhões, sendo Cz$ 66.956 milhões sob a

forma de amortizações de empréstimos e Cz$ 24.138 milhões como Outras Receitas, nestas incluindo-se os superavits de vendas realizadas a preços superiores aos de remição.

### 7.6. Estoques Reguladores

As despesas com a formação de estoques reguladores do governo federal, administrados pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços do Ministério da Fazenda - SEAP/MF, cingiram-se em 1988 a Cz$ 30.754 milhões, não tendo ocorrido nenhuma aquisição nova no exercício.

Tal comportamento se justificou pela existência, ainda, de estoques formados em exercícios anteriores, inclusive com as importações de arroz, leite em pó e "butter oil" realizadas em 1985/86, bem como pela normalidade observada no abastecimento interno no ano de 1988, o que dispensou a realização de aquisições adicionais preventivas.

Dos valores empenhados, Cz$ 12.734 milhões foram dispendidos com a concessão de empréstimos ao Banco do Brasil para o financiamento, aos órgãos executores (COBAL, CFP, IRGA e INTERBRÁS), das despesas com a movimentação, manutenção e venda dos estoques existentes, outros Cz$ 13.828 milhões foram gastos com a amortização de empréstimos externos contraídos para as importações antes referidas, Cz$ 1.244 milhões destinaram-se ao pagamento de juros e outros encargos também relacionados com os referidos empréstimos e Cz$ 270 milhões constituíram despesa com a subvenção aos preços de algumas das vendas realizadas, não se prevendo, de outra parte, a utilização dos restantes Cz$ 12.678 milhões inscritos em restos a pagar para o atendimento de eventuais equalizações remanescentes.

Relativamente às receitas, foram apurados os seguintes recolhimentos:

Cz$ MILHÕES

| NATUREZA | CLASSIFICADAS | A CLASSIFICAR(*) | TOTAL |
|---|---|---|---|
| - Amortizações de Empréstimos | 2.761 | 26.442 | 29.203 |
| - Outras Receitas | - | 8.371 | 8.371 |
| TOTAL | 2.761 | 34.813 | 37.574 |

(*) Importâncias registradas em "Valores Pendentes a Curto Prazo".

### 7.7. Financiamento do Custeio Agrícola

Para essa atividade foram empenhados recursos orçamentários no montante de Cz$ 453.394 milhões, sendo Cz$ 374.702 milhões na concessão de empréstimos e Cz$ 78.692 milhões para o pagamento de equalizações,

desdobrando-se, ainda, esse último valor nos seguintes gastos: Cz$ 37.884 milhões em subvenções à correção monetária, Cz$ 3.464 em subvenções à taxa de juros, Cz$ 9.065 milhões em comissões ("del credere") ao Banco do Brasil e Cz$ 28.279 milhões em restos a pagar que, todavia, não deverão ser utilizados. Assim, a despesa total deverá ficar restrita a Cz$ 425.115 milhões.

As receitas proporcionadas pelo programa atingiram a Cz$ 629.780 milhões, assim distribuídas:

Cz$ MILHÕES

| NATUREZA | CLASSIFICADAS | A CLASSIFICAR(*) | TOTAL |
|---|---|---|---|
| - Amortizações de Empréstimos | 555.964 | 57.872 | 613.836 |
| - Receita de Juros | 15.944 | | 15.944 |
| TOTAL | 571.908 | 57.872 | 629.780 |

(*) Importância registrada em "Valores Pendentes a Curto Prazo".

Os recursos dessa atividade são aplicados pelo Banco do Brasil em financiamentos aos produtores rurais e destinados ao preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita de lavouras em todo o país, destacando-se dentre elas as lavouras de trigo, milho, algodão, arroz e feijão.

### 7.8. Custeio Pecuário

Os recursos desse programa, também aplicados pelo Banco do Brasil, são destinados à concessão de financiamentos a produtores rurais dedicados à atividade pecuária, sobretudo à de animais de pequeno porte, com ênfase para a avicultura, mas sem deixar de apoiar, também a bovinocultura e a suinocultura.

Para esse fim, foram empenhados recursos no montante de Cz$ 34.379 milhões, sendo Cz$ 6.122 milhões para as despesas com equalizações, as quais assim se distribuíram: Cz$ 2.786 com subvenções à correção monetária, Cz$ 121 milhões com subvenções à taxa de juros, Cz$ 642 milhões com o "del credere" do Banco do Brasil e Cz$ 2.573 milhões inscritos em restos a pagar que, todavia, não deverão ser utilizados. Dessa forma, a despesa total efetiva deverá restringir-se a Cz$ 31.806 milhões.

As receitas próprias geradas pelo programa atingiram a Cz$ 21.080 milhões, sendo de Cz$ 20.495 milhões o valor das amortizações de empréstimos e de Cz$ 585 milhões o valor dos juros.

### 7.9. Financiamento de Investimentos Agropecuários

Refere-se a atividade aos fundos e programas de fomento do setor agropecuário que eram anteriormente administrados pelo Banco Central e que,

a partir de 01.01.88, passaram a integrar o OOOC por força do disposto no Decreto No. 94.444, de 12.06.87.

Tais programas, com seus regulamentos operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, foram em boa parte instituídos em função de acordos de empréstimos assinados com organismos financeiros internacionais como o BIRD, o BID, o KFW, a JICA, a JADECO e a OECF, com vistas à inplementação de projetos específicos de desenvolvimento agrícola, com a participação de parcela de recursos daqueles organismos, destacando-se entre eles o Programa de Investimentos Agropecuários - PROINAP (BIRD), o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER (JICA, JADECO e OECF), o Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação - PROFIR (OECF), além de outros de menor vulto.

Ênfase, também, tem sido dada ao Programa Nacional de Irrigação - PRONI e ao Programa de Investimentos Agropecuários do Banco do Brasil, estes conduzidos com recursos exclusivamente nacionais.

No exercício de 1988, foram empenhados nessa atividade, recursos no montante de Cz$ 84.632 milhões, sendo Cz$ 68.048 milhões na concessão de empréstimos e Cz$ 16.584 milhões para o pagamento de equalizações, as quais assim se distribuíram: Cz$ 12.599 com subvenções à correção monetária, Cz$ 1.068 com subvenções à taxa de juros, Cz$ 1.715 milhões com o pagamento do "del credere" das instituições financeiras aplicadoras e Cz$ 1.202 milhões inscritos em restos a pagar.

Os programas mais contemplados foram o PROCEDER, com Cz$ 40.211 milhões (47,5% do total), os Programas Unificados Rurais, com Cz$ 11.330 milhões (13,4%, sendo que apenas Cz$ 456 milhões foram resultantes de concessão de empréstimos, decorrendo os restantes Cz$ 10.874 milhões do pagamento de subvenções, sobretudo à correção monetária do saldo de operações contratadas pelo Banco Central em exercícios anteriores), o PRONI, com Cz$ 9.965 milhões (11,8%), o Programa de Investimentos Agroindustriais do Banco do Brasil, com Cz$ 7.934 (9,4%), o PROINAP, com Cz$ 5.549 milhões (6,6%) e o PROFIR, com Cz$ 4.934 milhões (5,8%).

As receitas próprias realizadas atingiram a Cz$ 75.216 milhões, sendo: Cz$ 72.074 com a amortização de empréstimos, Cz$ 347 milhões com o ingresso de recursos de empréstimos externos, Cz$ 2.660 milhões com juros, Cz$ 131 milhões com multas aplicadas aos tomadores finais e Cz$ 4 milhões de outras receitas.

As maiores receitas foram proporcionadas pelos Programas Unificados Rurais, com Cz$ 45.743 (60,8%), pelo Programa de Investimentos Agropecuários do Banco do Brasil, com Cz$ 18.138 milhões (24,1%) e pelo PROINAP, com Cz$ 4.728 milhões (6,3%).

### 7.10. Financiamento de Investimentos Industriais

Também transferidos do Banco Central, os programas de fomento que integram essa atividade resultam quase que integralmente de acordos de empréstimos tomados junto ao BIRD (PROALCOOL/BIRD e Programa Nacional de Assistência à Agroindústria - PRONAGRI), além de outros acordos menores cujas operações integram os Programas Unificados Industriais e os designados sob o título genérico de Empréstimos Externos.

Em 1988, foram empenhados na atividade recursos no montante de Cz$ 166.320 milhões, dos quais Cz$ 50.473 milhões na concessão de empréstimos, Cz$ 57.022 milhões para a amortização de empréstimos externos, Cz$ 50.987 milhões para o pagamento de juros e outros encargos incidentes sobre os referidos empréstimos e Cz$ 7.838 milhões com equalizações, sendo que destas últimas, as subvenções à correção monetária participaram com Cz$ 6.524 milhões, as subvenções à taxa de juros com Cz$ 523 milhões e o "del credere" das instituições financeiras aplicadoras com Cz$ 791 milhões.

Desse montante, Cz$ 31.458 milhões são constituídos de restos a pagar inscritos para atender obrigações remanescentes com a amortização (Cz$ 18.409 milhões), juros (Cz$ 12.641 milhões) e outros encargos (Cz$ 408 milhões), relativos à dívida externa, os quais, todavia, se mostraram dispensaveis conforme levantamentos mais recentemente procedidos.

Assim, pois, a despesa efetiva deverá limitar-se a Cz$ 134.862 milhões, restringindo-se os gastos com o serviço da dívida externa a Cz$ 76.551 milhões (56,8% do total).

O programa "Empréstimos Externos" foi, por conseguinte, o responsavel pelo maior volume de gastos, com Cz$ 76.636 milhões, dos quais Cz$ 38.613 milhões foram dispendidos com a amortização de empréstimos externos e Cz$ 37.938 milhões com juros e encargos incidentes sobre os mesmos empréstimos, além de Cz$ 84 milhões com equalizações.

Segue-se-lhe o PRONAGRI, com gastos no montante de Cz$ 51.036 milhões (37,8%), sendo Cz$ 48.529 milhões com a concessão de empréstimos e Cz$ 2.507 milhões com equalizações. O PROALCOOL-BIRD dispendeu Cz$ 5.187 milhões (3,8%) e os Programas Unificados Industriais Cz$ 2.004 milhões,

ambos, na maior parte, com o pagamento de equalizações (Cz$ 5.247 milhões no conjunto).

### 7.11. Refinanciamento de Dívidas das Micro, Pequenas e Médias Empresas

Trata-se de atividade orçamentária instituída no OOOC para atender os compromissos governamentais decorrentes da Resolução No. 1.337, de 11.06.87, do Banco Central do Brasil. Tal Resolução consubstanciou decisão do Conselho Monetário Nacional autorizando a redução da correção monetária sobrevinda ao Plano Cruzado e incidente sobre os saldos devedores remanescentes de empréstimos tomados por micro, pequenas e médias empresas que se encontravam em dificuldades financeiras.

Substituindo as empresas em suas obrigações, o Tesouro dispendeu para esse fim a título de equalização de correção monetária, a importância de Cz$ 1.512 milhões.

# PARTE V - ANEXOS

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| TITULO | DIVIDA ATIVA DA UNIAO | EXERCICIO | MES |
|---|---|---|---|
| SUBTITULO | | 1988 | DEZEMBRO |
| GESTAO | TESOURO NACIONAL | EMISSAO 31/12/88 | FOLHA 213 |

| UNIDADES FEDERATIVAS | SALDO - 1987 | INSCRICAO | RECEBIMENTO | CANCELAMENTO | CORRECAO MONETARIA E OUTROS ACRESCIMOS | SALDO PARA 1989 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ACRE | 118.230.198,52 | 1.697.010,30 | 102.170,60 | 287.926,94 | 662.903.759,66 | 782.440.870,94 |
| ALAGOAS | 1.354.268.294,21 | 2.437.624.460,98 | 239.565,38 | 5.661.388,73 | 10.557.669.718,03 | 14.343.659.519,11 |
| AMAPA | - | - | - | - | - | - |
| AMAZONAS | 3.438.580.121,37 | 38.765.480.513,76 | - | - | - | 42.224.060.635,13 |
| BAHIA | 3.964.399.466,76 | 68.038.887,12 | 12.100.311,46 | - | 38.514.068.516,15 | 42.634.406.578,57 |
| CEARA | 2.114.279.651,36 | 78.731.733,62 | 2.673.687,24 | 5.243.938,98 | 19.530.657.451,68 | 21.715.651.210,44 |
| DISTRITO FEDERAL | 1.107.186.868,91 | 29.477.640,47 | 29.054.851,79 | 1.561.973,68 | 14.751.235.787,14 | 15.857.283.471,05 |
| ESPIRITO SANTO | 2.697.998.418,26 | 23.387.897,60 | 2.017.001,33 | 990.626,58 | 26.529.953.951,66 | 29.248.332.639,61 |
| GOIAS | 1.402.333.272,67 | 21.222.751,97 | 3.231.437,04 | 3.939.073,61 | 30.311.320.087,25 | 31.727.705.601,24 |
| MARANHAO | 656.891.620,18 | 1.483.019.812,39 | 2.154.826,81 | 1.915.909,59 | 9.096.575.614,10 | 11.232.416.310,25 |
| MATO GROSSO | 2.301.112.724,68 | 57.453.544,47 | 1.363.949,22 | 530.201.308,17 | 17.265.748.374,38 | 19.092.749.386,14 |
| MATO GROSSO DO SUL | 4.874.470.608,75 | 16.920.162,78 | 2.266.213,49 | 3.257.530,09 | 44.874.164.580,41 | 49.760.031.608,36 |
| MINAS GERAIS | 12.530.541.833,67 | 288.529.946,57 | 12.795.819,45 | 36.604.180,63 | 140.433.091.371,94 | 153.202.763.152,10 |
| PARA | 3.963.065.533,92 | 145.667.925,86 | 3.961.201,60 | 10.566.480,16 | 45.140.380.010,02 | 49.234.585.788,04 |
| PARAIBA | 1.773.167.127,48 | 4.715.705,97 | 175.896,26 | 803.359,68 | 17.914.569.606,84 | 19.691.473.184,36 |
| PARANA | 7.214.150.295,07 | 77.668.970,77 | 2.638.713,47 | 3.871.506,45 | 70.393.739.704,60 | 77.679.046.750,52 |
| PERNAMBUCO | 5.716.999.938,91 | 95.922.791,37 | 3.393.026,49 | 6.205.883,70 | 56.454.784.916,46 | 62.258.108.736,56 |
| PIAUI | 213.954.165,63 | 7.496.687,25 | 581.321,83 | 681.763,96 | 2.571.949.963,09 | 2.792.137.730,18 |
| RIO DE JANEIRO | 59.269.881.899,44 | 1.028.422.599,53 | 22.613.873,83 | 566.913.356,32 | 542.763.895.563,18 | 602.472.672.232,00 |
| RIO GRANDE DO NORTE | 3.224.697.923,95 | 19.981.990,62 | 925.161,97 | 826.138,63 | 28.021.513.457,88 | 31.264.442.071,66 |
| RIO GRANDE DO SUL | 22.331.327.832,10 | 35.353.188.437,39 | 13.525.598,32 | 7.720.591,13 | 272.623.498.228,62 | 330.286.768.308,66 |
| RONDONIA | - | - | - | - | - | - |
| RORAIMA | - | - | - | - | - | - |
| SANTA CATARINA | 4.751.996.137,42 | 222.034.643,59 | 3.376.884,00 | 5.519.025,13 | 42.095.456.912,32 | 47.060.601.784,20 |
| SAO PAULO | 156.293.009.593,00 | 677.362.002.248,50 | 46.024.406,72 | 115.132.270,27 | 982.948.062.100,59 | 1.816.441.917.266,10 |
| SERGIPE | 598.995.639,64 | 27.390.842,08 | 1.100.850,52 | 1.165.078,64 | 12.348.104.926,08 | 12.972.226.478,64 |
| TOTAL | 301.911.537.165,58 | 7.757.638.075.204,96 | 166.316.768,82 | 1.309.069.911,27 | 2.425.903.264.602,08 | 3.483.975.480.312,83 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | CREDITOS ESPECIAS/AUTORIZADOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE | EXERCICIO: 1988 | MES: DEZEMBRO |
| SUBTITULO | | EMISSAO: 31/12/88 | FOLHA: 214 |
| GESTAO | TESOURO NACIONAL | | |

| AUTORIZACAO LEI/DECRETO-LEI NUMERO | AUTORIZACAO DATA | ABERTURA DECRETO NUMERO | ABERTURA DECRETO DATA | MINISTERIO | FINALIDADE | IMPORTANCIA CREDITO AUTORIZADO | IMPORTANCIA CREDITO ABERTO | IMPORTANCIA DESPESA REALIZADA | IMPORTANCIA SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 7.688 | 16.12.88 | 97.350 | 21.12.88 | JUSTICA DO TRABALHO | INSTALACAO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIAO - MA | 486.492.000,00 | 486.492.000,00 | 218.492.000,00 | 268.000.000,00 |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.424 | 29.12.88 | JUSTICA DO TRABALHO | DESAPROPRIACAO DO IMOVEL DESTINADO A AMPLIACAO DO EDIFICIO SEDE DO TRT DA 14A. REGIAO - RO | 1.170.000.000,00 | 1.170.000.000,00 | 1.170.000.000,00 | - |
| 2.443 | 24.08.88 | 96.664 | 08.09.88 | MINISTERIO DA FAZENDA | MODERNIZACAO DO SISTEMA DE ADMINISTRACAO FISCAL E TRIBUTARIA | 1.000.000.000,00 | 1.000.000.000,00 | 937.872.768,88 | 62.127.231,12 |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.290 | 20.12.88 | MINISTERIO DA FAZENDA | CONTRIB AO FUNDO ESPECIAL DE DESENV E APERFEIC.DAS ATIV.DE FISCALIZACAO | 260.000.000,00 | 260.000.000,00 | 260.000.000,00 | - |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.362 | 21.12.88 | MINISTERIO DA FAZENDA | DESENVOLVIMENTO DE ACOES NA AREA DE ESPORTACAO | 6.000.000.000,00 | 6.000.000.000,00 | 6.000.000.000,00 | - |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.423 | 29.12.88 | MINISTERIO DA FAZENDA | PROGRAMA DE REFORMA DE CREDITO E COMERCIALIZACAO | 2.700.000.000,00 | 2.700.000.000,00 | - | 2.700.000.000,00 |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.350 | 21.12.88 | MINISTERIO DO TRABALHO | INSTALACAO DA PROCURADORIA DO TRABALHO DA 16A. REGIAO - MA | 40.000.000,00 | 40.000.000,00 | - | 40.000.000,00 |
| 7.697 | 20.12.88 | 97.412 | 29.12.88 | MINISTERIO DO TRABALHO | FORMACAO PROFISSIONAL - SUPORTE TECNICO, SENAC, SENAI E FUNDACENTRO | 1.703.004.000,00 | 1.703.004.000,00 | - | 1.703.004.000,00 |
| 2.443 | 24.08.88 | 97.298 | 20.12.88 | MINIST. DA PREVID. E ASSIST. SOCIAL | APOIO A PROGRAMAS COMUNITARIOS | 360.000.000,00 | 360.000.000,00 | 360.000.000,00 | - |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.336 | 21.12.88 | MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | SATELITE SINO-BRASILEIRO DE RECURSOS TERESTRES | 427.500.000,00 | 427.500.000,00 | 425.560.050,61 | 1.939.949,39 |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.349 | 21.12.88 | ENCARGOS GERAIS DA UNIAO RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPLAN | CONTRIBUICAO AOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO A CARGO DO BNDES | 112.000.000.000,00 | 112.000.000.000,00 | 112.000.000.000,00 | - |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.403 | 22.12.88 | ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA FAZENDA | ABSORCAO DA DIVIDA EXTERNA CONTRAIDA PELA NUCLEBRAS E SUBSIDIARIA - RESGATE DE LTN - SERIE ESPECIAL E ABONO PIS/PASEP | 365.305.787.000,00 | 365.305.787.000,00 | 349.070.787.729,80 | 16.234.999.270,20 |
| 7.688 | 16.12.88 | 97.349 | 21.12.88 | TRANSFERENCIAS A ESTADOS DF E MUNICIPIOS | TRANSFERENCIAS DECORRENTES DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS | 51.749.500.000,00 | 51.749.500.000,00 | 51.749.500.000,00 | - |
| | | | | | TOTAL : | 543.202.283.000,00 | 543.202.283.000,00 | 522.192.212.549,29 | 21.010.070.450,71 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | CREDITOS ESPECIAS/AUTORIZADOS NO ULTIMO QUADRIMESTRE | EXERCICIO: 1988 | MES: DEZEMBRO |
| SUBTITULO | | | |
| GESTAO | TESOURO NACIONAL | EMISSAO: 31/12/88 | FOLHA: 215 |

| | AUTORIZACAO LEGAL LEI/DECRETO-LEI | | ABERTURA DECRETO | | CREDITO ESPECIAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | NUMERO | DATA | NUMERO | DATA | PARCIAL | TOTAL |
| PODER JUDICIARIO | | | | | | |
| JUSTICA DO TRABALHO | 2.443 | 24.06.88 | 97.350 | 21.12.88 | 486.492.000,00 | - |
| JUSTICA DO TRABALHO | 7.688 | 15.12.88 | 97.350 | 21.12.88 | 1.170.000.000,00 | - |
| JUSTICA DO TRABALHO | 7.688 | 15.12.88 | 97.424 | 28.07.88 | 75.755.000,00 | 1.732.247.000,00 |
| PODER EXECUTIVO | | | | | | |
| MINISTERIO DA FAZENDA | 2.443 | 24.06.88 | 96.307 | 12.07.88 | 660.000.000,00 | |
| | 2.443 | 24.06.88 | 96.308 | 12.07.88 | 10.000.000.000,00 | |
| | 2.443 | 24.06.88 | 96.664 | 08.09.88 | 1.000.000.000,00 | |
| | 7.688 | 15.12.88 | 97.290 | 20.12.88 | 250.000.000,00 | |
| | 7.688 | 15.12.88 | 97.362 | 21.12.88 | 6.000.000.000,00 | |
| | 7.688 | 15.12.88 | 97.423 | 29.12.88 | 2.700.000.000,00 | 20.620.000.000,00 |
| MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSIST. SOCIAL | 2.443 | 24.06.88 | 96.309 | 12.07.88 | 440.000.000,00 | |
| | 2.443 | 24.06.88 | 97.296 | 20.12.88 | 360.000.000,00 | 800.000.000,00 |
| MINISTERIO DA SAUDE | 2.443 | 24.06.88 | 96.309 | 12.07.88 | - | 188.500.000,00 |
| MINISTERIO DO TRABALHO | 2.443 | 24.06.88 | 96.309 | 12.07.88 | 33.000.000,00 | |
| | 7.697 | 20.12.88 | 97.412 | 29.12.88 | 1.703.004.000,00 | |
| | 7.688 | 15.12.88 | 97.350 | 21.12.88 | 40.000.000,00 | 1.776.004.000,00 |
| MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA | 7.688 | 15.12.88 | 97.335 | 21.12.88 | - | 427.560.000,00 |
| MINISTERIO DA REFORMA E DESENVOLV. AGRARIO | 2.443 | 24.06.88 | 96.420 | 26.07.88 | - | 52.300.000.000,00 |
| ENCARGOS GERAIS DA UNIAO | 2.443 | 24.06.88 | 96.306 | 12.07.88 | 98.000.000.000,00 | |
| | 2.443 | 24.06.88 | 96.374 | 20.07.88 | 3.889.000.000,00 | |
| | 7.688 | 15.12.88 | 97.349 | 21.12.88 | 112.000.000.000,00 | 213.889.000.000,00 |
| ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA | 7.688 | 15.12.88 | 97.403 | 22.12.88 | - | 365.305.787.000,00 |
| TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DF E MUNICIPIOS | 7.688 | 15.12.88 | 97.349 | 21.10.88 | - | 51.749.500.000,00 |
| | | | | | | 708.788.538.000,00 |

# MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | DEMONSTRATIVO DA CONTA | EXERCICIO: 1988 | MES: DEZEMBRO |
| SUBTITULO | PARTICIPACAO SOCIETARIA - CODIGO 1.4.1.1.0.00.00 | EMISSAO: 31/12/88 | FOLHA: 216 |
| GESTAO | TESOURO NACIONAL | | |

| NOME DA SOCIEDADE | SALDO ANTERIOR DEVEDOR | MOVIMENTO DO EXERCICIO DEBITO | MOVIMENTO DO EXERCICIO CPEDITO | SALDO ATUAL DEVEDOR |
|---|---|---|---|---|
| MINISTERIO DA AERONAUTICA | 498.916.160,56 | 15.121.951.483,03 | - | 15.620.867.643,58 |
| TEL. AERON. S.A. / TASA | 28 916 160,56 | 913 579 903,45 | - | 942 496 064,00 |
| EMBRAER-EMP. BRAS. DE AER. | 470.000.000,00 | 12.477.328.367,80 | - | 12.947.328.367,80 |
| CIA ELETROMECANICA - CEL | - | 1.731.043.211,78 | - | 1.731 043.211,78 |
| MINISTERIO DA AGRICULTURA | 1.177.109 840,10 | 5.725.266.706,92 | 10 647 200,00 | 6.891.729.347,02 |
| COQUE E ALCOOL DE MADEIRA | 10 698 200,00 | - | 10 647.200,00 | 51.000,00 |
| BCO.NAC. CRED. COOPERATIVO | 1.166.411.640,10 | 5.725 266 706,92 | - | 6.891.678 347,02 |
| | | | | |
| MINIST. DAS COMUNICACOES | 10 851.940.703,56 | 19.471 439.071,58 | - | 30 323.379.775,14 |
| TEL BRASILEIRAS S/A | 10.851.940.703,56 | 19.471.439.071,58 | - | 30.323.379 775,14 |
| | | | | |
| MINISTERIO DA CULTURA | 738 272.469,72 | 581 735 000,00 | - | 1 320 007.469,72 |
| EMP BRASILEIRA DE FILMES | 738.272.469,72 | 581.735.000,00 | - | 1.320.007.469,72 |
| | | | | |
| MINISTERIO DA FAZENDA | 19.306.641.600,00 | 78 126.550.702,00 | - | 97.433 192 302,00 |
| BANCO DO BRASIL S/A | 19.306 641.600,00 | 73.623.744.702,00 | - | 92 930 386 302,00 |
| CIA.BRAS.INFRA-ESTRUTURA FAZENDARIA | - | 4.502.806.000,00 | - | 4 502 806 000,00 |
| MINISTERIO DA IND. E DO COMERCIO | 179.572.005.381,84 | 881.737.771.617,82 | - | 1.061 309 776.999,66 |
| CIA. SIDER.NACIONAL - CSN | 93 579.612,00 | 75 331 587,66 | - | 168 911.199,66 |
| SIDER. BRASILEIRA S/A | 179.478.425.769,84 | 881.662.440.030,16 | - | 1.061.140.865.800,00 |
| | | | | |
| MINISTERIO DO INTERIOR | 3.698.996 754,02 | 3.837.664.154,47 | - | 7.536.660.908,49 |
| BANCO DA AMAZONIA S/A | 1.317 500 073,02 | 1 034.617 472,52 | - | 2.352 117.545,54 |
| BCO. NORDESTE DO BRASIL | 2.075 782 234,38 | 2.374.400 684,10 | - | 4.450 182 918,48 |
| BANCO DE RORAIMA S/A | 33 125 328,93 | - | - | 33 125 328,93 |
| CIA SIDERG. DA AMAZONIA | 272.589.117,69 | 428.646.997,85 | - | 701.236.115,54 |
| | | | | |
| MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA | 114 981.008 120,11 | 5.703.915.718.178,46 | 22.302.948.858,42 | 5.796 593.777.440,15 |
| CIA. PESQ. REC. MINERAIS | 250 114 132,70 | 13.605.247.747,30 | - | 13 855.361 880,00 |
| CIA. AUX EMP. ELET. BRASIL | 75 804 665,00 | 784.950.186,04 | - | 860.754 851,04 |
| CENTRAIS ELETRICAS BRASIL | 58.661 535 217,97 | 3.514 302.852.440,42 | - | 3.572 964.387 658,39 |
| PETROLEO BRASILEIRO S/A | 25.662.109 050,00 | 1.354 482.820.740,00 | - | 1.380 144.929.790,00 |
| EMPRES. NUCL.BRASILEIRAS | 22.302.948 858,42 | - | 22.302.948.858,42 | - |
| CIA VALE DO RIO DOCE | 7.641.995.480,60 | 818.728.799.439,20 | - | 826.370.794 920,00 |
| IND. CARB. CATARINENSE S/A | 12 417 174,22 | 268 779.686,11 | - | 281.196 860,33 |
| CIA. EST. DE GAS DO RJ | 374.083.541,00 | 1.476.706 284,00 | - | 1.850.789 825,00 |
| ALCALIS DO RN - ALCANORTE | - | 265.581.655,39 | - | 265.581.655,39 |
| MINISTERIO PREV.ASS.SOCIAL | 10.878.850,38 | 247.218.366,99 | - | 258.094 217,37 |
| HOSP. N.S.DA CONCEICAO S/A | 10 154.393,24 | 230 742 382,56 | - | 240.896 775,80 |
| HOSPITAL FEMINA S/A | 408.028,80 | 9 282 655,20 | - | 9.690 684,00 |
| HOSP. CRISTO REDENTOR S/A | 316.428,34 | 7 190 329,23 | - | 7.506 757,57 |
| | | | | |
| MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 79 668.237.175,39 | 679.328.638 903,21 | 23.300 000,00 | 758.976.576 078,60 |
| CIA. NAV. DO S. FRANCISCO | 32 588 380,41 | 217.139.508,77 | - | 249.727 889,18 |
| REDE FER. FEDERAL S/A | 78.418 731 051,96 | 602.090.759.321,30 | - | 680 509 490 373,26 |
| CIA NAV LLOYD BRASILEIRO | 1.037.295 699,28 | 3 490 643 022,71 | - | 4 527 938 721,99 |
| EMP. NAV. DA AMAZONIA | 70 815 291,92 | 486.404.122,12 | - | 557.219.414,04 |
| SERV. NAV. BACIA DA PRATA | 85 506 751,82 | 227.045.828,31 | - | 312 552 580,13 |
| EMP TRANS URBANO PORTO ALEGRE | 23.300 000,00 | - | 23.300.000,00 | - |
| VALEC ENGENHARIA E CONSTRUCAO | - | 72.814.647.100,00 | | 72 814.647.100,00 |
| | | | | |
| OTAL | 410.604.007.066,67 | 7.388.091.961.184,48 | 22.336.896.058,42 | 7.776.264.062.181,73 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|---|---|
| TITULO | DEMONSTRATIVO DA CONTA |
| SUBTITULO | PARTICIPACAO SOCIETARIA - CODIGO - 1.4.1.1.1.00.00 |
| GESTAO | TESOURO NACIONAL |

EXERCICIO: 1988 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/88 | FOLHA: 217

| NOME DA SOCIEDADE | CAPITAL INTEGRALIZADO | | | | | CAPITAL VOTANTE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | UNIAO | | OUTROS | | TOTAL | UNIAO | OUTROS |
| | IMPORTANCIA | % | IMPORTANCIA | % | | % | % |
| MINISTERIO DA AERONAUTICA | 15.620.867.643,58 | - | 52.766.867.007,63 | - | 68.387.734.651,21 | - | - |
| TELECOMUNIC. AERONAUTICA | 942.496.064,00 | 100,00 | - | - | 942.496.064,00 | 100,00 | - |
| EMBRAER-EMP.BRAS.DE AERONAUTICA | 12.947.328.367,80 | 19,78 | 52.512.414.024,94 | 80,22 | 65.459.742.392,74 | 63,81 | 36,19 |
| CIA. ELETROMECANICA- CELMA | 1.731.043.211,78 | 87,18 | 254.452.982,69 | 12,82 | 1.985.496.194,47 | 87,18 | 12,82 |
| MINISTERIO DA AGRICULTURA | 3.595.439.347,02 | 98,98 | 1.115.722.060,98 | - | 4.711.161.408,00 | - | - |
| COQUE E ALCOOL DE MADEIRA | 51.000,00 | 100,00 | - | - | 51.000,00 | - | - |
| BCO. NAC. CRED. COOPERATIVO | 3.595.388.347,02 | 87,36 | 1.115.722.060,98 | 12,64 | 4.711.110.408,00 | 87,00 | 13,00 |
| MINIST. DAS COMUNICACOES | - | - | - | - | - | - | - |
| TELECOM. BRASILEIRAS S/A | - | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA CULTURA | - | - | - | - | - | - | - |
| EMP. BRAS. DE FILMES S/A | - | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA FAZENDA | 92.934.102.117,75 | - | 225.287.961.998,73 | - | 318.222.054.116,48 | - | - |
| BANCO DO BRASIL S/A | 92.930.386.304,40 | 29,20 | 225.287.483.775,60 | 70,80 | 318.217.870.080,00 | 51,00 | 49,00 |
| CIA.BRAS.INFRA-ESTRUTURA FAZENDARIA | 3.715.813,35 | 88,80 | 468.223,13 | 11,20 | 4.184.036,48 | 88,80 | 11,20 |
| MINISTERIO IND. COMERCIO | 1.057.694.894.999,66 | - | 189.354.662.183,89 | - | 1.247.049.557.183,55 | - | - |
| CIA. SIDERG. NACIONAL - CSN | 168.911.199,66 | 0,09 | 176.951.762.583,89 | 99,91 | 177.120.673.783,55 | - | - |
| SIDERURGIA BRASILEIRA S/A | 1.057.525.983.800,00 | 99,00 | 12.402.899.600,00 | 1,00 | 1.069.928.883.400,00 | - | - |
| MINISTERIO DO INTERIOR | 7.536.660.908,49 | - | 13.597.363.350,05 | - | 21.134.024.258,54 | - | - |
| BANCO DO AMAZONIA S/A | 2.352.117.545,54 | 51,00 | 2.259.721.454,46 | 49,00 | 4.611.839.000,00 | 51,00 | 49,00 |
| BANCO DO NORD. DO BRASIL | 4.450.182.918,48 | 26,27 | 11.289.817.081,52 | 71,73 | 15.740.000.000,00 | 51,01 | 48,99 |
| BANCO DE RORAIMA S/A | 33.125.328,93 | 67,59 | 15.887.140,44 | 32,41 | 49.012.469,37 | 67,58 | 32,42 |
| CIA. SIDERURG. DA AMAZONIA | 701.235.115,54 | 95,66 | 31.937.673,63 | 4,34 | 733.172.789,17 | 91,96 | 8,04 |
| MINIST. DAS MINAS E ENERGIA | 751.736.480.178,47 | - | 665.150.750.961,67 | - | 1.416.887.231.140,14 | - | - |
| CIA. PESC. REC. MINERAIS | 1.386.839.892,24 | 91,50 | 129.141.737,08 | 8,50 | 1.515.981.629,32 | 94,00 | 6,00 |
| CIA. AUX. EMP. ELET. BRAS. | 407.762.331,00 | 81,60 | 92.237.669,00 | 18,40 | 500.000.000,00 | 81,60 | 18,40 |
| CENTRAIS ELET. BRASILEIRAS | 587.738.945.648,15 | 53,90 | 502.299.619.331,52 | 46,10 | 1.090.038.564.979,67 | 59,69 | 40,31 |
| PETROLEO BRASILEIRO S/A | 128.310.545.250,00 | 51,00 | 123.278.754.000,00 | 49,00 | 251.589.299.250,00 | 81,00 | 19,00 |
| EMPRESAS NUCL. BRASILEIRAS | - | - | - | - | - | - | - |
| CIA. VALE DO RIO DOCE | 31.721.557.065,29 | 51,00 | 30.460.790.124,27 | 49,00 | 62.182.347.189,56 | 91,00 | 9,00 |
| IND. CARB. CATARINENSE S/A | 54.478.511,40 | 1,60 | 3.287.368.296,60 | 98,40 | 3.341.846.808,00 | - | 100,00 |
| CIA. ESTADUAL DE GAS DO RJ | 1.850.789.825,00 | 41,50 | 2.607.827.074,00 | 58,50 | 4.458.616.899,00 | 41,50 | 58,50 |
| ALCALIS DO RN. - ALCANORTE | 265.561.655,39 | 8,10 | 2.995.012.729,20 | 91,90 | 3.260.574.384,59 | - | 100,00 |
| MINIST. PREV. ASSIST. SOCIAL | 258.094.217,37 | - | 33.716.493,02 | - | 291.809.710,39 | - | - |
| HOSP. N.S. DA CONCEICAO | 240.896.775,80 | 93,34 | 17.194.934,59 | 6,66 | 258.091.710,39 | - | - |
| HOSPITAL FEMINA S/A | 9.690.884,00 | 51,00 | 9.309.316,00 | 49,00 | 19.000.000,00 | - | - |
| HOSP. CRISTO REDENTOR S/A | 7.506.757,57 | 51,00 | 7.211.242,43 | 49,00 | 14.718.000,00 | - | - |
| MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 517.542.097.743,41 | - | 17.722.391.340,33 | - | 535.264.489.083,74 | - | - |
| CIA. NAV. DO S. FRANCISCO | 119.607.889,18 | 99,70 | 359.903,38 | 0,30 | 119.967.792,56 | 99,70 | - |
| REDE FERROV. FEDERAL S/A | 512.472.044.373,28 | 96,66 | 17.708.013.947,93 | 3,34 | 530.180.058.321,19 | 100,00 | - |
| CIA. NAV. LLOYD BRASILEIRO | 4.522.386.721,99 | 99,70 | 14.017.489,02 | 0,30 | 4.536.404.211,01 | 99,70 | 0,30 |
| EMP. NAV. DA AMAZONIA | 212.561.178,85 | 100,00 | - | - | 212.561.178,85 | 100,00 | - |
| SERV. NAV. BACIA DA PRATA | 215.497.580,13 | 100,00 | - | - | 215.497.580,13 | 100,00 | - |

| TITULO | DEMONSTRATIVO DA CONTA |
|---|---|
| SUBTITULO | PARTICIPACAO SOCIETARIA - CODIGO - 1.4.1.1.2.00.00 |
| GESTAO | TESOURO NACIONAL |

| EXERCICIO | MES |
|---|---|
| 1988 | DEZEMBRO |
| EMISSAO | FOLHA |
| 31/12/88 | 218 |

| NOME DA SOCIEDADE | CAPITAL A INTEGRALIZAR | | | | | CAPITAL VOTANTE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | UNIAO | | OUTROS | | TOTAL | UNIAO | OUTROS |
| | IMPORTANCIA | % | IMPORTANCIA | % | | % | % |
| MINISTERIO DA AERONAUTICA | - | - | - | - | - | - | - |
| TELECOMUNICACOES AERONAUTICA S/A | - | - | - | - | - | - | - |
| EMP. BRAS. DE AERONAUTICA | - | - | - | - | - | - | - |
| CIA. ELETROMECANICA - CELMA | - | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA AGRICULTURA | - | - | - | - | - | - | - |
| COQUE E ALCOOL DE MADEIRA S/A. | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO. NAC. CRED. COOPERATIVO | - | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DAS COMUNICACOES | - | - | - | - | - | - | - |
| TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A. | - | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA CULTURA | - | - | - | - | - | - | - |
| EMP. BRAS. DE FILMES S/A. | - | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA FAZENDA | 3.310.473,38 | - | - | - | 3.310.473,38 | - | - |
| BANCO DO BRASIL S/A | - | - | - | - | - | - | - |
| CIA.BRAS.INFRA-ESTRUTURA FAZENDARIA | 3.310.473,38 | 100,00 | - | - | 3.310.473,38 | - | - |
| MINISTERIO DA IND.E DO COMERCIO | - | - | - | - | - | - | - |
| CIA.SIDERURGICA NACIONAL | - | - | - | - | - | - | - |
| SIDERURGICA BRASILEIRA S/A. | 3.614.882.000,00 | 100,00 | - | - | 3.641.882.000,00 | - | - |
| MINISTERIO DO INTERIOR | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO DA AMAZONIA S/A - BASA | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB | - | - | - | - | - | - | - |
| BCO DE RORAIMA S/A | - | - | - | - | - | - | |
| CIA SIDERURGICA DA AMAZONIA | - | - | - | - | - | - | |
| MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA | 6.044.857.297.261,68 | - | 3.337.279.614.485,98 | - | 8.382.136.911.747,66 | - | - |
| CIA PESQ.DE RECURSOS MINERAIS | 12.468.521.987,76 | 91,50 | 1.157.968.012,24 | 8,50 | 13.626.490.000,00 | 94,00 | 6,00 |
| CIA AUX.DE EMP.ELET.BRASILEIRAS | 452.992.520,04 | 81,60 | 101.854.111,14 | 18,40 | 554.846.631,18 | 81,60 | 18,40 |
| CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS | 2.985.226.442.010,24 | 53,90 | 2.641.430.004.143,73 | 46,10 | 6.626.655.446.153,97 | 59,69 | 40,31 |
| PETROLEO BRASILEIRO S/A | 1.251.834.384.540,00 | 51,00 | 303.583.752.460,00 | 49,00 | 555.418.137.000,00 | 81,00 | 19,00 |
| EMP.NUCLEARES BRASILEIRAS | - | - | - | - | - | - | - |
| CIA VALE DO RIO DOCE | 794.649.237.854,71 | 51,00 | 376.999.797.145,29 | 49,00 | 1.171.649.035.000,00 | 91,00 | 9,00 |
| IND.CARBOQUIMICA CATARINENSE S/A. | 226.718.348,93 | 1,60 | 14.006.238.613,58 | 98,40 | 14.232.956.962,51 | - | 100,00 |
| CIA EST.DE GAS DO RIO DE JANEIRO | - | - | - | - | - | - | - |
| MINIST.DA PREV.E ASSIST. SOCIAL | - | - | - | - | - | - | - |
| HOSPITAL N.S. DA CONCEICAO S/A. | - | - | - | - | - | - | - |
| HOSPITAL FEMINA S/A. | - | - | - | - | - | - | - |
| HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A. | - | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DOS TRANSPORTES | - | - | - | - | - | - | - |
| CIA.DE NAV.DO SAO FRANCISCO | - | - | - | - | - | - | - |
| REDE FERROV.FEDERAL S/A - RFFSA | - | - | - | - | - | - | - |
| CIA.DE NAV. LLOYD BRASILEIRO | - | - | - | - | - | - | - |
| EMPRESA DE NAV. DA AMAZONIA | - | - | - | - | - | - | - |
| SERV.DE NAV.DA BACIA DO PRATA S/A. | - | - | - | - | - | - | - |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | | | |
|---|---|---|---|
| TITULO | DEMONSTRATIVO DA CONTA | EXERCICIO: 1988 | MÊS: DEZEMBRO |
| SUBTITULO | PARTICIPACAO SOCIETARIA - CODIGO - 1.4.1.1.0.00.00 | EMISSAO: 31/12/88 | FOLHA: 219 |
| GESTAO | TESOURO NACIONAL | | |

| NOME DA SOCIEDADE | CAPITAL AUTORIZADO | CAPITAL SUBSCRITO — UNIAO — IMPORTANCIA | % | CAPITAL SUBSCRITO — OUTROS — IMPORTANCIA | % | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MINISTERIO DA AERONAUTICA | - | 15.620.887.643,58 | - | 52.766.867.007,63 | | 68.387.734.651,21 |
| TELECOMUNICACOES AERONAUTICA S/A | - | 942.496.064,00 | 100,00 | - | - | 942.496.064,00 |
| EMBRAER-EMP.BRAS.DE AERONAUTICA | 500.000.000.000,00 | 12.947.328.367,80 | 19,72 | 52.512.414.024,94 | 80,22 | 65.459.742.392,74 |
| CIA.ELETROMECANICA - CELMA | - | 1.731.043.211,78 | 87,18 | 254.452 382 69 | 12,82 | 1.985.496.194,47 |
| MINISTERIO DA AGRICULTURA | 4.711.161.408,00 | 4.115.719.593,00 | - | 595.451.815,00 | - | 4.711.171.408,00 |
| COALBRA-COQUE E ALCOOL DE MAD. S/A | 51.000,00 | 51.000,00 | 100,00 | - | - | 51.000,00 |
| BNCC - BCO.NAC.CRED.COOPERATIVO | 4.711.110.408,00 | 4.115.668.593,00 | 87,38 | 595.451.815,00 | 12,64 | 4.711.120.408,00 |
| MINISTERIO DAS COMUNICACOES | - | - | - | - | - | - |
| TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S/A | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA CULTURA | - | - | - | - | - | - |
| EMP.BRASILEIRAS DE FILMES S/A | - | - | - | - | - | - |
| MINISTERIO DA FAZENDA | - | 92.930.386.304,40 | - | 225.287.483.775,60 | - | 318.217.870.080,00 |
| BANCO DO BRASIL S/A | - | 92.930.986.304,40 | 29,20 | 225.287.483.775,60 | 70,80 | 318.217.870.080,00 |
| CIA.BRAS.INFRA-ESTRUTURA FAZENDARIA | - | - | - | - | - | - |
| MINIST. DA INDUSTRIA E DO COMERCIO | 1.141.333.663.784,80 | 1.057.694.894.999,66 | - | 189.354.662.183,99 | - | 1.247.049.557.183,55 |
| CIA.SIDERURGICA NACIONAL | - | 168.911.199,66 | 0,01 | 176.951.762.583,89 | 99,91 | 177.120.673.783,55 |
| SIDERURGIA BRASILEIRA S/A-SIDERBRAS | 1.141.333.663.784,80 | 1.057.526.983.800,00 | 99,00 | 12.402.899.600,00 | 1,00 | 1.069.928.883.400,00 |
| MINISTERIO DO INTERIOR | 782.216.325,32 | 7.536.660.908,49 | - | 13.597.394.416,83 | - | 21.134.055.325,32 |
| BCO DA AMAZONIA S/A - BASA | - | 2.352.117.545,54 | 51,00 | 2.259.721.454,46 | 49,00 | 4.611.839.000,00 |
| BCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A-BNB | - | 4.450.182.918,48 | 28,27 | 11.289.817.081,52 | 71,73 | 15.740.000.000,00 |
| BCO DE RORAIMA S/A - BANRORAIMA | 49.012.469,37 | 33.125.328,93 | 67,59 | 15.887.140,44 | 32,41 | 49.012.469,37 |
| CIA. SIDERURGICA DA AMAZONIA | 733.203.855,95 | 701.235.115,54 | 95,66 | 31.968.740,41 | 4,34 | 733.203.855,95 |
| MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA | 327.308.504.709,97 | 751.736.480.177,47 | - | 665.150.750.961,07 | - | 1.416.887.231.138,54 |
| CIA.PESQ.DE RECURSOS MINERAIS | 1.937.825.518,33 | 1.386.839.892,24 | 91,00 | 129.141.737,08 | 8,50 | 1.515.981.629,32 |
| CIA. AUX. DE EMP. ELET. BRASILEIRAS | 500.000.000,00 | 407.762.331,00 | 81,60 | 92.237.669,00 | 18,40 | 500.000.000,00 |
| CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS | - | 587.738.945.648,15 | 53,90 | 502.299.619.331,52 | 46,10 | 1.090.038.564.979,67 |
| PETROLEO BRASILEIRO S/A | 251.589.299.250,00 | 128.310.545.250,00 | 51,00 | 123.278.754.000,00 | 49,00 | 251.589.299.250,00 |
| EMP. NUCLEARES BRASILEIRAS | - | - | - | - | - | - |
| CIA. VALE DO RIO DOCE - CVRD | 62.182.347.189,00 | 31.721.557.065,29 | 51,00 | 30.460.790.124,27 | 49,00 | 62.182.347.189,56 |
| IND. CARBOQUIMICA CATARINENSE S/A | 3.355.675.898,00 | 54.478.511,40 | 1,60 | 3.287.368.296,00 | 98,40 | 3.341.846.807,40 |
| CIA. EST. DE GAS DO RIO DE JANEIRO | 4.458.616.899,00 | 1.850.789.825,00 | 41,50 | 2.607.827.074,00 | 58,50 | 4.458.616.899,00 |
| ALCALIS DO RIO GDE.NORTE ALCANORTE | 3.284.739.955,64 | 265.561.654,39 | 8,10 | 2.995.012.729,20 | 91,90 | 3.260.574.383,59 |
| MINIST.DA PREV. E ASSIST.SOCIAL | - | 258.094.217,37 | - | 33.715.493,02 | - | 291.809.710,39 |
| HOSPITAL N.S. DA CONCEICAO S/A | - | 240.896.775,80 | 93,34 | 17.194.934,59 | 6,66 | 258.091.710,39 |
| HOSPITAL FEMINA S/A | - | 9.690.684,00 | 51,00 | 9.309.316,00 | 49,00 | 19.000.000,00 |
| HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A | - | 7.506.757,57 | 51,00 | 7.211.242,43 | 49,00 | 14.718.000,00 |
| MINISTERIO DOS TRANSPORTES | 536.264.498.183,74 | 517.542.106.843,41 | - | 17.722.391.340,33 | - | 536.264.498.183,74 |
| CIA. DE NAV.DO SAO FRANCISCO | 119.947.792,56 | 119.607.889,18 | 99,70 | 359.903,38 | 0,30 | 119.967.792,56 |
| REDE FERROV. FEDERAL S/A - RFFSA | 530.180.058.321,19 | 512.472.044.373,26 | 96,66 | 17.708.013.947,93 | 3,34 | 530.180.058.321,19 |
| CIA. DE NAV. LLOYD BRASILEIRO | 4.536.404.211,01 | 4.522.386.721,99 | 99,70 | 14.017.489,02 | 0,30 | 4.536.404.211,01 |
| EMPRESA DE NAV.DA AMAZONIA - ENASA | 212.561.178,85 | 212.561.178,85 | 100,00 | - | - | 212.561.178,85 |
| SERV. DE NAV. DA BACIA DO PRATA S/A | 215.497.580,13 | 215.497.580,13 | 100,00 | - | - | 215.497.580,13 |
| ENGENHARIA CONST.FERROVIAS S.A. | 9.100,00 | 9.100,00 | 100,00 | - | - | 9.100,00 |

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

| | |
|---|---|
| TITULO | SUMARIO DE ALTERACOES DA ADMINISTRACAO INDIRETA - 1988 |
| SUBTITULO | |
| GESTAO | |

EXERCICIO: 1988 — MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 31/12/88 — FOLHA: 220

| ITEM | ENTIDADE | VINCULACAO ANTERIOR | VINCULACAO ATUAL |
|---|---|---|---|
| 01 | RECURSOS PROPRIOS | - | SEC. DE ASSESSORAMENTO DE DEFESA NACIONAL |
| 02 | RECURSOS PROPRIOS | - | TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS |
| 03 | RECURSOS PROPRIOS | - | JUSTICA DO TRABALHO |
| 04 | RECURSOS PROPRIOS | - | GABINETE DA PRESIDENCIA |
| 05 | EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACOES (FUS DAS EMP RADIOBRAS EBN) | MINISTERIO DAS COMUNICACOES | - |
| 06 | FUNDACAO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA | MINISTERIO DA JUSTICA | GABINETE DA PRESIDENCIA |
| 07 | FUNDO ROTATIVO DE MAT. AGRICOLAS PARA REVENDA - FUMAP | MINISTERIO DA EDUCACAO | GABINETE DA PRESIDENCIA |
| 08 | FUNDO CONSELHO NACIONAL PRODUTOS COCAN | - | GABINETE DA PRESIDENCIA |
| 09 | FUNDO GERAL DO TURISMO | - | MINISTERIO DA AGRICULTURA |
| 10 | TERRITORIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA | ESTADO MAIOR DAS FORCAS ARMADAS | MINISTERIO DA AGRICULTURA |
| 11 | FUNDO ESPECIAL P/ CALAMIDADE PUBLICA | - | MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMERCIO |
| 12 | RECURSOS PROPRIOS | - | MINISTERIO DO INTERIOR |
| 13 | AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERACAO - MRE | - | MINISTERIO DO INTERIOR |
| 14 | FUNDO NACIONAL DE ACAO COMUNITARIA | - | MINISTERIO DA MARINHA |
| 15 | FUNDO DE ATIVIDADES P/ AMAZONIA | - | MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES |
| 16 | FUNDO NACIONAL DO MIRAD | - | MINISTERIO DA HABIT. E DESENVOLV. URBANO |
| 17 | INST. JURIDICO DAS TERRAS RURAIS | - | MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA |
| | | | MINISTERIO DO DESENVOLV. REFORMA AGRARIA |
| | | | MINISTERIO DO DESENVOLV. REFORMA AGRARIA |

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
SECRETARIA DO ORCAMENTO DAS OPERACOES DE CREDITO DO TESOURO NACIONAL - SEORC
DIVISAO DE EXECUCAO FINANCEIRA -DIEFI
RECEITAS ORCAMENTARIAS EM 1988 (*)

EM CZ$ MIL

| ATIVIDADES | RECEITAS DE CAPITAL | | | | | RECEITAS CORRENTES | | | | TOTAL DA RECEITA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | AMORTIZ.DE EMPRESTIMOS | EMPRESTIMOS EXTERNOS | TRANSFERENCIAS -TIT.PUBL. FEDERAIS | OUTRAS RECEITAS | TOTAL | JUROS | MULTAS | OUTRAS RECEITAS | TOTAL | |
| REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS EXTERNAS COM AVAL DO TESOURO NACIONAL | 88.438.007 | | | | 88.438.007 | 14.885.643 | | 176.176 | 15.061.819 | 103.499.826 |
| FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS AGROPECUARIOS | 72.074.021 | 347.093 | | | 72.421.114 | 2.560.065 | 131.316 | 3.770 | 2.795.151 | 75.216.265 |
| -PROGRAMAS UNIFICADOS-RURAL | 44.862.224 | 72 | | | 44.862.296 | 808.784 | 67.676 | 3.770 | 880.230 | 45.742.526 |
| -PROBOR III | 1.480.039 | | | | 1.480.039 | 28.821 | 8.146 | | 36.967 | 1.517.006 |
| -POLONOROESTE III | 5.230 | | | | 5.230 | 227 | 150 | | 377 | 5.607 |
| -PROFIR - OECF | 507.007 | | | | 507.007 | 81.873 | | | 81.873 | 588.880 |
| -PROINVEST | 1.537.557 | | | | 1.537.557 | 86.265 | 34.802 | | 121.067 | 1.658.624 |
| -PROVARZEAS - BID - 91/10-BR | 78.443 | | | | 78.443 | 10.458 | 3.852 | | 14.310 | 92.753 |
| -PROVARZEAS - KFW | 3.954 | | | | 3.954 | 1.309 | | | 1.309 | 5.263 |
| -PRODECER | 1.398.298 | 147.334 | | | 1.545.632 | 274.127 | 931 | | 275.058 | 1.820.690 |
| -PROINAP | 4.192.225 | | | | 4.192.225 | 521.150 | 14.254 | | 535.404 | 4.727.629 |
| -FINANC.DE INVESTIM.AGROPECUARIOS | 17.494.923 | | | | 17.494.923 | 643.122 | | | 643.122 | 18.138.045 |
| -PRONI | 74.159 | | | | 74.159 | 107.459 | | | 107.459 | 181.618 |
| -PAPP | 439.962 | 199.687 | | | 639.649 | 96.470 | 1.505 | | 97.975 | 737.624 |
| FINANCIAMENTO DO CUSTEIO PECUARIO | 20.495.070 | | | | 20.495.070 | 584.930 | | | 584.930 | 21.080.000 |
| FINANCIAMENTO DO CUSTEIO AGRICOLA | 655.964.143 | | | | 655.964.143 | 15.944.356 | | | 15.944.356 | 671.908.499 |
| FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS | 75.393.619 | 177.952 | | 40.483 | 75.612.054 | 7.298.797 | 55.424 | (91.107) | 7.263.114 | 82.875.168 |
| -PRONAGRI | 7.730.228 | | | | 7.730.228 | 1.981.518 | 50.587 | 73 | 2.032.178 | 9.762.406 |
| -PROGRAMAS UNIFICADOS-INDUSTRIAL | 11.690.041 | 926 | | | 11.690.967 | 3.010.872 | 4.554 | 299 | 3.015.725 | 14.706.692 |
| -PROALCOOL -BIRD 1989 | 3.476.810 | | | | 3.476.810 | 613.164 | 283 | | 613.447 | 4.090.257 |
| -EMPRESTIMOS EXTERNOS | 52.496.540 | 177.026 | | 40.483 | 52.714.049 | 1.693.243 | | (91.479) | 1.601.764 | 54.315.813 |
| FINANCIAMENTO DA POLITICA DE PRECOS AGRICOLAS | 748.048.397 | | | | 748.048.397 | 34.010.438 | | 2.500.000 | 36.510.438 | 784.558.835 |
| -A.G.F. | 28.610.495 | | | | 28.610.495 | 29.084.185 | | 2.500.000 | 31.584.185 | 60.194.680 |
| -TRIGO | 347.552.286 | | | | 347.552.286 | | | | | 347.552.286 |
| -E.G.F. | 371.885.616 | | | | 371.885.616 | 4.926.253 | | | 4.926.253 | 376.811.869 |
| ESTOQUES REGULADORES | 2.761 | | | | 2.761 | | | | | 2.761 |
| FINANCIAMENTO DAS EXPORTACOES-FINEX | 124.977.834 | | | | 124.977.834 | 32.923.183 | | | 32.923.183 | 157.901.017 |
| FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS - ACUCAR | 66.955.810 | | | | 66.955.810 | | | 24.138.228 | 24.138.228 | 91.094.038 |
| RECOL.BACEN A CLASSIFICAR-UG 170700 | | | | | | | | 4.932.390 | 4.932.390 | 4.932.390 |
| COLOCACAO DE TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL | | | 2.493.482.441 | | 2.493.482.441 | | | | | 2.493.482.441 |
| TOTAIS | 1.752.349.662 | 525.045 | 2.493.482.441 | 40.483 | 4.246.397.631 | 108.307.412 | 188.740 | 31.659.457 | 140.153.609 | 4.386.551.240 |

SECRETARIA DO ORCAMENTO DAS OPERACOES DE CREDITO DO TESOURO NACIONAL - SEORC
DIVISAO DE EXECUCAO FINANCEIRA -DIEFI
RECEITAS E DESPESAS ORCAMENTARIAS EM 1988 (*)
-- SEGUNDO AS CATEGORIAS --

EM CZ$ MIL

| ATIVIDADES | RECEITAS DE CAPITAL -A- | DESPESAS DE CAPITAL -B- | RESULTADO DE CAPITAL C=A-B | RECEITAS CORRENTES -D- | DESPESAS CORRENTES -E- | RESULTADO CORRENTE F=D-E | RESULTADO ORCAMENTARIO G=C+F |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SANEAMENTO DE EST E MUNICIPIOS | | 276.613.906 | (276.613.906) | | | | (276.613.906) |
| REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS EXTERNAS COM AVAL DO TESOURO NACIONAL | 88.438.007 | 1.890.986.299 | (1.802.548.292) | 15.061.819 | | 15.061.819 | (1.787.486.473) |
| OCORRENCIAS NO EXERCICIO | | 1.597.267.044 | (1.597.267.044) | | | | (1.597.267.044) |
| RESTOS A PAGAR | | 293.719.255 | (293.719.255) | | | | (293.719.256) |
| FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS AGROPECUARIOS | 72.421.114 | 68.047.451 | 4.373.663 | 2.795.151 | 16.584.333 | (13.789.182) | (9.415.519) |
| -PROGRAMAS UNIFICADOS-RURAL | 44.862.296 | 456.023 | 44.406.273 | 880.230 | 10.874.389 | (9.994.159) | 34.412.114 |
| -PROBOP III | 1.480.039 | 1.489.512 | (9.473) | 36.967 | 1.392.021 | (1.355.054) | (1.364.527) |
| -PROBOP III - RESTOS A PAGAR | | 632.210 | (632.210) | | | | (632.210) |
| -POLONOROESTE III | 5.230 | 16.287 | (11.057) | 377 | 240 | 137 | (10.920) |
| -PROFIR - OECF | 507.007 | 4.835.105 | (4.328.098) | 81.873 | 98.500 | (16.627) | (4.344.725) |
| -PROINVEST | 1.537.557 | 57 | 1.537.500 | 121.067 | 423.148 | (302.081) | 1.235.419 |
| -PROVARZEAS - BID - 91/10 - BR | 78.443 | 2.492 | 75.951 | 14.310 | 39.888 | (25.578) | 50.373 |
| -PROVARZEAS -KFW | 3.954 | | 3.954 | 1.309 | 1.684 | (375) | 3.579 |
| -PRODECER | 1.545.632 | 37.126.971 | (35.581.339) | 275.068 | 562.566 | (287.507) | (35.868.846) |
| -PRODECER - RESTOS A PAGAR | | 2.621.000 | (2.621.000) | | | | (2.621.000) |
| -PROINAP | 4.192.225 | 4.444.830 | (252.605) | 535.404 | 1.095.112 | (559.708) | (812.313) |
| -PROINAP -RESTOS A PAGAR | | 8.600 | (8.600) | | | | (8.600) |
| -FINANC.DE INVESTIM.AGROPECUARIOS | 17.494.923 | 6.152.000 | 11.342.923 | 643.122 | 579.788 | 63.334 | 11.406.257 |
| -FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS AGROPECUARIOS-RESTOS A PAGAR | | | | | 1.201.715 | (1.201.715) | (1.201.715) |
| -PRONI | [illegible] | 7.268.751 | (7.182.692) | 107.469 | [illegible] | 1.263 | (7.181.329) |
| -PRONI - RESTOS A PAGAR | | 2.602.000 | (2.602.000) | | | | (2.602.000) |
| -PAPP | 639.649 | 503.613 | 136.036 | 97.975 | 209.087 | (111.112) | 24.924 |
| FINANCIAMENTO DO CUSTEIO PECUARIO | 20.495.070 | 28.257.350 | (7.762.280) | 584.930 | 6.121.914 | (5.536.984) | (13.299.264) |
| OCORRENCIAS NO EXERCICIO | 20.495.070 | 28.257.350 | (7.762.280) | 584.930 | 3.548.528 | (2.963.598) | (10.725.878) |
| RESTOS A PAGAR | | | | | 2.573.386 | (2.573.386) | (2.573.386) |
| FINANCIAMENTO DO CUSTEIO AGRICOLA | 656.984.143 | 374.701.400 | [illegible] | 15.944.356 | 78.692.124 | (62.747.768) | 118.514.975 |
| OCORRENCIAS NO EXERCICIO | | 374.701.400 | (374.701.400) | 15.944.356 | 50.413.293 | (34.468.937) | (409.170.337) |
| RESTOS A PAGAR | | | | | 28.278.831 | (28.278.831) | (28.278.831) |
| FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS | 75.612.054 | 107.495.175 | (31.883.121) | 7.263.114 | 58.824.635 | (51.561.521) | (83.444.642) |
| -PRONAGRI | 7.730.228 | 35.929.138 | (28.198.910) | 2.032.178 | 2.506.438 | (474.260) | (28.673.170) |
| -PRONAGRI - RESTOS A PAGAR | | 12.600.000 | (12.600.000) | | | | (12.600.000) |
| -PROGRAMAS UNIFICADOS - INDUSTRIAL | 11.890.967 | 171.668 | 11.619.299 | 3.015.725 | 1.831.898 | 1.183.827 | 12.703.126 |
| -PROALCOOL - BIRD 1989 | 3.476.810 | 1.671.917 | 1.804.893 | 613.447 | 3.415.347 | (2.801.900) | (997.007) |
| -PROALCOOL-BIRD/89-RESTOS A PAGAR | | 100.000 | (100.000) | | | | (100.000) |
| -EMPRESTIMOS EXTERNOS | 52.714.049 | 38.613.095 | 14.100.954 | 1.601.764 | 38.022.466 | (36.420.702) | (22.319.748) |
| -EMPREST.EXTERNOS-RESTOS A PAGAR | | 18.409.357 | (18.409.357) | | 13.048.486 | (13.048.486) | (31.457.843) |

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
SECRETARIA DO ORCAMENTO DAS OPERACOES DE CREDITO DO TESOURO NACIONAL - SEORC
DIVISAO DE EXECUCAO FINANCEIRA -DIEFI
RECEITAS E DESPESAS ORCAMENTARIAS EM 1988 (*)

-- SEGUNDO AS CATEGORIAS --

EM CZ$ MIL

| ATIVIDADES | RECEITAS DE CAPITAL -A- | DESPESAS DE CAPITAL -B- | RESULTADO DE CAPITAL C=A-B | RECEITAS CORRENTES -D- | DESPESAS CORRENTES -E- | RESULTADO CORRENTE F=D-E | RESULTADO ORCAMENTARIO G=C+F |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FINANCIAMENTO DA POLITICA DE PRECOS AGRICOLAS | 748.048.397 | 1.115.185.077 | (367.136.680) | 36.510.438 | 71.024.919 | (34.514.481) | (401.651.161) |
| -A.G.F. | 28.610.495 | 229.946.157 | (201.335.662) | 31.584.185 | 18.896.951 | 12.687.234 | (188.648.428) |
| -A.G.F. - RESTOS A PAGAR | | | | | 13.086.254 | (13.086.254) | (13.086.254) |
| -CAFE | | 250.000 | (250.000) | | | | (250.000) |
| -TRIGO | 347.552.286 | 637.729.531 | (290.177.245) | | 24.240.863 | (24.240.863) | (314.418.108) |
| -E.G.F. | 371.885.616 | 247.259.389 | 124.626.227 | 4.926.253 | 5.948.691 | (1.022.438) | 123.603.789 |
| -E.G.F. - RESTOS A PAGAR | | | | | 8.852.160 | (8.852.160) | (8.852.160) |
| ESTOQUES REGULADORES | 2.761 | 26.561.363 | (26.558.602) | | 4.192.143 | (4.192.143) | (30.750.745) |
| OCORRENCIAS NO EXERCICIO | 2.761 | 25.161.363 | (25.158.602) | | 1.514.140 | (1.514.140) | (26.672.742) |
| RESTOS A PAGAR | | 1.400.000 | (1.400.000) | | 2.678.003 | (2.678.003) | (4.078.003) |
| FINANCIAMENTO DAS EXPORTACOES-FINEX | 124.977.834 | 188.358.150 | (63.380.316) | 32.923.183 | 131.507.975 | (98.584.792) | (161.965.108) |
| OCORRENCIAS NO EXERCICIO | | 188.358.150 | (188.358.150) | 32.923.183 | 116.283.711 | (83.360.528) | (271.718.678) |
| RESTOS A PAGAR | | | | | 15.224.264 | (15.224.264) | (15.224.264) |
| MICROEMPRESAS | | | | | 1.511.472 | (1.511.472) | (1.511.472) |
| FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS - ACUCAR | 66.955.810 | 156.613.877 | (89.658.067) | 24.138.228 | 16.045.286 | 8.092.942 | (81.565.125) |
| OCORRENCIAS NO EXERCICIO | 66.955.810 | 143.102.623 | (76.146.813) | 24.138.228 | 7.705.638 | 16.432.590 | (59.714.223) |
| RESTOS A PAGAR | | 13.511.254 | (13.511.254) | | 8.339.648 | (8.339.648) | (21.850.902) |
| RECOL.BACEN A CLASSIFICAR-UG 170700 | | | | 4.932.390 | | 4.932.390 | 4.932.390 |
| COLOCACAO DE TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL | 12.493.482.441 | | 2.493.482.441 | | | | 2.493.482.441 |
| TOTAIS | 14.246.397.631 | 14.232.820.048 | 13.577.583 | 140.153.609 | 384.504.801 | (244.351.192) | (230.773.609) |

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
SECRETARIA DO ORCAMENTO DAS OPERACOES DE CREDITO DO TESOURO NACIONAL - SEORC
DIVISAO DE EXECUCAO FINANCEIRA -DIEFI
DESPESAS ORCAMENTARIAS EM 1988 (*)

EM CZ$ MIL

| ATIVIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | DESPESAS CORRENTES | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EMPRESTIMOS CONCEDIDOS | AMORTIZ. DA DIVIDA EXTERNA | TOTAL | EQUALIZACOES | JUROS DA DIVIDA EXTERNA | OUTROS ENCARGOS DA DIV. EXTERNA | TOTAL | DAS DESPESAS |
| SANEAMENTO DE EST. E MUNICIPIOS | 278.613.906 | | 278.613.906 | | | | | 278.613.906 |
| REFINANCIAMENTO DE DIVIDAS EXTERNAS COM AVAL DO TESOURO NACIONAL | 1.890.986.299 | | 1.890.986.299 | | | | | 1.890.986.299 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 1.597.267.044 | | 1.597.267.044 | | | | | 1.597.267.044 |
| RESTOS A PAGAR | 293.719.256 | | 293.719.256 | | | | | 293.719.256 |
| FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS AGROPECUARIOS | 68.047.451 | | 68.047.451 | 16.584.333 | | | 16.584.333 | 84.631.784 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 62.283.641 | | 62.283.641 | 15.382.818 | | | 15.382.818 | 77.666.259 |
| RESTOS A PAGAR | 5.763.810 | | 5.763.810 | 1.201.715 | | | 1.201.715 | 6.965.525 |
| -PROGRAMAS UNIF.-RURAL-LIB.EFET. | 456.023 | | 456.023 | 10.874.389 | | | 10.874.389 | 11.330.412 |
| -PROBOR III-LIB.EFET. | 1.489.512 | | 1.489.512 | 1.392.021 | | | 1.392.021 | 2.881.533 |
| -PROBOR III - RESTOS A PAGAR | 632.210 | | 632.210 | | | | | 632.210 |
| -POLONOROESTE III-LIB.EFET. | 16.287 | | 16.287 | 240 | | | 240 | 16.527 |
| -PROFIR - OICF-LIB.EFET. | 4.835.106 | | 4.835.106 | 98.600 | | | 98.600 | 4.933.606 |
| -PROINVEST-LIB.EFET. | 67 | | 67 | 423.148 | | | 423.148 | 423.208 |
| -PROVARZEAS-BID-91/IC-BR-LIB.EFET | 2.492 | | 2.492 | 39.888 | | | 39.888 | 42.380 |
| -PROVARZEAS -KFW-LIB.EFET. | | | | 1.684 | | | 1.684 | 1.684 |
| -PRODECER -LIB.EFET. | 37.126.971 | | 37.126.971 | 562.665 | | | 562.665 | 37.689.636 |
| -PRODECER - RESTOS A PAGAR | 2.621.000 | | 2.621.000 | | | | | 2.621.000 |
| -PROINAP - LIB.EFETUADAS | 4.444.830 | | 4.444.830 | 1.095.112 | | | 1.095.112 | 5.539.942 |
| -PROINAP - RESTOS A PAGAR | 8.600 | | 8.600 | | | | | 8.600 |
| -FINANC.DE INVES.AGROP.-LIB.EFET. | 6.152.000 | | 6.152.000 | 579.788 | | | 579.788 | 6.731.788 |
| -FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS AGROPECUARIOS-RESTOS A PAGAR | | | | 1.201.715 | | | 1.201.715 | 1.201.715 |
| -PRONI-LIB.EFETUADAS | 7.256.751 | | 7.256.751 | 106.196 | | | 106.196 | 7.362.947 |
| -PRONI - RESTOS A PAGAR | 2.602.000 | | 2.602.000 | | | | | 2.602.000 |
| -PAPP-LIB.EFETUADAS | 503.613 | | 503.613 | 209.087 | | | 209.087 | 712.700 |
| FINANCIAMENTO DO CUSTEIO PECUARIO | 28.257.350 | | 28.257.350 | 6.121.914 | | | 6.121.914 | 34.379.264 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 28.257.350 | | 28.257.350 | 3.548.528 | | | 3.548.528 | 31.805.878 |
| -FINANC. CUST.PEC.-RESTOS A PAGAR | | | | 2.573.386 | | | 2.573.386 | 2.573.386 |
| FINANCIAMENTO DO CUSTEIO AGRICOLA | 374.701.400 | | 374.701.400 | 78.692.124 | | | 78.692.124 | 453.393.524 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 374.701.400 | | 374.701.400 | 50.413.293 | | | 50.413.293 | 425.114.693 |
| -FINANCIAMENTO DO CUSTEIO AGRICOLA RESTOS A PAGAR | | | | 28.278.831 | | | 28.278.831 | 28.278.831 |
| FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS | 50.472.723 | 57.022.452 | 107.495.175 | 7.838.154 | 47.983.562 | 3.002.919 | 58.824.635 | 166.319.810 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 37.772.723 | | 37.772.723 | | | | | 37.772.723 |
| RESTOS A PAGAR | 12.700.000 | | 12.700.000 | | | | | 12.700.000 |
| -PRONAGRI-LIB.EFETUADAS | 35.929.138 | | 35.929.138 | 2.506.438 | | | 2.506.438 | 38.435.576 |
| -PRONAGRI - RESTOS A PAGAR | 12.600.000 | | 12.600.000 | | | | | 12.600.000 |

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN
SECRETARIA DO ORCAMENTO DAS OPERACOES DE CREDITO DO TESOURO NACIONAL - SEORC
DIVISAO DE EXECUCAO FINANCEIRA -DIEFI
DESPESAS ORCAMENTARIAS EM 1988 (*)

EM CZ$ MIL

| ATIVIDADES | DESPESAS DE CAPITAL | | | DESPESAS CORRENTES | | | | TOTAL DAS DESPESAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | EMPRESTIMOS CONCEDIDOS | AMORTIZ. DA DIVIDA EXTERNA | TOTAL | EQUALIZACOES | JUROS DA DIVIDA EXTERNA | OUTROS ENCARGOS DA DIV. EXTERNA | TOTAL | |
| -PROGR.UNIF.-INDUST.-LIB.EFET. | 171.668 | | 171.668 | 1.831.898 | | | 1.831.898 | 2.003.566 |
| -PROALCOOL-BIRD/89-LIB.EFET. | 1.671.917 | | 1.671.917 | 3.415.347 | | | 3.415.347 | 5.087.264 |
| -PROALCOOL-BIRD/89-RESTOS A PAGAR | 100.000 | | 100.000 | | | | | 100.000 |
| -EMPRESTIMOS EXTERNOS-LIB.EFET. | | 38.613.096 | 38.613.096 | 84.471 | 35.342.926 | 2.595.069 | 38.022.466 | 76.635.561 |
| -EMPREST.EXTERNOS-RESTOS A PAGAR | | 18.409.357 | 18.409.357 | | 12.640.636 | 407.850 | 13.048.486 | 31.457.843 |
| FINANCIAMENTO DA POLITICA | | | | | | | | |
| DE PRECOS AGRICOLAS | 1.080.819.493 | 34.365.584 | 1.115.185.077 | 67.043.047 | 3.981.872 | | 71.024.919 | 1.186.209.996 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 1.080.819.493 | 34.365.584 | 1.115.185.077 | 45.104.633 | 3.981.872 | | 49.086.505 | 1.164.271.582 |
| RESTOS A PAGAR | | | | 21.938.414 | | | 21.938.414 | 21.938.414 |
| -A.G.F.-LIB.EFETUADAS | 229.946.157 | | 229.946.157 | 18.896.951 | | | 18.896.951 | 248.843.108 |
| -A.G.F. - RESTOS A PAGAR | | | | 13.086.254 | | | 13.086.254 | 13.086.254 |
| -CAFE-LIB.EFETUADAS | 250.000 | | 250.000 | | | | | 250.000 |
| -TRIGO-LIB.EFETUADAS | 603.363.947 | 34.365.584 | 637.729.531 | 20.258.991 | 3.981.872 | | 24.240.863 | 661.970.394 |
| -E.G.F.-LIB.EFETUADAS | 247.259.389 | | 247.259.389 | 5.948.691 | | | 5.948.691 | 253.208.080 |
| -E.G.F. - RESTOS A PAGAR | | | | 8.852.160 | | | 8.852.160 | 8.852.160 |
| ESTOQUES REGULADORES | 12.[illegible]33.609 | 13.827.754 | 26.561.363 | 2.948.146 | 899.319 | 344.678 | 4.192.143 | 30.753.506 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 11.333.609 | 13.827.754 | 25.161.363 | 270.143 | 899.319 | 344.678 | 1.514.140 | 26.675.503 |
| RESTOS A PAGAR | 1.400.000 | | 1.400.000 | 2.678.003 | | | 2.678.003 | 4.078.003 |
| FINANCIAMENTO DAS EXPORTACOES-FINEX | 188.358.150 | | 188.358.150 | 131.507.975 | | | 131.507.975 | 319.866.125 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 188.358.150 | | 188.358.150 | 116.283.711 | | | 116.283.711 | 304.641.861 |
| RESTOS A PAGAR | | | | 15.224.264 | | | 15.224.264 | 15.224.264 |
| MICROEMPRESAS-LIB. EFETUADAS | | | | 1.511.472 | | | 1.511.472 | 1.511.472 |
| FINANCIAMENTO DA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS - ACUCAR | 156.613.877 | | 156.613.877 | 16.045.286 | | | 16.045.286 | 172.659.163 |
| LIBERACOES EFETUADAS | 143.102.623 | | 143.102.623 | 7.705.638 | | | 7.705.638 | 150.808.261 |
| RESTOS A PAGAR | 13.511.254 | | 13.511.254 | 8.339.648 | | | 8.339.648 | 21.850.902 |
| TOTAIS | 14.127.604.258 | 105.215.790 | 14.232.820.048 | 328.292.451 | 52.864.763 | 3.347.597 | 384.504.801 | 14.617.324.849 |